**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

CHRISTIAN LUIZ MELIM SCHWARTZ

FUTEBOL EM TRADUÇÃO

**Narrativas impressas como tradução do acontecimento futebolístico
e imaginação do estilo em comunidades locais e nacionais**

**São Paulo
2014**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

FUTEBOL EM TRADUÇÃO

**Narrativas impressas como tradução do acontecimento futebolístico
e imaginação do estilo em comunidades locais e nacionais**

Christian Luiz Melim Schwartz

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Hilário Franco Júnior

**São Paulo
2014**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho deve muito à colaboração das seguintes pessoas e instituições:

Meu orientador **Hilário Franco Júnior**, pela grandeza intelectual que tanto admiro e, fruto dela, pela liberdade de pensar a cada um dos nossos mais que agradáveis encontros, durante os quais conheci não poucos bons restaurantes em São Paulo e bistrôs em Paris.

Meus guias acadêmicos nesta jornada: os doutores **Flavio de Campos** e **Lilia Schwarcz** (banca no exame de qualificação), **José Carlos Marques** (debatedor em seminário que realizei em novembro de 2012 na USP) e **Carlos Alberto Faraco** (leitor do pré-projeto e fonte de valiosas indicações bibliográficas); **Willian Maranhão** e, novamente, o professor Flavio de Campos e demais colegas do **Ludens**, pelo apoio à minha estadia como pesquisador visitante na Universidade de Cambridge; os participantes e organizadores da conferência **Sports & Translation**, atenta e generosa plateia para esta tese em sua versão quase final, em maio de 2014, na **Universidade de Bristol**.

Meus maravilhosos e acolhedores anfitriões em **Cambridge**:

- o **Dr. Charles Jones**, **Samuel Mather** e, em particular, minha querida amiga **Julie Coimbra**, do Centro de Estudos Latino-Americanos;
- o **Dr. Scott Anthony**, meu orientador e conselheiro na pesquisa em arquivos de imprensa;
- o simpático staff do **Downing College**, onde morei nos dois primeiros meses de minha estadia na cidade;
- e, com um agradecimento especial, o casal **Maria Lucia Palhares-Burke** e **Peter Burke**, afetuosos incentivadores (e meus leitores/ouvintes, o que muito me honra) em mais de uma etapa deste trabalho.

Meus solidários ex-chefes, os amigos **André Tezza**, coordenador do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Positivo, onde fui professor até 2013, e sua sucessora no cargo, **Christiane Monteiro Machado**, e meus colegas professores de tantos anos, parceiros intelectuais de primeira hora.

Meu amigo e mestre de sempre, **Cristovão Tezza**, a quem presenteei o livro do Hilário quando nem sabia que faria um doutorado e ele, leitor perspicaz, fez um comentário que, pensei eu, “daria uma tese”; e **Felipe Tezza**, o mais animado torcedor de futebol que já conheci, companhia minha e do Cristovão em incontáveis partidas.

Meu mano **Alessandro Tarso**, que mal sabia o deslumbre que estava prestes a causar quando, vinte anos atrás, ao me dar de presente aquela biografia do Garrincha (um exemplar de, digamos, procedência suspeita), leu em voz alta, emocionado, o trecho exato que o leitor encontrará reproduzido lá pela metade deste trabalho.

Minhas famílias (Schwartz & Negrello), especialmente **minha mãe**, pela companhia nos incontáveis retiros na **Chácara Olinda Rolinha** que tanto contribuíram para que, enfim, isto aqui se tornasse realidade.

Dedico esta tese à Lili e à Bebel, comigo sempre.

RESUMO

Esta tese investiga o estilo no futebol como fenômeno de significação, argumentando que o *comentário* ao jogo funciona como *tradução* do que se vê em campo. Entendemos que os estilos, em geral associados a nações, só existem pelo olhar subjetivo coletivo dos observadores (comentaristas e aficionados, mas também, por reverberação, da parcela não torcedora de uma comunidade), os quais traduzem o estilo a cada partida, a cada *acontecimento futebolístico* na história.

Essas *práticas discursivas*, por sua vez, se concretizam no que chamamos *narrativas do estilo* – produto da tradução do que Dominique Maingueneau classifica como o “discurso primeiro” do futebol no “discurso segundo” dos observadores, acumulado sistematicamente na língua “literária” que, segundo Benedict Anderson, reúne “comunidades imaginadas” nacionais em torno de jornais (mas este trabalho considera a hipótese de que outras mídias também sirvam como esse ponto de encontro) e romances, ou seja, no chão comum das *narrativas impressas*.

Dois estudos de caso ilustram nossa argumentação teórica, ambos baseados na análise de textos de jornais: a partir de relatos sobre turnês de clubes britânicos a Buenos Aires nos anos 1920, investigamos a construção do que Richard Giulianotti conceitua como uma oposição “sintática” entre as comunidades nacionais de Inglaterra e Argentina; num segundo momento, buscamos as variações “semânticas”, ainda nos termos de Giulianotti, envolvendo comunidades locais/regionais em sua relação com a nação – em foco, o Arsenal de Londres e, novamente, a “comunidade imaginada” inglesa.

O futebol, concluímos, só ganha sentido pleno numa sequência narrativa midiática e enraizada historicamente. As narrativas do estilo constroem um enredo comum – espécie de folhetim permanente e amálgama das identidades comunitárias. Por essa tendência à “folhetinização”, tanto na “forma” (simbiose com o veículo, a *mídia*) quanto no “conteúdo” (o *acontecimento* como matéria-prima fundamental), o futebol, sugerimos por fim, está para a cultura dos modernos esportes de competição como o romance – também derivado do folhetim – para a cultura literária, ambos como *linguagens* traduzíveis em narrativas e estilos.

Palavras-chave: futebol; estilo de jogo; tradução; narrativa; comunidades imaginadas; Arsenal.

ABSTRACT

This thesis investigates the style in football as a signifying phenomenon, arguing that the language of the game *translates* into the *commentary* on what is seen on the pitch. We consider that the styles, generally associated with nations, only exist by the observers' collective and subjective interpretations. These observers (commentators and fans, but also the non-fan part of a community) translate the style *by the event* – match by match in football history.

These *discursive practices*, in turn, take the form of what we call *narratives of style*, in a process that Dominique Maingueneau ranks as a translation of the “primary discourse” of football into the “secondary discourse” of the observers, systematically accumulated in the “literary” language which, according to Benedict Anderson, brings together national “imagined communities” around newspapers (but this thesis considers the hypothesis that other media might also play the same role) and novels, i.e., the common ground of *printed narratives*.

Two case studies illustrate our theoretical arguments, both based on the analysis of press reports: firstly, from the tours British clubs took in Buenos Aires in the 1920s, investigating the construction of what Richard Giulianotti sees as a “syntactic” opposition between the national communities of England and Argentina; subsequently, we seek the “semantic” variations, still in Giulianotti's terms, involving local/regional communities in their relationship with the nation and focusing on the Arsenal, from North London, and again the English “imagined community”.

Football, we conclude, only reaches its full meaning as historically rooted media narratives. The narratives of style form this serialized and permanently renewed story that amalgamates community identities. Football's “form” (in symbiosis with the *media*) and “content” (the *event* as a basic source of storytelling), we would like to argue at last, suggests that the game works for the culture of modern competitive sports as the novel – also originally derived from serialized stories published in newspapers – does for the literary culture at large, both of them *languages* translatable into narratives and styles.

Keywords: football; styles of play; translation; narrative; imagined communities; Arsenal.

Os torcedores conversavam sobre o jogo e tinham ocasião de sobra para ler e fantasiar sobre futebol. Ao longo de décadas, uma literatura futebolística composta de relatos de jogos, perfis, biografias e ficção floresceu. A natureza do futebol seria moldada e colorida na mesma proporção por essa literatura e pela memória pessoal. O futebol havia criado alguma coisa maior do que o próprio jogo [...].

**Peter Stead, “Brought to Book: Football and Literature”,
*The Cambridge Companion to Football***

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Língua e estilo: hipóteses para uma analogia	1
1. NAÇÃO <i>versus</i> CULTURAS.....	18
1.1. Nação	18
1.2. Culturas em tradução	38
2. LINGUAGEM <i>versus</i> LÍNGUAS.....	55
2.1. Língua como miragem estrutural, língua como fluxo	55
2.2. Língua, escrita e fronteiras nacionais	65
3. DIMENSÕES DO ESTILO	74
3.1. Brasil: mito nas ondas do rádio	84
4. TRADUÇÃO DO ACONTECIMENTO FUTEBOLÍSTICO	101
4.1. “Discurso primeiro” e “discurso segundo”	105
4.2. “Idiomas da memória”	109
4.3. Análise de textos no discurso do futebol	114
5. NARRATIVAS IMPRESSAS DE IMAGINAÇÃO DO ESTILO EM COMUNIDADES LOCAIS E NACIONAIS.....	123
5.1. Inglaterra <i>versus</i> Argentina: oposição “sintática” na imaginação de comunidades nacionais.....	123
5.2. O Arsenal de Londres: variação “semântica” na imaginação de comunidades locais	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Futebol e romance: apontamentos para uma teoria.....	156
Referências bibliográficas.....	175

INTRODUÇÃO

Língua e estilo: hipóteses para uma analogia

Quando se lê a frase “futebol em tradução”, que dá título a esta tese, a provável primeira impressão é de que se tratará das peculiaridades na transposição, de uma língua a outra, da terminologia do futebol – de seu “linguajar”, chamemos assim, para logo diferenciá-lo de *linguagem*, este um termo fundamental para nós.

O que pretendemos aqui, porém, é olhar para a questão da perspectiva inversa: não numa tentativa de entender como a língua-ela-mesma tem de se adaptar para ser capaz de descrever o futebol, mas como o futebol, ele próprio um *discurso primeiro*, passa por interpretações nas quais é moldado e até imaginado na língua como tal. Esse moldar e imaginar pela língua, em particular pela escrita, produz o que chamaremos de *narrativas do estilo*.

Diremos que as identidades de dois times em confronto não podem ser reduzidas à diferença entre seus uniformes – embora uma primeira “leitura” do que se passa em campo dependa dessa diferenciação. Mas as diferenças de que falamos aqui necessariamente exigem que se as *comente*. Estilos são *narrativas*; e narrativas de *identidade nacional*, antes de tudo, uma vez que o que se chama de estilo é sempre, no mais das vezes, uma característica nacional (e não clubística ou local, com exceções das quais trataremos a seu tempo), numa interessante deriva da ideia de “comunidades imaginadas”, do historiador britânico Benedict Anderson.

Devemos, portanto, procurar os chamados estilos de jogo não no gestual do futebol em si – até porque não há suficiente registro iconográfico (e particularmente de imagens em movimento) das formas do esporte em seus primórdios, quando se definiram alguns dos principais estilos, e mesmo de décadas mais recentes; tampouco

podemos nos limitar, nessa investigação, aos relativamente poucos sistemas táticos verdadeiramente dignos de nota ao longo da moderna história do futebol. Estilos, argumentaremos, não têm a ver – ou não principalmente – com diferenças técnicas (característica *individual*, nunca de um time inteiro) ou escolhas táticas; para não mencionar o fato de que não há, em absoluto, correspondência permanente entre padrões técnicos e táticos e este ou aquele time ou seleção.

Tomemos o exemplo da Holanda, no artigo instigante de Lechner que procede à desconstrução do “mito laranja”, como se refere o autor a uma narrativa das mais sedutoras: uma sociedade avançada em costumes que teria dado ensejo a um time que, como ela, supostamente conjugava harmonia entre os setores a uma estonteante liberdade de ação individual. Mas:

Em meio à névoa da memória nacional[ista], [...] os holandeses gostam de esquecer que o time miraculoso enviado à [Copa da] Alemanha em 1974 estava desfalcado de vários jogadores-chave da defesa, contundidos. Embora o vigor ofensivo [do time holandês] tenha disfarçado os problemas defensivos na maior parte do torneio, na final os alemães se aproveitaram dessa fraqueza para marcar dois gols [...]. Contrariando os preceitos do futebol total, o exemplar Johan Cruyff nunca colaborava muito na defesa, conforme apontou um de seus colegas de Ajax. A propalada beleza do futebol total dependia, em parte, de ação física implacável, até mesmo cruel, contra os adversários, o que se refletia em alto número de faltas. As vítimas talvez tivessem seus motivos para colocar em dúvida a “profunda” decência dos holandeses [...]. Muitas dessas virtudes nacionais são, claro, produto do olhar enviesado do observador. (Lechner, 2007, p.221)

Por tudo isso, Lechner constata que “[...] vários elementos do mito nacional[ista] têm estado sob bombardeio crítico. Na Holanda, até a nostalgia não é mais o que costumava ser”. A sugestão do autor – plenamente acatada neste trabalho – é de que esse procedimento de desconstrução alcance as demais generalizações sobre estilos: “Os historiadores do futebol poderiam levar o argumento ainda mais longe com a sugestão de que os estilos tradicionais, em sua maioria, são sínteses que resultam da circulação internacional de ideias, conforme ilustra o fato de o *catenaccio* [supostamente o estilo

italiano] ter sido desenvolvido na Espanha a partir de experiências de um técnico sul-americano, o qual se baseou numa experiência suíça anterior” (Lechner, 2007, p.224).

O que chamamos estilo, portanto, longe de se esgotar numa lógica interna que só interessaria a comentaristas e aficionados, pode ser visto como fenômeno abrangente de significação – ou seja, linguagem e interpretação. O fenômeno do estilo, como qualquer fenômeno de significação, só existe por atribuição de sentido ao que se vê/lê em campo, num processo em certos aspectos análogo ao da tradução de textos. Portanto, argumentaremos nesta tese, estilos dizem menos – objetivamente – do jogo em si, de seus gestos e esquemas táticos, do que de um olhar subjetivo coletivo sobre acontecimentos.

Eis um segundo ponto a destacar: como fenômeno histórico, defenderemos também, o futebol habita sobretudo o acontecimento. A “longa duração” e a conjuntura, se vistas como um encadeamento de estruturas menores numa estrutura maior cujo elo mais básico é o acontecimento, segundo o esquema consagrado por Braudel, tendem a distorcer o significado dos estilos no futebol.

Seria tentador, por exemplo, pensar numa história serial a partir das estatísticas de grandes times que passaram a representar estilos – como se de ciclos econômicos se tratasse, e esses times (quase sempre seleções nacionais) fossem, cada um, uma região onde determinada atividade produtiva teve força identitária; ou como se os números da série considerada fossem registros cartoriais e – a exemplo de como esse tipo de documento foi interpretado pela historiografia francesa num de seus momentos mais criativos – revelassem aspectos da mentalidade profunda de populações (mesmo de seus estratos não torcedores) ligadas ao time/seleção em questão.

Mas as estatísticas, aqui, não chegam ao cerne significativo da história. Têm peso sempre relativo no futebol, especialmente em termos de estilo: por um lado, quem

chuta mais a gol ou tem mais posse de bola não necessariamente vence; por outro, um time apenas driblador, impecável nos passes ou adepto da bola aérea, se não vencer, dificilmente deixa sua marca. E mais: mesmo na medida, para essa hipótese, ideal dos ciclos conjunturais, times vencedores variam a olhos vistos sua maneira de jogar em períodos de apenas uma ou duas décadas – que dirá na “longa duração”. Onde, então, pelos números, o estilo?

Falta à equação, justamente, a atribuição de significado – a tradução do estilo. E tampouco uma tradução enquanto tal, de um texto propriamente dito, pode funcionar no nível da estrutura. “*A tradução*”, escreve Eco (2007, p.41), com grifos originais, “e este é um princípio óbvio hoje em dia em tradutologia, *não acontece entre sistemas, mas entre textos.*”

Por ser princípio fundamental, ao qual retornaremos algumas vezes neste trabalho, tratemos de fixá-lo assim: não se traduz de/para uma língua, mas de/para essa língua mais sua cultura – na verdade, a soma de diversas culturas particulares sob uma língua/cultura nacional, ou, por outra, circunscritas a uma “comunidade imaginada”, segundo a definição de Anderson (2008).

A situação é análoga à dos tradutores do estilo, diremos. Quando veem um time/seleção jogar, comentaristas e aficionados (e muita gente mais, por reverberação) traduzem – como se diante de um texto estivessem – aquele acontecimento do futebol. Em suma: o que os aqui chamados tradutores do estilo veem/leem e traduzem é, no mais das vezes, *événementiel*, para usar ainda os termos da historiografia francesa.

O texto, em cada situação específica de tradução, é também acontecimento, por assim dizer. Claro, qualquer tradução se faz mediante contextos, sempre culturais, sejam eles imaginados em termos de identidade nacional ou de outro(s) tipo(s). Mas, no caso do futebol, há mais em jogo: mitos.

Em artigo inspirado pela dificuldade do futebol brasileiro em prevalecer como estilo excepcional, o ensaísta Nuno Ramos recorre a Gumbrecht:

Hans Ulrich Gumbrecht defende a existência de escolas nacionais de futebol, mas não caracterizadas por traços culturais dados *a priori* (não há nada na cultura italiana, por exemplo, que justifique um time de marcação e contra-ataque), e sim por times que, devido à própria excelência, passam a marcar a cultura esportiva local, irradiando para sempre um sentido e uma aura. Como se vê, a direção da influência aparece invertida – do time para a cultura, e não vice-versa –, dificultando leituras ideológicas simplistas. (Ramos, 2012, p.50)

Ramos aponta, porém, para um detalhe importante: “Cabe lembrar, claro, que esses times [seleções nacionais de estilo marcante] não se ambientam em desertos ou oceanos, mas em culturas ativas que deverão filtrá-los, adaptá-los a seus próprios conceitos e preconceitos. No caso brasileiro, a reversão da tragédia de 1950 no tricampeonato de 58-70 trouxe junto uma aura de alegria e imprevisto de que não nos livramos jamais” (Ramos, 2012, p.50).

Trata-se de questão análoga à da aura do original, em tradução, ou de certa sacralidade do documento, em história.

Juntando as duas pontas, na história da tradução, estaríamos, aqui, no cerne daquilo que foi uma disputa perene: entre a relativa *autonomia* a que pode almejar o texto traduzido e duas outras qualidades, em certa medida, intrínsecas a ele – a *equivalência* da tradução em relação ao texto original e a *função* a que se destina o próprio texto traduzido (Venuti, 2004). Até a idade clássica, a literalidade da linguagem impedia que fosse considerada, a sério, a autonomia do texto traduzido. Nas traduções bíblicas que pululavam em todo canto e em qualquer língua, para ficar no exemplo mais óbvio, estava em jogo nada menos do que transmitir – ou melhor, *encarnar* – a “palavra de Deus”.

Aqui, a nosso ver, reside o ponto crucial: os chamados “primitivos”, como se sabe, prescindem da memória histórica (a narrativa do acontecimento) para a instituição da

memória social, inerente a toda formação social. Esta, exatamente, é a característica que os distingue dos demais “civilizados”, entre outras, é claro; mas esta dimensão parece-nos essencial. Na sua cultura, é a mitologia, isto é, o conjunto de seus mitos, que preenche a função de constituir a memória social. (Novais & Silva, 2011, p.16)

O que preconizamos, ao contrário, é um olhar historiográfico/tradutório que, senão totalmente desvencilhado do mito, seja ao menos livre de sua opressão como ilusória estrutura – ou aura, para voltar a Nuno Ramos.

Porque durante muito tempo dependeu exclusivamente da transmissão oral (entre gerações ou pelo rádio), a narrativa do futebol inevitavelmente tendeu ao mito. Paralelamente, no entanto, os jogos e campeonatos ganhavam registro impresso – narrativo, sobretudo, para além das estatísticas – e é possível, a partir desses arquivos, tentar reconstituir as narrativas de época nas quais comunidades locais e nacionais se reconheceram e se imaginaram como únicas.

Essas *narrativas do estilo*, defenderemos, gozam de autonomia em relação ao “texto” original do qual traduzem – acontecimentos expressos na linguagem primeira do futebol.

O historiador Hilário Franco Júnior, a certa altura de seu *A Dança dos Deuses: Futebol, Sociedade, Cultura*, lamenta: “Seria interessante, porém não cabe nos limites deste livro, tentar verificar a relação entre a língua de um povo e sua maneira de jogar futebol”. A analogia pretendida envolveria, portanto, línguas e estilos de jogo – ambos como índices de nacionalidade. Daí a dedução inicial (nossa) de que, quando se encontram duas ou mais línguas, dois ou mais supostos estilos – nos torneios internacionais de seleções, mas pode-se também pensar nos grandes clubes europeus, em que coabitam indivíduos de diversas procedências nacionais –, ali aconteceria um processo de tradução.

Uma primeira abordagem do problema suscitaria, a nosso ver, duas perguntas: 1) o que é uma língua? – indagação aparentemente banal, mas não se trata de descrever, simplesmente, os aspectos formais e estruturais de um idioma, e sim da tarefa muito mais complicada de tentar delimitar (se é que é possível) sua abrangência sociocultural e histórica em relação ao país que o adota; e 2) o que as línguas poderiam ter em comum com as “maneiras de jogar futebol”?

Sobre a primeira pergunta, a única certeza a respeito das línguas é a imensa variedade no interior de cada uma delas, o que torna difícil circunscrever determinado idioma aos limites de um território nacional e à população ali residente, ela própria necessariamente heterogênea em diversos outros sentidos (etnia, classe social, faixa etária etc.).

Antes, porém, vale lembrar que *nada* que se pretenda índice de determinada nacionalidade é imutável ou um dado da natureza – nem a “língua de um povo”, nas palavras de Hilário Franco Júnior, nem a própria ideia de “povo” são exatamente apreensíveis, a não ser por um processo de construção. Em última análise, aquilo a que damos o nome de nação é, igualmente, pura convenção – puro mito.

Também é mítica a ideia de que os diferentes idiomas correspondem, e desde sempre corresponderam, à divisão do globo por países – uma noção limitada (em vista da imensa quantidade de línguas de fato existentes) e, sobretudo, artificial, conforme observa Calvet:

Há na superfície do globo entre 4.000 e 5.000 línguas diferentes e cerca de 150 países. Um cálculo simples nos mostra que haveria teoricamente cerca de 30 línguas por país. Como a realidade não é sistemática a esse ponto (alguns países têm menos línguas, outros, muitas mais), torna-se evidente que o mundo é plurilíngue em cada um de seus pontos e que as comunidades linguísticas se costeiam, se superpõem continuamente. O plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngue, ou em situação de aquisição) ou a comunidade. (2002, p.35)

O linguista Carlos Alberto Faraco, em entrevista ao autor deste trabalho, assinala que no Brasil, por exemplo, “vivemos no imaginário da língua comum”, iludidos pelo “discurso celebratório de que somos um milagre linguístico porque, num imenso território, [supostamente] falamos uma só língua e nos entendemos perfeitamente em todos os rincões do país” (quando, na verdade, há mais de 200 línguas vivas em uso por brasileiros). Para Faraco, o perigo da “explosão ufanista” em torno desse mito de nacionalidade é claríssimo:

Não há, salvo talvez a exceção da Islândia, um país inteiramente homogêneo étnica e linguisticamente. Assim, não há como delimitar a identidade nacional pela língua. A ideologia do “um povo – uma língua – uma nação – um Estado” foi criação do século XVIII no contexto dos estados alemães [...]; e da Revolução Francesa (que assumiu explicitamente que a diversidade linguística da França devia ser aniquilada). (Faraco, 2010, p.3)

Resulta que o fato de ter-se o português – e repare-se: não o mesmo de Portugal – como índice da nacionalidade brasileira é algo construído historicamente. O “estilo brasileiro de jogar”, essa nossa suposta “língua” no futebol, também – este o traço comum entre as duas formas de expressão aqui analisadas, em resposta à segunda pergunta.

A originalidade deste trabalho – se podemos aqui incorrer em alguma pretensão – está em se voltar à linguagem do futebol como estudo de caso em tradução, e aos participantes nessa atividade altamente simbólica como seus tradutores.

A tarefa do tradutor, parece claro, ultrapassa os limites da(s) língua(s) e adentra o território da(s) cultura(s), conforme a reflexão de Basnett: “A língua está mergulhada na cultura, os atos linguísticos se dão num contexto e os textos são criados num *continuum*, e não no vácuo” (2007, p.23).

A mesma autora complementa, agora dando ênfase à tradução literária, também assunto deste trabalho em dado momento:

[...] a tradução oferece o “laboratório” ideal para o estudo da interação entre culturas, uma vez que a comparação entre o original e o texto traduzido não apenas mostra as estratégias empregadas pelo tradutor em dado momento, como revela também o *status* de cada um dos dois textos nos diversos sistemas literários. Mais do que isso, expõe a relação entre os dois sistemas culturais nos quais os textos se inserem. (2007, p.19)

Ao comentário de Basnett, cabe acrescentar que essa “interação entre culturas”, e especialmente entre “sistemas literários” ou “sistemas culturais”, em grande medida ainda se dá no quadro de uma divisão por nacionalidades, ou culturas nacionais.

Este trabalho introduz uma terceira variável em seu desenvolvimento teórico, a história, cuja relação com os estudos da tradução merece explicação à parte – embora talvez já esteja clara, a essa altura do desenvolvimento da historiografia, a proximidade entre cultura e história. Mas vale a pena, como confirmação, conhecer a opinião de um historiador que se dedica ao tema: “Se o passado é um país estrangeiro, consequentemente, o mais monoglota dos historiadores é um tradutor. Os historiadores fazem a mediação entre o passado e o presente, e enfrentam os mesmos dilemas de outros tradutores, servindo a dois senhores quando tentam facilitar o entendimento dos leitores e, ao mesmo tempo, se manter fiéis ao original” (Burke, 2007, p.7).

Além disso, e formando o par perfeito com a afirmação acima, do britânico Peter Burke, a própria teoria da tradução se volta, atualmente, ao estudo da história dessa atividade tão antiga quanto as culturas (e certamente mais antiga do que qualquer nação como tal): “[...] podemos perfeitamente estar iniciando um período de gestação no qual a disciplina [dos estudos da tradução] passe a buscar um entendimento de si própria voltando-se à história”, afirmam os organizadores de *A Companion to Translation Studies*, na introdução ao volume (p.5).

A tarefa do tradutor comporta, pois, claramente esses três elementos: linguagem/língua, cultura e história. O mesmo se pode dizer da atividade altamente *simbólica* que é o futebol.

Hilário Franco Júnior é categórico ao afirmar, em *A Dança dos Deuses*: “O futebol é, sem dúvida, *linguagem*” (2007, p.349, grifo nosso). E mais adiante, no mesmo estudo sobre futebol, sociedade e cultura: “A constatação é fácil de ser feita e frequentemente repetida: o futebol é o *fenômeno cultural* mais difundido no mundo hoje” (p.393, grifo nosso).

Por fim, o jornalista José Geraldo Couto dá a pista, em artigo no caderno de esportes do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a *dimensão histórica* do mundo da bola: “Os historiadores do futuro se dedicarão, assombrados, a desvendar os paradoxos dessa prática ao mesmo tempo física, bruta, e de desdobramentos imaginários tão sutis”.

Consideremos o futebol como *linguagem* – portanto, ele próprio *cultura* e, como outras linguagens (direito, artes, ciências), parte da *cultura humana*, ainda que o controverso *natureza humana* seja também termo corrente.

Mas não existe algo como “a” cultura humana, e sim – chamemos desse modo – *zonas de entendimento ou consciência comuns* (as linguagens a que nos referimos acima, entre elas o futebol), a que a tradução, por sua vez, facilita o acesso – o ato tradutório como, em última análise, um processo de mediação entre natureza e cultura, na medida em que tenta promover a conciliação dos diferentes modos pelos quais os homens, precisamente *frente à natureza*, fazem-se *culturalmente* humanos.

Na história dos estudos da tradução, há os que – como Humboldt – viram nela uma busca pela essência do conhecimento, equidistante de todas as línguas nacionais e, no entanto, somente por elas alcançável (Heidermann & Weininger, 2006); e também os que, a exemplo de Walter Benjamin e Jacques Derrida, preferiram a imagem da “língua pura”, ao mesmo tempo forma e conteúdo de tudo, como que a chave tradutória

universal (Venuti, 2004) – onde se ouvem ecos das línguas sagradas em torno das quais se criaram e se mantiveram amalgamadas as comunidades religiosas clássicas.

Quanto ao futebol, se pensarmos na simplicidade – e sobretudo na essencialidade – de suas poucas regras, talvez pareça possível a analogia com a “língua pura” ou sagrada, ou ainda com o coração do conhecimento, “a soma do que é cognoscível”, de Humboldt (*in* Heidermann & Weininger, 2006, p.xli). E, no entanto, o que especulamos aqui é o grau de tradução que exigem e a que se prestam os supostos estilos dessa linguagem. Partimos do pressuposto de que, mais do que possível, é *necessário* traduzir. Ou seja, de que os estilos – assim como as línguas depois de Babel, para usar o título do célebre tratado de George Steiner sobre a tradução – se confrontam, se distinguem, se interpenetram; sobretudo, tentam manter coesos em torno de si suas “comunidades imaginadas”.

Mas em que medida é possível, afinal, uma reflexão sobre futebol e língua como a proposta por Hilário Franco Júnior? E estilos de jogo são mesmo análogos a línguas?

Exploremos três diferentes abordagens para responder a essas perguntas.

Pode-se, por exemplo, comparar o futebol a uma protolíngua, digamos, a indo-europeia – já que as origens e a predominância geográfica do jogo moderno coincidem com as regiões cobertas pelas línguas derivadas desse tronco. A segunda possibilidade seria equiparar o esporte a uma das línguas artificiais que até hoje, embora em círculos restritos, ainda se acredita viáveis como línguas universais, a mais conhecida delas o esperanto.

Antes de irmos à terceira abordagem possível, descartemos de imediato a segunda (nenhuma língua artificial jamais chegou ou chegará a ter a popularidade do futebol, o que prejudica irremediavelmente a analogia); e relativizemos a primeira comparação: sim, o proto-indo-europeu pode ser a raiz de muitas das línguas aqui em

questão, mas nem por isso volta-se a ele, como que procurando as pegadas até o início do percurso, diante de algum enunciado em língua estrangeira – o que se faz, podendo-se, é traduzi-lo. Em outras palavras, só se pode tentar reconstituir (hipoteticamente) o proto-indo-europeu como fóssil, e nos interessam línguas e estilos *vivos*.

A terceira hipótese é a da língua internacional. Recorde-se, primeiramente, que o latim – ao mesmo tempo que língua sagrada, e esse, de novo, não é o conceito que nos interessa – foi também o idioma comum para algumas das linguagens do conhecimento, como o direito e as ciências, por exemplo.

O futebol, porém, é uma dessas linguagens da cultura humana cuja expressão é perfeitamente possível sem as línguas – mas, já afirmamos, os estilos de jogar se traduzem por elas. É mais arte do que ciência, está mais próximo da música ou da dança do que da matemática ou da física; e, mesmo que se valendo de um código extra como o dos sistemas táticos (assim como a música ou a matemática se valem dos seus: a escrita das partituras ou as fórmulas), lembremos, está longe de se reduzir a isso.

Fixemos, por fim, começando a responder à pergunta sobre se estilos são análogos a línguas, a seguinte comparação: *torcer é falar, jogar é escrever*. Quando alguém aprende a falar, identifica-se com um grupo, assim como quem aprende a torcer. Dificilmente a identificação primeira é com o grupo maior da nação — torcer (e falar, aliás) responde, de início, a uma *cultura local*. Não há, porém, tantas variações no jogar para que seja possível identificar, aí, estilos.

Com isso não se está dizendo que todos jogam igual – há “maneiras de jogar”, mas não tantas quanto há línguas ou etnias ou agremiações futebolísticas; não tantas quanto há culturas locais. E há muito mais nações do que maneiras de jogar, assim como há muito mais culturas locais do que nações — o que denota o caráter de

construção tanto destas quanto dos supostos estilos de jogo nacionais. Em termos objetivos, são uma miragem.

Já os homens em campo – e, não nos esqueçamos, também aqueles à beira do gramado ou no banco de reservas – escrevem o “texto” da partida na linguagem do futebol. Não poderia ser diferente. Obedecem a uma certa *gramática normativa* do jogo. Ou seja, expressam-se sob regras mais ou menos fixas, de variação limitada. É como se houvesse, nessa linguagem, certos universais – chute, drible, passe – e suas (poucas) variações – chute fraco/forte, drible reto/lateral, passe curto/longo – aos quais cada jogador imprime certo “jeito”.

Mas seria o conjunto dos gestos *em si* classificável em “línguas”?

Parece-nos que não: será preciso abandonar a gramática do jogo em favor de uma *hermenêutica* do que acontece em campo, mas para além de uma análise da linguagem dos gestos – mais ou menos técnicos – e dos esquemas táticos – mais ou menos rígidos; qualquer tradução passa, necessariamente, pela língua-ela-mesma, e por isso é imprescindível debruçar-se sobre o que se fala/escreve a partir do tal “texto” da partida – é aí que se dá a tradução (cultural tanto quanto linguística). Repita-se: nesse esquema, os homens em campo são os autores; a audiência, quem traduz.

Em suma: se uma língua, e isso veremos em detalhe, não é estrutura, mas a soma instável e mutante de infinitas ocorrências verbais mais ou menos conectadas sob a égide de uma cultura (nacional), e se a tradução não acontece simplesmente entre universais apenas travestidos dessa ou daquela forma – e não haveria tantas formas assim de chutar, driblar ou fazer um passe a ponto de por aí ser possível distinguir um brasileiro de um inglês, de um argentino, de um alemão –, resta-nos investigar o que dizem (escrevem) os respectivos tradutores dos supostos estilos em jogo/campo.

Uma coisa em comum, portanto, entre estilos e línguas: é apenas contingente, nunca necessário, o fato de que tal ou qual língua (sua escrita, sobretudo, que lhe dá esse status para além da variedade ou do dialeto), tal ou qual estilo (construção igualmente “literária”) expressem esta ou aquela nação.

**

Defendemos, nesta tese, que o futebol é *linguagem em tradução*. Se parece se proliferar em “línguas” nacionais, ou seja, estilos marcadamente associados a certos “povos”, é porque tais estilos criaram raízes, por assim dizer, nas respectivas línguas-elas-mesmas, as quais traduzem e transmitem, nos escritos sobre futebol, uma suposta “essência” das várias “nações futebolísticas”.

Como se dá esse processo?

“Aliás, de que estamos falando, exatamente, quando dizemos ‘estilo?’”, caberia, antes de qualquer coisa, nos perguntarmos objetivamente, como faz o ensaísta alemão Hans Ulrich Gumbrecht.

Gumbrecht (2006) descarta, desde logo, a etimologia da palavra como pouco elucidativa: “Porque ela faz referência ao ‘stilus’, aquela espécie de ponteiro de osso ou metal, cuja extremidade aguçada era usada na cultura romana para escrever sobre a camada de cera das tábulas. A outra extremidade, em forma de espátula, servia para anular os erros, alisando a cera”. Mas essa explicação da origem etimológica do que chamamos estilo pode, ao contrário, nos servir, e muito – é na perenidade da escrita, mesmo que não seja eterna, mesmo que se apague de quando em quando, que se encontra muito da permanência dos estilos.

De sua parte, recorrendo ao sociólogo Niklas Luhmann, seu conterrâneo, Gumbrecht adota a seguinte definição de estilo: “[...] um conceito próprio dos observadores, mediante o qual podemos fixar fenômenos de continuidade dentro de contextos em que predominam as variações”. E acrescenta:

[...] a dimensão da observação do estilo – a observação das continuidades da forma que se impõem e sobressaem sem programas – é mais próxima para o espectador de futebol do que para um de basquete, de futebol americano e, evidentemente de xadrez, em que o embate entre sistemas de jogo está em primeiro plano. Aliás, pelo fato de os tipos de estilo não poderem ser identificados tão nitidamente quanto os programas ou sistemas nem poderem ser facilmente adjudicados a determinados inventores, não surpreende que os tipos de estilo, uma vez observados, possam ser relacionados com conceitos de identidade relativamente vagos, como os de caracteres nacionais. (Gumbrecht, 2006)

Chama a atenção a consistência da conceituação de Gumbrecht quanto ao fato de que não são os homens em campo – ou à beira do gramado – mas, em última análise, os torcedores na arquibancada e a imprensa nas cabines os inventores (aqui, “tradutores”, intérpretes culturais) do estilo; e, vale lembrar, só o inventam porque previamente identificados culturalmente, no mais das vezes por uma língua nacional, além de unidos em torno do time que está em campo.

Embora lamentando o fato de que, “devido à falta de material iconográfico, nunca será possível descrever, nem de forma aproximada, as primeiras formas de futebol que causaram ‘frisson’ mundo afora nos primórdios do século XX”, Gumbrecht destaca a relevância de “textos referentes àqueles acontecimentos”. E o que podem revelar esses textos? Segundo Gumbrecht (2006), “que, mais do que os caracteres nacionais, foram o modelo, a influência e, sobretudo, o sucesso de determinados jogadores, determinados técnicos e suas equipes os fatores decisivos na configuração de estilos nacionais de futebol”.

O autor alemão exemplifica com casos clássicos: o do “escrete maravilha” do austríaco de Hugo Meisl, ainda na década de 30; com aquele que ficou sendo o

admirado estilo húngaro do time de Puskas e Kocsis, embora jamais repetido por outra seleção do país; e ainda com os casos mais recentes do “catenaccio” italiano e do “futebol total” holandês – conforme ainda o raciocínio de Gumbrecht, frutos de parcerias entre um técnico inovador e um jogador excepcional (Heleno Herrera/Franchetti e Rinus Michels/Cruyff, respectivamente) que somente a posteriori viraram os estilos de cada país.

Hilário Franco Júnior lembra como “produtores de conhecimento futebolístico” alguns dos mesmos treinadores elencados por Gumbrecht, e outros mais: “o anônimo pioneiro escocês inventor do *passing game*, depois o inglês Herbert Chapman [lendário técnico do Arsenal de Londres nos anos 1930], o austríacos Hugo Meisl, o húngaro Gustav Sebes, o holandês Rinus Michels”.

Aliados, como diz Gumbrecht, ao talento e à lealdade de certos jogadores, alguns poucos técnicos de gênio (nada a ver com o “gênio” de um “povo”, atenção – é de genialidade individual que se trata) inventaram e estabeleceram *sistemas táticos* inovadores e vencedores. Estilos, a nosso ver, transcendem esse plano: não podem prescindir da *dimensão do observador*.

Nesse passo, os dois estudos de caso deste trabalho (capítulo 5) tomam como ponto de partida relatos de imprensa – narrativas do estilo segundo a observação de quem traduz/interpreta o jogo. A tradução do que esses intérpretes veem em campo a cada acontecimento será analisada na confluência das noções de “comunidade imaginada” (nacional, já que, no mais das vezes, os estilos no futebol se associam originalmente a nações), cultura e linguagem/língua – conceitos cuja exploração teórica percorre este trabalho até o capítulo em questão.

A análise das narrativas do estilo se dá, então, em dois tempos: primeiro, no contexto histórico da formação das “nações futebolísticas”, versando particularmente

sobre o caso argentino a partir da principal referência, porque pioneira – a Inglaterra, berço do jogo moderno e difusora planetária da prática do futebol; a investigação histórica então se desdobra, e se aproxima do tempo presente, pela análise de como narrativas impressas sobre partidas e estilos no nível das comunidades imaginadas locais/clubísticas – em foco, aqui, a do Arsenal de Londres – respondem à noção de comunidade imaginada nacional.

O pesquisador, repare-se por fim, também atua como tradutor: e não só porque lê as narrativas impressas no idioma original, para depois interpretá-las (ou reinterpretá-las, retraduzi-las, pois elas, em si, já são uma primeira interpretação ou tradução da linguagem do jogo), mas sobretudo porque pertence, *ele próprio*, a uma cultura e a uma nacionalidade diversas.

Todo tradutor (historiador), afinal, precisa também falar de algum lugar – impossível a ubiquidade.

1. NAÇÃO *versus* CULTURAS

1.1. Nação

Ainda nos anos 80 do século passado, num momento em que a dita globalização não permitia enxergar direito o horizonte, o historiador Benedict Anderson, no clássico *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo*, deu novo impulso à discussão sobre o pertencimento à nação – um tema, nem é preciso dizer, estigmatizado pela evocação imediata da ideologia trágica que engendrou.

O que de início pretendemos discutir mais detidamente, para ir direto ao assunto, é a questão da nacionalidade: sua ligação com a **ficção** – do que o “imaginadas” do título de Anderson dá uma boa pista – e a evolução **histórica** do conceito à medida que o olhar dos historiadores sobre a história foi cada vez mais levando em conta, antes de nacionalidades, *culturas* – embora as culturas *nacionais*, nos últimos duzentos anos pelo menos, tenham tido grande peso, para além da ideia de tribo a que podem remeter, na formação de qualquer *identidade* individual.

Começemos com a assertiva de Anderson: “A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o ‘fim da era do nacionalismo’, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (2008, p.28). (Repare-se que o autor prefere, quase sempre, a expressão “condição nacional”, com sua conotação de provisoriedade, ao muito mais taxativo – e definidor – “nacionalidade”).

Essa ideia teria, nos dias de hoje, uma “legitimidade emocional” profunda, garante Anderson (2008, p.30)¹. Seguimos com ele:

[...] proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. (2008, pp.32-34, grifos originais)

Por fim, Anderson deixa no ar uma afirmativa que, propomos, o leitor retenha, pois voltaremos a ela adiante: “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (2008, p.33).

A observação a seguir, do professor Joseph R. Strayer, da Universidade de Princeton, remete às origens das comunidades nacionais (ou, como preferiu o próprio autor, a suas “raízes medievais” – é o que informa o título do volume reunindo suas célebres conferências).

Os Estados europeus que emergiram após o ano 1100 combinavam, em alguma medida, os pontos fortes tanto dos *[antecessores]* impérios quanto das *[muito mais antigas]* cidades-Estado. Eram grandes e poderosos o suficiente para terem excelentes chances de perdurar – alguns deles estão chegando aos mil anos de existência, uma idade respeitável para qualquer organização humana. Ao mesmo tempo, conseguiam envolver uma grande proporção de seus povos no processo político, ou ao menos tornar essas populações conscientes dele, além de criar algum senso de identidade comum entre as comunidades locais. (Strayer, 2005 [1970], p.12)

Segundo o autor, a combinação de alguns fatores, ao longo dos séculos seguintes, foi criando as condições para o aparecimento dos primeiros Estados-nação como tais – e até mesmo a urgência de que viessem à tona: uma estabilidade maior dos reinos, particularmente dos que viriam a originar os núcleos de Inglaterra, França e

¹ Entre os teóricos do nacionalismo, porém, há quem seja mais cético: o termo “pós-nacional” não raro aparece como corolário do argumento nas principais teorias sobre o tema.

Alemanha, após longo período anterior de migrações, invasões e conquistas; a adequação dos feudos ao que, no futuro, definiria um Estado: uma efetiva unidade social e econômica (“os indivíduos sob um mesmo senhor geralmente tinham muita coisa em comum”, p.18); e, finalmente, a vitória dos reformadores gregorianos, tornando a Igreja uma estrutura administrativa independente, que teve como contrapartida a necessidade de que os monarcas, agora numa esfera separada de poder, também controlassem uma estrutura própria.

“A Europa ocidental podia estar unificada do ponto de vista religioso, mas claramente não estava do ponto de vista político. Cada reino ou principado tinha de ser tratado como uma entidade separada; estavam criadas as fundações para um sistema de múltiplos Estados.” (Strayer, 2005 [1970], p.23)

Em dois séculos, entre 1100 e 1300, instituições permanentes se estabeleceriam nos proto-Estados, especialmente nas áreas judiciária e financeira. Strayer exemplifica com o caso inglês: “[...] todos os setores do governo inglês já mantinham registros ao final do século XII. O Tesouro preservava os relatórios dos tesoureiros locais [*sheriffs*]; os juízes, de suas decisões; a chancelaria arquivava cópias das cartas enviadas. A abundância de registros escritos rapidamente tornou sólidas as instituições em desenvolvimento” (2005 [1970], p.42).

Importante mencionar: os registros escritos a que se refere Strayer passaram a ser feitos, cada vez mais, em vernáculo (embora até pelo menos o século XVII o latim tenha continuado, paralelamente, a servir como língua administrativa na Europa Central). Observa ainda o mesmo autor: “Talvez o derradeiro dos estímulos que levaram à criação do Estado europeu tenha sido o rápido crescimento no número de sujeitos letrados durante o século XII” (2005 [1970], p.24). Mais gente passava a escrever – além de falar – versões primeiras, ainda que carentes de unificação, do inglês, do

francês, do alemão. Mas, de início, para propósitos burocráticos apenas: o sentido de unidade dado pela língua “literária” – língua nacional – ainda estava a séculos de distância.

Mesmo em termos administrativos, lembra Strayer, o Estado moderno não passava de uma miragem: “Tomando a Europa como um todo, dificilmente se pode afirmar que o conjunto completo de novos departamentos de governo tenha surgido antes de princípios do século XIX” (2005 [1970], p.104). E isso apesar de o autor, páginas antes em seu *On the Medieval Origins of the Modern State*, ser categórico ao afirmar: “Em torno do ano 1300, era evidente que a forma política dominante na Europa ocidental viria a ser o Estado soberano”. *Viria a ser*. Até então, porém:

A lealdade ao Estado podia superar todas as outras lealdades, mas, numa era em que essas outras lealdades se viam enfraquecidas, a lealdade ao Estado conseguia ser dominante sem ser muito intensa. Levou quatro ou cinco séculos para que os Estados europeus vencessem suas fraquezas, sanassem suas deficiências administrativas e transformassem aquela morna lealdade num nacionalismo incandescente. (Strayer, 2005 [1970], p.57)

Strayer expressa sérias dúvidas quanto ao próprio nacionalismo, que considera um “termo vago”: “[...] em que momento passa a ser algo além de mera xenofobia, no que se diferencia das velhas lealdades locais e regionais, quais são suas conexões com diferenças religiosas, culturais e linguísticas?” (2005 [1970], p.109). Todas questões centrais para nossa discussão – às quais Strayer responde assim:

Pouco se pode afirmar além do fato de que, no século XVII, havia alguns sinais do que se poderia chamar de nacionalismo nos antigos e consolidados reinos de Inglaterra, França e Espanha, e que tais nacionalismos, da forma como existiam, tenderam a fortalecer aqueles Estados. Em outros lugares, o nacionalismo não era ainda forte o bastante a ponto de causar a desintegração de Estados existentes ou evitar a consolidação daqueles unificados de forma ainda imperfeita. (2005 [1970], p.109)

Hobsbawm, aliás, não hesita em admitir, em consonância com Strayer, que “[...] jamais se negou o fato da multinacionalidade ou do multilinguismo ou da

multietnicidade dos mais antigos e inquestionáveis Estados-nação, ou seja, Inglaterra, França e Espanha” (2012 [1990], p.33). Mas por quais critérios, então, estes, e não outros – e não todos – os “povos” se constituíram em Estados-nação? O próprio Hobsbawm enumera: “Na prática, havia apenas três critérios que permitiam a um povo ser classificado com segurança como uma nação [...]. O primeiro era sua ligação, em termos históricos, com um Estado presentemente constituído ou dono de um passado razoavelmente extenso e recente” (2012 [1990], p.37).

Esse primeiro aspecto, parece-nos, fica claro também no argumento de Strayer acima sumariado. Mas Hobsbawm prefere se estender quanto a uma distinção que não tocamos devidamente: entre os termos Estado e nação. A partir do escrutínio de várias edições do Dicionário da Real Academia Espanhola, o historiador britânico constata que essa obra monumental de referência

não usa a terminologia de Estado, nação e língua até sua versão de 1884. Aqui, pela primeira vez, ficamos sabendo que a *lengua nacional* é “a língua oficial e literária de um país, e aquela em geral ali falada, distinta dos dialetos e das línguas de outras nações”. O verbete “dialeto” estabelece a mesma relação entre este e a língua nacional. Antes de 1884, a palavra *nación* significava, simplesmente, “o conjunto dos habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas então passa a aparecer como “um Estado ou corpo político que reconheça o centro supremo de um governo comum” e, ainda, “o território que esse Estado e seus habitantes individuais compõem considerado como um todo”, de modo que o elemento de um Estado comum e supremo é central para tais definições, pelo menos no mundo Ibérico. (2012 [1990], p.14)

Vamos aos demais critérios de Hobsbawm para que um “povo” pudesse ser classificado como nação.

O segundo critério era a existência de uma elite cultural há muito estabelecida, com base num vernáculo escrito nacional de caráter literário e administrativo. Foi a partir disso que surgiram as demandas por nacionalidade de italianos e alemães, embora os respectivos “povos” não tivessem um Estado com que se identificar. Em ambos os casos, a identidade nacional se formou, por consequência, em termos fortemente linguísticos, ainda que em nenhum dos dois a língua nacional fosse falada no dia-a-dia por mais do que uma pequena minoria. [...]

O terceiro critério, infelizmente é preciso mencionar, era ter uma comprovada capacidade de conquista. Não há nada como ser um povo imperialista para tornar uma população consciente de sua existência coletiva [...]. (2012 [1990], pp.37-38)

Como se vê, particularmente tomando-se o segundo critério de Hobsbawm, sua abordagem da questão nacional se aproxima, embora em termos próprios, daquela preferida também, veremos em detalhes, por Benedict Anderson – uma vertente que busca as origens do nacionalismo moderno, e com ele das línguas nacionais, na imaginação de um povo e nos meios utilizados para propagá-la, aos quais se poderia aplicar o rótulo de “mídias”, começando pela mais elementar delas: a escrita.

Mas o que havia antes das comunidades nacionais?

De acordo com a genealogia proposta por Anderson, antes da era do nacionalismo eram dois os tipos de vínculo comunitário, às vezes excludentes entre si, mas com frequência sobrepostos: a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico* – “[...] ambos, no seu apogeu, foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade”, afirma o autor (2008, p.39).

Nas antigas comunidades religiosas emerge claramente uma questão que, a partir de agora, vai nos interessar de perto: o pertencimento a uma comunidade pela língua e, veremos, também pela literatura.

Todas as grandes comunidades clássicas”, prossegue Anderson, “se consideravam cosmicamente centrais, através de uma língua sagrada ligada a uma ordem supraterrânea de poder. [...]

Com efeito, a realidade ontológica só pode [podia] ser apreendida por meio de um único sistema privilegiado de re-presentação: a língua-verdade do latim eclesiástico, do árabe corânico [...]. (2008, pp.40-42)

Ora, ainda estamos muito longe da ideia moderna de linguagem – aqui entendida como anterior às línguas – e mesmo das modernas identidades nacionais, que só vão aparecer do século XVIII em diante. Sobretudo, a noção de *referência* – em termos

simples, o que haveria por detrás, ou sob a superfície, da linguagem, das línguas – era completamente diferente.

A teórica canadense Linda Hutcheon é quem se pergunta:

O que é que constitui a natureza da referência na história e na ficção? [...] Exatamente como é que a linguagem se prende à realidade? O que nossa teoria literária, nossa literatura e nossa filosofia da história estão fazendo atualmente é passar a fazer parte de uma problematização já existente, e agora generalizada, de toda a ideia de referência. (1991, p.186)

Já para Michel Foucault, são as práticas discursivas das ciências humanas que, em última análise, “constroem” ou “constituem” as culturas, as sociedades, a própria história. É evidente, no entanto, que alguns desses discursos prevalecem sobre outros. Posto de outra forma, via de regra é um certo “conhecimento” – que até a virada do século retrasado para o século passado, ou ainda além, exigia-se fosse “científico” – o que determinará que interpretação deve prevalecer, enfim, que olhar sobre o mundo terá hegemonia em determinada época.

Radicalizando ainda mais essa linha de raciocínio, o processo em si de apreensão da “realidade”, especialmente do passado – do nascimento da nação, por exemplo –, só será possível se mediado, sobretudo, pela *linguagem*.

“Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas”, escreve Foucault (2002, p. 208) em *As Palavras e as Coisas*. O pensador francês iniciava, com esse livro, a trajetória que o levaria, anos mais tarde, a fundar sua “arqueologia do saber”. Na obra, mais até do que esmiuçar a questão da referência, Foucault localiza no tempo o salto de qualidade na percepção humana da “realidade” exterior pelo uso das palavras. Uma nova relação assumida entre linguagem

e mundo marcou nossa entrada em uma nova era – à qual chamaremos, por convenção, modernidade.

No Renascimento – e o filósofo francês se reporta particularmente a seu auge, no século XVI –, a linguagem ainda aparecia como que entranhada no mundo, com todas as implicações mítico-religiosas aí presentes desde a Idade Média, época por excelência das comunidades religiosas universais e dos reinos dinásticos. Pensemos no bíblico “no princípio era o Verbo...”, na referência inevitável a uma língua primeira anterior a Babel, cuja decifração – afinal inatingível – colocava-se como desafio às línguas humanas, imperfeitas, incompletas, mero comentário à fala divina: esta, o próprio mundo. Era como se as coisas aparecessem, por assim dizer, “escritas” diante dos homens. Ou, por outra, as palavras viessem “inscritas” nas coisas. No comentário de George Steiner sobre o texto bíblico: “Nada há no Jardim ou em si mesmo a que Adão não possa dar um nome” (2005, p.200).

No seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar. A grande metáfora do livro que se abre, que se soletra e que se lê para conhecer a natureza não é mais que o reverso visível de uma outra transferência, muito mais profunda, que constrange a linguagem a residir do lado do mundo, em meio às plantas, às ervas, às pedras e aos animais. (Foucault, 1999, p.49)²

Tudo muda, como dissemos, na modernidade. É conhecida a fórmula de dois termos – significante e significado – unidos arbitrariamente para formar o signo, pela qual o suíço Ferdinand de Saussure definiu os rumos da linguística moderna.

² Completa Anderson (1991, p.43), ele próprio em nota de rodapé, coincidentemente: “Isso não significa que os iletrados [no tempo das grandes comunidades religiosas] não lessem. Mas o que eles liam não eram palavras, e sim o mundo visível”. E prossegue citando o grande Marc Bloch em *Feudal Society*, p.83: “Aos olhos de todos os que eram capazes de reflexão, o mundo material era pouco mais do que uma espécie de máscara, por trás da qual ocorriam todas as coisas realmente importantes; era como se fosse também uma língua que expressasse por sinais uma realidade mais profunda”.

Reflitamos um momento sobre essa arbitrariedade com que as palavras passaram a designar as coisas: um cachorro não mais atenderá por “cachorro”, ou um gato terá o nome “gato”, por alguma relação intrínseca – determinada de antemão por um texto primordial do mundo – entre esses dois animais e os substantivos pelos quais nos referimos a eles; assim serão chamados porque os indivíduos falantes do português os designam, todos, pelas mesmas duas palavras. Mais importante: a língua, em seu caráter significativo arbitrário, ainda assim “funcionaria perfeitamente bem se *gato* e *cachorro* trocassem de lugar no sistema, desde que todos os falantes fossem avisados”³ (Lodge, 1981, pp.4-5, grifos originais).

Repare-se na liberdade que ganha a linguagem, agora solta de todas as amarras do mundo: “A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem” (Foucault, 1999, p.409). Se por um lado a linguagem não mais depende das coisas, a recíproca deve ser verdadeira: o homem – ele também, afinal, objeto de designação, “coisa” a ser representada – se acha livre, com existência própria. Compreende-se, assim, por que essa nova relação entre linguagem e mundo finca raízes no mesmo período histórico dos ideais humanistas preconizados pelo Iluminismo de fins do século XVIII. Ora, é a partir dali que se pode falar da história tal como a conhecemos.

É também, e não por acaso, quando se consolida a ideia moderna de nacionalidade.

Voltando a Anderson e ao início da modernidade: “Por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos

³ “[...] the English language would work equally well if *cat* and *dog* changed places in the system, as long as all users were aware of the change.”

modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou ‘pensar’ a nação” (2008, pp.51-52).

Evidentemente que as origens da nação – vimos com Strayer – são bem anteriores. Mas, ainda assim, é impossível dissociar sua emergência daquele novo acesso ao mundo via linguagem – e, em pouco tempo, via línguas nacionais. Nesse aspecto, “as consequências do letramento”, conforme a expressão-título de célebre ensaio de Jack Goody e Ian Watt que passamos a explorar, apontam para a importância fundamental da escrita na consolidação de um novo pertencimento pela língua. Outro amálgama essencial da nação será o Estado, o qual, por sua vez, só poderá se consolidar, desde a Idade Média, em vernáculo impresso – e voltamos à prerrogativa de uma língua ao mesmo tempo administrativa e “literária”.

Não são poucos os historiadores – na verdade, chega a ser praticamente um truísmo entre eles – que apontam as cidades-Estado gregas como pioneiras aqui. As explicações para esse pioneirismo (embora sem que houvesse ainda Estado grego *unificado*) é que variam, conforme ressaltam Goody & Watt, cuja sugestão para uma teoria geral nos agrada particularmente:

Quando as diferenças intelectuais entre as tradições culturais de sociedades complexas e simples são devidamente reconhecidas, as explicações para isso são insatisfatórias. No caso da civilização ocidental, por exemplo, buscam-se as origens no gênio grego, na estrutura gramatical das línguas indo-europeias [...].

A nosso ver, no entanto, tem sido dada insuficiente atenção ao fato de que a revolução urbana no Antigo Oriente Próximo produziu uma invenção, a escrita, que alterou toda a estrutura da tradição cultural. Potencialmente, a interação humana agora não mais se restringia à impermanência da conversação oral. (1963, p.344)

Um dos atrativos da teoria de Goody & Watt está em sua pronta rejeição a qualquer explicação determinista ou estrutural para o fenômeno das nações e de sua ligação com as respectivas línguas que, via código escrito, dariam suporte a uma expressão nacional, por assim dizer. Não se trata, pois, de algo como o “gênio [do povo]

grego” ou de qualquer vantagem intrínseca à “estrutura gramatical” de um idioma ou família linguística em particular; a resposta tem muito mais a ver com desenvolvimentos culturais em ambientes agora propícios – a “revolução urbana” de que falam os autores se encarregou de criá-los – e com a capacidade da escrita de, no curso da história, dar aos grupamentos humanos acesso coletivo ao mundo: o que se poderia chamar de identidade – e identidade que já se insinuava nacional.

Goody & Watt oferecem um relato conciso do processo:

Uma sociedade letrada, simplesmente por não ter um sistema de eliminação, de “amnésia estrutural”, não permite que o indivíduo participe integralmente na totalidade da tradição, nem perto do que é possível numa sociedade não-letrada. [...]

O conteúdo da tradição cultural aumenta continuamente, e, na medida em que afeta qualquer indivíduo em particular, este se torna um palimpsesto formado de camadas de crenças e atitudes pertencentes a diferentes etapas do tempo histórico. O mesmo acontece, eventualmente, com o todo da sociedade, uma vez que há certa tendência a que cada grupo social seja particularmente influenciado por sistemas de ideias oriundos de períodos diversos do desenvolvimento da nação; tanto para os indivíduos quanto para os grupos que constituem a sociedade, o passado pode significar coisas muito diferentes. (1963, p.334)

Ou seja, as sociedades baseadas na escrita reformulam sua tradição a todo momento; sobrevivem por sua capacidade de *esquecer*, uma vez que, nelas, (quase) toda a tradição está registrada. A escrita (e particularmente o que é impresso) é o meio pelo qual os “sistemas de ideias oriundos de períodos diversos de desenvolvimento da nação” são continuamente reconstituídos na pele palimpséstica da comunidade nacional; pensemos, metaforicamente, numa “tinta” identitária, digamos de certa cor (mas sem conotações de raça, por favor), com que se pintam as mentes (reforce-se: não os corpos, é de “pele” imaginária que falamos), embora as *formas* ali “tatuadas” como distintivas de como esses grupos encarnam a nação variem ao longo do tempo.

Mas há quem, iludido pela constância de “cor”, não distinga as formas. O perigo, aqui, é cair numa definição de tipo essencialista – e a essência da nação, afirmou Smith (1991), deveria ser a etnia. Embora preocupado em matizar sua posição, negando

incorrer em determinismo e evitando estender o raciocínio a outros casos para além dos principais nacionalismos europeus, o autor produziu passagens assertivas no sentido da identidade nacional como primordialmente étnica.

Qual é a *raison d'être* de qualquer nação (aqui diferenciada de Estado), senão também o cultivo de seus valores culturais únicos (ou que se alega serem únicos)? A distinção étnica continua a ser *sine qua non* para a nação, e isso significa mitos ancestrais compartilhados, memórias históricas comuns, marcas culturais únicas e um senso de diferença, quando não de eleição – todos os elementos que distinguiam comunidades étnicas nas eras pré-modernas. Na nação moderna, eles devem ser preservados, na verdade cultivados, se a nação não quiser se tornar invisível. (Smith, 1991, p.69)

O problema é que, com a escrita, passou-se a preservar *tudo*, e portanto a esquecer *muito*.

Por isso, definir uma nação é bem mais complexo, conforme outro historiador britânico, Eric Hobsbawm: “[...] os critérios usados para tal – língua, etnia, o que for – são eles próprios indefinidos, mutantes e ambíguos”, afirma o autor, arrematando em chave quase poética, “e tão inúteis para orientar o viajante quanto se este tomasse as formas das nuvens como pontos de referência” (2012 [1990], p.6).

Hobsbawm aponta corretamente para outros aspectos a serem considerados: aspectos basilares, chamemo-los assim, para que qualquer vestígio de *protonacionalidade* (a ênfase no prefixo segue o argumento do próprio autor) – língua ou etnia, por exemplo – de fato se tornem aquela “tinta” identitária, sempre definida historicamente sua “cor” e, principalmente, as formas que imprime à “pele” da nação. Sem abandonar a perspectiva da língua nacional, que tanto nos interessa, lança mão de exemplo absolutamente contemporâneo:

[...] línguas padrão nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir como tais antes de haver imprensa, letramento em massa e, portanto, escolarização em massa. A ponto de se argumentar que o italiano popular falado, como idioma capaz de expressar em todo o seu alcance o que uma língua do século XX requer para além da esfera doméstica e presencial de comunicação, somente começa a se constituir hoje em função das demandas de uma programação televisiva [nacional]. As nações e os fenômenos a elas

associados devem, por isso, ser analisados em termos políticos, técnicos, administrativos, econômicos e dos demais requisitos e condições. (2012 [1990], p.10)

Esses “requisitos e condições” se materializam, segundo Anderson, em duas “formas [que] proporcionaram os meios técnicos para ‘re-presentar’ o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à nação” (2008, p.55, grifo original): o romance moderno e o jornal. Estariam dados, pois, os meios – *mídias* – para a emergência das comunidades nacionais imaginadas, em oposição às anteriores, religiosas e/ou agrupadas em torno de dinastias.

Antes de mais nada, é preciso destacar a imbricação entre jornal e romance: a imprensa do século XIX foi de suma importância para a popularização das ficções longas, os chamados folhetins, publicados em capítulos nos jornais. Ao lado da notícia, vinha a imediata reflexão sobre o mundo de então – o romance se transformava nessa espécie de oráculo da atualidade; se não explicava, ao menos fazia pensar a condição do homem, agora homem moderno.

Mas como a imprensa e, com ela, o romance teriam sido capazes de amalgamar, na ideia de nacionalidade, sentimentos de pertencimento àquela altura bastante díspares, especialmente nas diversas regiões da Europa?

E, antes disso, por que o jornal passou a desempenhar esse papel de delimitação das fronteiras simbólicas dentro das quais habitariam cidadãos em “camaradagem horizontal”, unidos em torno de características comuns?

Ou, antes ainda, que características comuns seriam essas, sempre uma pergunta espinhosa? (Basta ver os excessos de um Smith em torno da etnia; ou, por falar nisso, as ideologias de pureza linguística a serviço do nacionalismo.)

A resposta, para Anderson, começa numa certa “revolução vernaculizante”. Assim que se viram obrigados a adotar “línguas administrativas”, numa tentativa

derradeira de unificar seus domínios mesmo que somente na documentação de leis e despachos diplomáticos, os reinos dinásticos abriram a brecha para que os principais vernáculos ganhassem status de código impresso – e, mais adiante, também de língua “literária” – e, assim, solapassem o latim, por exemplo, na Europa. Da língua-verdade à língua compartilhada por um grande número de falantes, os quais logo aprenderiam também a ler e escrever em vernáculo.

“A própria concepção do jornal supõe a refração dos ‘fatos do mundo’ num certo mundo imaginado de leitores do vernáculo”, escreve Anderson, que ressalta ainda “quão importante para essa comunidade é a ideia de simultaneidade lógica e constante ao longo do tempo” (2008, p.104). Consolida-se, nesse gesto da leitura simultânea de jornal, a separação entre passado e presente – entre a *antiguidade* das imensas comunidades de cristãos, ou muçulmanos, ou budistas, e de monarcas e senhores feudais, e a *modernidade* da comunidade nacional imaginada.

Quanto ao novo gênero literário que surgia, o crítico inglês Ian Watt, no clássico estudo *A Ascensão do Romance*, discorre sobre as mudanças que nos trouxeram à modernidade: “aquela vasta transformação da civilização ocidental desde o Renascimento que substituiu a visão unificada de mundo da Idade Média por outra muito diferente, que nos apresenta essencialmente um conjunto em evolução, mas sem planejamento, de indivíduos particulares vivendo experiências particulares em épocas e lugares particulares” (Watt, 2010, p.33).

O autor atribui a grande virada representada pelo novo gênero, em relação à ficção anterior, àquilo que descreve como “realismo formal” no romance – procedimentos técnicos, como a caracterização detalhada dos personagens e a delimitação específica de tempo e espaço das narrativas. Goody esclarece:

A narração fantástica não induz a um confronto literal com uma notícia verídica dos acontecimentos; a ficção [romanesca], porém, pode fazer isso, pode reivindicar um valor de verdade. Na Inglaterra do início do século XVIII era essa a diferença entre *romance* e *novel*. Os romances realistas de Defoe e de outros desafiavam explicitamente o leitor a julgar a verdade ou não da narrativa. (2009, p.38)

Ou seja, também as velhas formas de expressão – como acabamos de ver, uma “visão unificada de mundo”, segundo Watt, ou, para voltar a Anderson, as “línguas-verdade” das grandes comunidades clássicas religiosas, a unidade de palavras e coisas ainda intacta, diria Foucault – terminam por ser, portanto, substituídas.

E, além disso, quando, em outro momento, Watt menciona uma “adaptação do estilo da prosa” (2010, p.29), faz lembrar frase anterior do mesmo Anderson (aquela que pedimos ao leitor, lá atrás, que retivesse): “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”.

O romance seria, por excelência, e em particular na sua imbricação com a imprensa diária, expressão de modernidade – e, mais importante, atestado estilístico de nacionalidade.

O outro lado dessa moeda vem à tona, mais uma vez, em Watt. Depois de reafirmar a ruptura causada pelo romance e seu “realismo formal” em relação à tradição literária pregressa, o crítico afirma: “Vários fatores contribuíram para que essa ruptura ocorresse na Inglaterra antes e mais completamente que em outro país, e dentre eles teve considerável importância a mudança que se processou no público leitor do século XVIII” (2010, p.37). Não se trata agora do homem moderno sendo forjado pelo que lê mas, em sentido inverso, do quanto a ampliação desse leitorado repercute no que para ele se escrevia – o surgimento do romance e a consolidação do jornalismo, aponta Watt (citando Leslie Stephens), são resultado justamente da evolução do público leitor.

Conforme temos visto com Benedict Anderson, esta, por sua vez, é condição para a emergência das comunidades nacionais imaginadas, em oposição às anteriores, religiosas e/ou agrupadas em torno de reinos dinásticos; daí ao que Anderson chama de “capitalismo editorial” – seu conceito-chave para explicar a formação das nações modernas – é um passo.

A começar do jornal, primeiro produto cultural, por assim dizer, resultante da formação em massa – ainda que se deva relativizar o termo – de leitores dos vernáculos, além de pioneira ligação material entre esses leitores em cada um dos então embrionários territórios nacionais.

No romance – que, como vimos, popularizou-se com o jornal –, funciona, do mesmo modo, o princípio da identificação com um igual, mas na forma do seguinte paradoxo: embora a literatura moderna se ocupe de personagens individualizados, muito bem caracterizados, com consciências e percursos intransferíveis, a experiência de qualquer indivíduo real, por outro lado, de nada serve a seu gênero mais nobre – daí o fato de a simples confissão quase sempre redundar em má ficção. O grande personagem de romance é aquele que, em sua trajetória única, vive as experiências de todos e de nenhum de nós ao mesmo tempo – e, ressalte-se, é aí que o leitor começa a ser obrigado a delinear mais precisamente esse *nós*: nós, ingleses, nós, franceses, nós... A mesma *simultaneidade* essencial à nação de que falávamos no caso do jornal, embora, desta feita, tudo não passe de ficção, de romance, de comunidade e de mundo *imaginados*.

Burke, entretanto, acena com um lembrete perspicaz:

As comunidades imaginadas, assim como outros frutos da imaginação, têm efeitos reais, e as tentativas de criar comunidades impondo uma língua ou uma variedade linguística em particular têm importantes consequências, mesmo que não sejam sempre as pretendidas pelos idealizadores. Dessa forma, precisamos analisar o papel das línguas não somente como expressões ou reflexos de um senso de coesão comunitária, mas também como um dos recursos por meio dos quais as comunidades são construídas ou reconstruídas. (2010, p.22)

Anderson enumera, pois, as três condições que possibilitaram imaginar as novas comunidades: “um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana”. E fala de “uma interação mais ou menos casual, porém explosiva” entre esses três elementos (p.78). Mas, a respeito do último deles, alerta:

Embora seja fundamental ter em mente a ideia de fatalidade, no sentido de uma condição *geral* de diversidade linguística irremediável, seria um erro identificar essa ideia com aquele elemento comum às ideologias nacionalistas que insiste na fatalidade primordial das línguas *particulares* e em sua ligação com unidades territoriais também *particulares*. **O essencial é a interação entre fatalidade, tecnologia e capitalismo.** (p.79, grifo originais, negrito nosso)

É ainda Anderson quem esclarece que “a formação concreta dos Estados nacionais contemporâneos não guarda nenhuma relação isomórfica com o campo de abrangência das línguas impressas específicas” (p.83). Ele exemplifica tomando o caso das Américas, especialmente da América espanhola, imenso território dinástico em que a língua administrativa era única; e, no entanto, mais tarde acabou pulverizado em certo número de nações modernas (as quais, adiante veremos por quê, continuaram a adotar o espanhol como vernáculo oficial e língua “literária”). E mesmo mais ao norte, nas Américas, embora frequentemente nos esqueçamos disso, convivem *duas* nações bem distintas, inclusive do ponto de vista das línguas impressas: Estados Unidos e Canadá. Acrescenta Anderson:

[...] quer se pense no Brasil, nos Estados Unidos ou nas ex-colônias espanholas, a língua não era um elemento que os diferenciava das respectivas metrópoles imperiais. Todos, inclusive os Estados Unidos, eram estados crioulos, formados e liderados por gente que tinha a mesma língua e a mesma ascendência do adversário a ser combatido. Na verdade, cabe dizer que a língua nunca se colocou como questão nessas primeiras [*e pioneiras, anteriores às da Europa*] lutas de libertação nacional. (2010, p.85)

O Brasil, diga-se, constituiu exceção em várias frentes: enquanto todo o resto das Américas adotava autoconscientemente as condições de Estado nacional e

república, fomos os únicos a manter a monarquia – e nem tão *autoconscientes* assim de nossa independência, “libertados” que fomos pelo próprio príncipe herdeiro...; tivemos, além disso, o próprio rei antes instalado aqui, ao contrário dos vizinhos, e (detalhe importante para a presente discussão) apenas com ele chegaram a imprensa e os jornais. Além disso, lembra Anderson, com base em dados de Rona Fields, “em 1800, havia quase um milhão de escravos no total de 2,5 milhões de habitantes do Brasil” (p.100).

Nos reinos da Europa, a situação era bem diferente.

Os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgo dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses e irlandeses, ingleses e galeses. [...] Que nacionalidade poderíamos atribuir aos Bourbon na França e na Espanha, aos Hohenzollern na Prússia e na Romênia, aos Wittelbach na Bavária e na Grécia? (Anderson, 2010, pp.127-128)

Nessas extensões dinásticas já se adotara algum vernáculo oficial – como medida de unificação do reino, mas também, como vimos, por necessidades mais imediatas: administrativas e diplomáticas, basicamente. E, embora não houvesse aí a intenção declarada de submeter linguisticamente as várias populações sob domínio dessas dinastias, “a ascensão desses vernáculos à condição de línguas oficiais, onde elas, em certo sentido, concorriam com o latim (o francês em Paris, o médio-inglês em Londres), contribuiu para o declínio da comunidade imaginada da cristandade”, lembra Anderson (pp.77-8).

O “capitalismo editorial” se encarregou do resto. Mas, paralelamente, os desenvolvimentos da ciência da linguagem – a linguística como tal, recém-nascida – já se faziam sentir no campo das políticas linguísticas.

A partir daí”, retomamos Anderson para recapitular, “as antigas línguas sagradas – o latim, o grego e o hebreu – foram obrigadas a se misturar em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais, num movimento que complementava sua anterior depreciação no mercado por obra do capitalismo editorial. Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra)mundano, então todas eram,

em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus novos donos, os falantes – e leitores – nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus. (p.111)

Essa revolução científica na Europa do século XIX – que trazia consigo, frise-se novamente, uma fundamental modificação nas formas de apreensão do mundo, com jornal e romance à frente – “criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades de grupos muito específicos – seus leitores e falantes diários” (Anderson, 2010, p.128). É quando se produzem as primeiras compilações oficiais de alguns vernáculos: gramáticas normativas e dicionários. “Os Romanov descobriram que eram grão-russos, os hanoverianos descobriram que eram ingleses, os Hohenzollern, que eram alemães – e os seus primos, com um pouco mais de dificuldade, viraram romenos, gregos, e assim por diante”, diverte-se Anderson (pp.129-130).

Aqui temos o que o historiador inglês chama de “naturalizações” das dinastias europeias ou, conforme expressão recorrente em sua obra, “nacionalismos oficiais” – os quais, segundo metáfora inspirada do autor, o que faziam, com suas políticas linguísticas, era “esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do império” (p.131). E aí, sim: fazer caber o novo figurino podia virar questão de vida ou morte – e frequentemente virou. Nas palavras de Carlos Alberto Faraco:

Essa ideologia atravessou o pensamento político dos séculos 19 e 20, motivou guerras e genocídios, encurtou a cidadania de determinados grupos no interior de um país, estimulou a glutofonia (expressão criada por Antônio Houaiss para descrever o silenciamento das línguas frente àquela tornada oficial pelo estado), etc. O saldo da vigência dessa ideologia é, portanto, extremamente negativo. (2010, p.3)

Muito mais adiante, os súditos de um império como o britânico na distante Índia, depois de formados na metrópole, fariam grande esforço para se passar por ingleses, no que Anderson detecta “uma espécie de miscigenação mental” da qual foram entusiastas

alguns ideólogos do século XIX. No Brasil, por contraste, tal raciocínio dificilmente se aplicaria, uma vez que a língua estrangeira em questão – sim, o português do colonizador – foi por muito tempo negada (na versão de “língua impressa” que, afinal, nos interessa) a índios e escravos. Inimaginável, por exemplo, que esses povos aqui colonizados tivessem chance de ir aculturar-se na capital do império, como fizeram aqueles súditos indianos da Coroa Britânica, ainda que poucos.

Daí, quem sabe, nossa miscigenação ser de outro tipo, não mental, mas de corpo e alma: os cruzamentos entre etnias mais o sincretismo religioso, como se sabe, marcaram a formação do Brasil. A miscigenação brasileira se dá, por assim dizer, do pescoço para baixo – e talvez tenha mesmo mais a ver com futebol do que com cultura letrada.

Uma das principais vertentes críticas a Anderson aponta, com certa razão, um tratamento omissivo, em seu *Comunidade Imaginadas*, quanto ao que Wollman & Spencer definem como “algumas das características mais problemáticas do nacionalismo, notadamente seu caráter com frequência excludente”. Prosseguem os mesmos autores: “A linguagem usada para descrever aqueles que querem entrar para a comunidade nacional encontra-se, muitas vezes, repleta de imagens negativas e depreciativas, evocando antipatia e até mesmo ódio ao outro. Mas Anderson insiste em que tais temas seriam, no máximo, periféricos à imaginação nacionalista, que o discurso nacionalista tem caráter muito diferente” (2007, p.16).

De certa forma, a questão remete novamente à preponderância, ou não, da etnia como fator de nacionalidade no mundo moderno – e Hobsbawm (ao lado de Anderson) encara esse elemento como *protonacional*, conforme nossa análise anterior, ao contrário do que, vimos também, pensa Smith, com sua ênfase extremada nas origens étnicas

como amálgama persistente das nações. Não se trata de negar, aqui, o racismo que se exacerba em manifestações ainda hoje, e desde sempre, em defesa da exclusividade no pertencimento a nações.

É apenas constatar que, dado o estabelecimento duradouro de instituições políticas (o Estado, principalmente), econômicas (no mercado, o foco da discussão recaiu, durante muito tempo, sobre classes, em vez de raças) e simbólicas (o letramento e as mídias, conforme temos demonstrado), não sobra muito espaço *real* para a exclusão por critérios meramente étnicos – *meramente*, claro, pois as expulsões de imigrantes ilegais, sendo antes políticas, ainda assim adotam o racismo como critério de seleção; porém esse não é, repare-se, critério *a priori* para a formação da nação, uma questão sobretudo *cultural*.

Que soma de *culturas* constitui uma cultura *nacional*?

Eis a pergunta que, hoje, nos fazemos mais amiúde – e sempre contra a perspectiva da entropia, prevista por tantos, segundo a qual a fragmentação das culturas minaria as bases do Estado-nação. Que, no entanto, sobrevive. Conforme, porém, a definição de Miller: “Nacionalidades não são mais primordiais ou monopolistas” (2006, p.211).

1.2. Culturas em tradução

Na virada do milênio, observa o verbete “cultura” do *Dictionary of Race, Ethnicity and Culture*, estudiosos levantavam a questão do paralelismo que acabou por se criar entre o conceito de raça – muito popular até certo momento do próprio século XX, e merecidamente aposentado – e a ideia de cultura: “Especialmente em dois aspectos, o

conceito de cultura assume a herança problemática do racismo e da ideia de raça. O primeiro aspecto é uma tendência ao determinismo. Da mesma forma que pertencer a uma raça era determinante para o que seria o indivíduo, a cultura passou a ser entendida como algo (qual fosse a definição adotada) capaz de moldar os pensamentos e o comportamento de cada ser humano” (Sökefeld *in* Gindro, 2003, p.63).

O outro legado da categorização por raças, destaca o dicionário, “está no perigo de hierarquização que pressupõe. Uma visão pluralística da cultura necessariamente traz consigo o conceito de ‘diferença cultural’, o que por sua vez implica fazer comparações” – aqui, numa espécie de regressão a uma primeira ideia de cultura, volta-se à dicotomia básica entre cultura e natureza, considerando-se “primitivas” ou “selvagens” aquelas culturas mais próximas de certo “estado natural” (embora, num retorno ambientalista à valorização dessa simbiose, esse julgamento tenda, hoje, a se inverter).

Mas e quanto às fronteiras entre culturas – ou entre conjuntos delas que, amalgamados, formam nações? Chega-se, finalmente, a um interessante ponto de interseção de vários conceitos que nos interessam. Conforme nossa fonte de referência:

Fronteiras culturais são mais frequentemente definidas de acordo com divisões raciais [*hoje, vimos, bem menos*], geográficas, nacionais ou linguísticas. De fato, na linguagem do dia a dia, e mesmo nos círculos acadêmicos, não é incomum deparar com referências a culturas nacionais, como a cultura francesa ou a cultura italiana, embora, longe de serem fenômenos homogêneos, culturas nacionais se constituam a partir de várias culturas minoritárias. Mesmo a aparente unidade linguística de muitas nações é um subproduto da unidade nacional, na medida em que a homogeneidade da língua foi buscada como forma de fortalecer os Estados-nação. (Gindro, 2003, p.64)

Retomemos, pois, a terceira dentre as três variáveis fundamentais em jogo aqui: além de linguagem/língua e história (sobretudo a das nações), é preciso falar de *culturas*.

Ao tentar responder “o que é cultura”, em sua introdução a uma série de verbetes sobre o tema na *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Tim Ingold é obrigado a admitir de saída: “[...] o próprio conceito de cultura tem resistido obstinadamente a se permitir uma definição cabal” (2003, p.329). Em seguida, faz uma síntese da história da perseguição ao conceito:

Numa primeira era da antropologia, quando se considerava que as sociedades se diferenciavam por seu grau de avanço numa escala universal de progresso, cultura era sinônimo do processo de civilização. Mais tarde, à medida que a ideia de progresso perdia terreno para a perspectiva do relativismo, segundo a qual as crenças e práticas de qualquer sociedade somente podem ser julgadas de acordo com os valores e padrões válidos para aquela mesma sociedade, os antropólogos passaram a falar de culturas no plural, e não mais da cultura como o percurso singular da humanidade como um todo. Cada cultura agora era vista como um modo de vida tradicional, representado por um conjunto particular de comportamentos baseados em costumes, instituições e artefatos. Em seguida, enquanto a ênfase mudava dos padrões manifestos de comportamento para as estruturas de significado simbólico subjacentes, a definição passou a consistir na *oposição* entre cultura e comportamento, muito na mesma linha da oposição entre língua [*langue*] e fala [*parole*]. Qualquer cultura era vista como um sistema compartilhado de conceitos ou representações mentais, estabelecido por convenção e reproduzido e transmitido por tradição. Mas mesmo essa visão acabou sendo confrontada por uma abordagem que busca a fonte geradora da cultura nas *práticas* humanas, as quais se situam no contexto relacional do envolvimento mútuo das pessoas no mundo social, e não em estruturas de significação nas quais esse mundo estaria representado. (Ingold, 2003, p.329, grifos originais)

O *Dictionary of Race, Ethnicity and Culture* destaca a clássica definição de Edward Tylor, escrita em 1871: cultura, para Tylor, é “aquele todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outros hábitos ou competências adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Gindro, 2003, p.61). É um ponto de vista, repare-se, ainda por demais centrado numa sociedade e num indivíduo singulares. Quase em meados do século XX, lembra o dicionário, Kroeber e Kluckhohn ampliavam o conceito ao dizer que cultura “é uma abstração a partir de comportamentos concretos não sendo, em si, um comportamento concreto” (p.61).

Vale a pena, aqui, mencionar dois outros pioneiros. Um deles, o alemão Herder, antecedendo ao próprio Tylor, foi o primeiro a usar o termo no plural – “culturas”, em

lugar daquela cultura única e exclusivista, referida por Ingold, ideal a ser atingido por todos os homens conforme caminhasse o progresso; o outro, o germano-americano Franz Boas, influentíssimo a partir de princípios do século XX. A contribuição de Boas, legítimo herdeiro de Herder, foi ter apresentado um conceito pluralista e relativista de cultura – ou melhor, culturas, múltiplas – embora, conforme anota a *Routledge Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, sob uma “tensão irresolvida” entre duas forças: “cultura como uma reunião de fragmentos históricos e cultura como um todo integrado, expressando o ‘espírito’ de um determinado povo” (Barnard & Spencer, 2005, p.209).

Não estamos longe da ideia de nacionalismo – tão cara ao pensamento alemão já em fins do século XVIII, com o próprio Herder e outros.

Mas é na segunda metade do século passado que se passará a pensar a cultura com as nuances que aqui desejamos enfatizar: por exemplo, quando Clifford Geertz, conforme paráfrase do *Dictionary of Race, Ethnicity and Culture*, descreve a condição humana com relação à cultura como a de “um animal suspenso por teias de significação que ele mesmo teceu” (Geertz in Barnard & Spencer, 2005, p.213). Mais significativo, Geertz afirmará com todas as letras em seu *A Interpretação das Culturas*: “O conceito de cultura que defendo [...] é essencialmente semiótico”⁴ (1989, p.15).

Em suma, parece não haver maior consenso do que este: somos – sempre – culturalmente condicionados. Esmiuçada a questão da nacionalidade, podemos constatar um indubitável condicionamento, ainda que em graus variados, a determinada cultura

⁴ Embora Geertz defina cultura de maneira francamente sedutora (“A cultura de um povo é um conjunto de textos [...] que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem”, 1989, p.321), há um aspecto em que suas análises, como a célebre leitura da sociedade balinesa a partir da tradição das brigas de galo, não combinam com o presente trabalho: a insistente confiança de Geertz em “estruturas simbólicas coletivamente organizadas”. No trecho a seguir, essa opção teórica fica clara: “A cultura, aqui”, escreve o antropólogo, “não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência” (1989, p.207). Conforme temos insistido, não se pode pensar linguagem e culturas por esquemas rígidos – interessa-nos a especificidade da ocorrência, não a generalização da estrutura.

nacional – e não custa recordar a expressão dúbia de Benedict Anderson para descrever tal suposta inevitabilidade: “*condição nacional*”.

Pensemos num brasileiro: o que nos perguntamos é se, por mais que a família ou outro grupo qualquer de influência (igreja, torcida, colônia alemã ou italiana etc.) lhe imponha outros pertencimentos, talvez ele não tenha, afinal, como deixar de incorporar, senão o comportamento típico em si, ao menos *as categorias e os conceitos pelos quais se julgam hábitos culturais (e nacionais) no Brasil* – os nossos e os dos outros. Ou ainda, na linha de uma semiótica da cultura, se os *interpretantes* dos quais, desde sempre, esse indivíduo nascido e criado aqui se valeu para “ler” (e “traduzir”) o mundo e responder a ele, poderiam em alguma situação ser substituídos ou mesmo apagados.

O antropólogo Roy Wagner, para quem “[...] toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com nossa própria cultura” (2010, p.41), pensou esse jogo de interpretações a partir da *invenção* e da *ilusão* – o que, parece, o aproxima de Anderson. “Toda expressão dotada de significado, e portanto toda experiência e todo entendimento”, afirma Wagner (p.76), “é uma espécie de invenção, e a invenção requer uma base de comunicação em convenções compartilhadas para que faça sentido – isto é, para que possamos referir a outros, e ao mundo de significados que compartilhamos com eles, o que fazemos, dizemos e sentimos.”

Por sua vez, “o significado [...] é uma função das maneiras pelas quais criamos e experienciamos *contextos*” (p.77, grifo nosso) – ou seja, “qualquer punhado de elementos simbólicos que ocorram juntos de alguma maneira, seja formando uma sequência ou entidade reconhecível [...], seja entrando em oposição como aspectos contrastantes de uma mesma distinção [...]” (pp.77-8). Prossegue o autor:

[...] todo empreendimento humano de comunicação, toda comunidade, toda “cultura” encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais. Esses

contextos nunca são *absolutamente* convencionalizados, no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham; sempre têm pontas soltas, são incompletamente compartilhados, estão em processo de mudança, e podem ou não ser aprendidos conscientemente, no sentido de “regras”. Mas essa coisa um tanto tênue e mal compreendida à qual nos referimos, com otimismo, como “comunicação” só é possível na medida em que associações *são* compartilhadas. (2010, p.81, grifos originais)

Wagner, em seguida, começa a explicar por quê, embora a ideia determinista de que alguma coisa possa ser “inata” em cultura dificilmente se prove, insistimos em que somos, nós e outros *culturalmente* diversos de nós, irreconciliavelmente diferentes – processo ao qual o autor se refere também como “ilusão”.

Os vários contextos de uma cultura obtêm suas características significativas uns dos outros, por meio da participação de elementos simbólicos em mais de um contexto. Eles são inventados uns a partir dos outros, e a ideia de que alguns dos conceitos reconhecidos em uma cultura são “básicos” ou “primários”, ou representam o “inato”, ou de que suas propriedades são de algum modo essencialmente objetivas ou reais, é uma ilusão cultural.

E, no entanto, trata-se de uma ilusão necessária, que faz parte do viver em uma cultura e do inventá-la “de dentro” [...]. (2010, p.83)

Um complexo jogo – ou *dialética*, e o próprio autor é quem recorre à palavra, ainda que o esquema por vezes pareça incomodamente binário – se instala, segundo sua teoria, entre contextos convencionais e não-convencionais, ou o que chama de “dois modos simbólicos”: o “modo convencional” e o “modo diferenciante” (p.87).

Quando o contexto convencional é aquele que serve de controle, o foco do ator se dirige a uma articulação de coisas que se conforma a algum tipo de convenção cultural (ou moral). [...] O ator, seguindo suas intenções, terá conseguido em certa medida “coletivizar” o contexto de sua ação, transformando mato em roça ou um grupo de pessoas em uma família ou nação. Ele terá recriado e estendido algum contexto não convencionalizado (um certo mato, um certo punhado de indivíduos) sob uma forma convencional, transformando-o em “cultura” ou “moralidade”. Mas ele também terá em alguma medida recriado e estendido um contexto convencional (as “regras” ou técnicas aceitas para fazer uma roça, ou uma família, ou uma nação) de forma particularista ou não convencional. (2010, p.89)

Ainda com Wagner, *ambos* os movimentos precisam, pois, ocorrer simultaneamente: um não faria sentido sem o outro, partindo-se de um ou de outro –

embora o ator jamais perceba seu ponto de partida, segundo o autor, porque certa “máscara convencional” sempre recobrirá, de qualquer modo, também o que é “dado” ou “inato”. Uma síntese da dialética wagneriana:

As associações simbólicas que as pessoas compartilham, sua “moralidade”, “cultura”, “gramática” ou “costumes”, suas “tradições”, são tão dependentes de contínua reinvenção quanto as idiossincrasias, detalhes e cacoetes que elas percebem em si mesmas ou no mundo que as cerca. A invenção perpetua não apenas as coisas que “aprendemos”, como a língua ou boas maneiras, mas também as regularidades de nossa percepção, como cor e som, e mesmo o tempo e o espaço. (2010, pp.94-5)

Para explicar o processo tradutório, Umberto Eco, retomando um conceito de seu *Tratado de Semiótica Geral*, mas ao mesmo tempo ecoando Wagner, remete-se ao que chama de “seleções contextuais” (2007, p.33). O pensador italiano especifica: “(...) uma tradução não depende apenas do contexto linguístico, mas também de algo que está fora do texto e que chamaremos de informação acerca do mundo ou informação enciclopédica” (p. 36) – o que nós, mais genericamente, temos chamado de *cultura*.

Vejamos ainda o seguinte raciocínio do mesmo Eco: “O tradutor [...] sempre traduz *textos*, ou seja, enunciados que aparecem em algum contexto linguístico ou são proferidos em alguma situação específica” (2007, p. 49) – e poderíamos perfeitamente acrescentar o adjetivo *cultural* à “situação” referida no fim da frase.

Em outras palavras, sistemas/estruturas/“organizações linguísticas” (a expressão é de Eco) – a *langue* de Saussure – são apenas *comparáveis*; unidades ou ações de texto/fala – a *parole* de Saussure – é que são *traduzíveis*.

Se a tradução dissesse respeito apenas às relações entre dois sistemas linguísticos, deveríamos concordar com aqueles que têm sustentado que uma língua natural impõe a cada falante sua própria visão do mundo, que tais visões do mundo são mutuamente *incomensuráveis* e que, portanto, traduzir de uma língua para outra nos expõe a incidentes inevitáveis. Isso equivaleria a dizer, com Humboldt, que toda língua tem seu próprio gênio ou – melhor ainda – que toda língua exprime uma visão diversa do mundo (é a chamada hipótese Sapir-Whorf). (Eco, 2007, p.42, grifo original)

Muitas páginas adiante, Eco dá seu veredicto: “Sou sempre cético a respeito desse tipo de hipótese à maneira de Sapir-Whorf” (p.190), e menciona alguns antecedentes, especialmente da escola alemã de pensamento de princípios do século XIX: além de Humboldt, também Schleiermacher; para, por fim, dedicar-se a habilmente desmontar a tese que resultou dos esforços, já no século XX, dos linguistas americanos Edward Sapir e Benjamin Whorf – professor e aluno que, curiosamente, não foram colaboradores diretos na construção, feita *a posteriori*, da hipótese que acabou batizada com os nomes de ambos. Revisitemos, por conta própria (e quem sabe com conclusões também próprias?), esse mesmo percurso de pensamento, mas começando ainda uma estação antes: Rousseau e seu *Ensaio sobre a Origem das Línguas*.

A palavra distingue o homem dentre os animais; a linguagem distingue as nações entre si; somente se sabe de onde é um homem após ele ter falado. O uso e a necessidade ensinam a cada um a língua de seu país; mas o que é que faz com que essa língua seja a de seu próprio país e não a de um outro? Para dizê-lo é preciso remontar a alguma razão que diga respeito ao local e que seja anterior aos próprios costumes: sendo a palavra a primeira instituição social, deve ela sua forma apenas a causas naturais. (2003, p.99)

“A escrita, que parece ter de fixar a língua”, acrescenta Rousseau, “é precisamente o que a altera; ela não muda suas palavras, mas seu gênio; ela substitui a exatidão à expressão. Expressam-se os próprios sentimentos ao falar e as próprias ideias quando se escreve.” (p.118)

O pensador franco-suíço não se furta, já, ao uso da palavra “gênio”, e mais adiante da expressão “caráter da língua” (p.119).

É precisamente essa a concepção teórico-filosófica que permitiu a Sapir, celebrenemente, afirmar: “[...] os hábitos linguísticos de nossa comunidade nos predispõem a certas escolhas de interpretação” (1956, p.69). Ou, num de seus excertos mais conhecidos:

Os seres humanos não vivem sós no mundo objetivo, tampouco estão sozinhos no mundo da atividade social, conforme comumente se pensa, mas em grande medida se encontram à mercê da língua particular que se tornou o meio de expressão de sua sociedade. Há uma boa dose de ilusão em imaginar que alguém se ajuste à realidade essencialmente sem o uso da língua e que esta seja meramente um meio incidental de se resolver problemas de comunicação e reflexão. O fato é que o “mundo real” é, em larga medida, inconscientemente construído sobre os hábitos linguísticos do grupo. Não haverá duas línguas suficientemente similares para que se possa considerar que representam a mesma realidade social. Os mundos em que diferentes sociedades vivem são mundos distintos, e não simplesmente o mesmo mundo com diferentes rótulos pregados a eles. (1956, p.69)

Num também célebre artigo sobre a questão do determinismo linguístico, o mais destacado aluno de Sapir, Benjamin Whorf, depois de usar como epígrafe o trecho acima, de autoria do mestre, coloca-se a questão central da hipótese que uniu os esforços dos dois: “Existiriam afinidades detectáveis entre (a) normais culturais e comportamentais e (b) padrões linguísticos em larga escala?” O próprio Whorf apressa-se em responder, num desajeitado parêntese após a pergunta: “Estou longe de aqui fingir que haja qualquer coisa tão certa quanto ‘uma correlação’ entre cultura e língua [...]”. E, mais adiante, em nota de rodapé, reforça: “A ideia de ‘correlação’ entre língua e cultura, no sentido em que correlação é geralmente entendida, é certamente uma ideia equivocada” (1956, p. 138).

Por quais nuances, então, a dupla chega à conclusão de que uma língua é capaz de determinar uma visão de mundo? Desde logo pela concepção largamente idealista de língua defendida por Sapir: “De todos os aspectos da cultura, é razoável supor que a língua tenha sido o primeiro a chegar a uma forma altamente desenvolvida, e que sua perfeição essencial seja um pré-requisito para o desenvolvimento da cultura como um todo” (1956, p.1).

Prossegue o autor: “[...] ainda que possa ser tomada como um sistema simbólico que se reporta e faz referência à experiência direta, ou mesmo que a substitui, [a língua] não se separa nem corre paralela a essa experiência direta, e sim a interpenetra

completamente”; funde-se à experiência direta “no sentido de que, naquelas séries de comportamentos interpessoais que constituem a maior parte de nossas vidas diárias, fala e ação se suplementam e fazem o trabalho uma da outra numa rede de padrões contínuos” (p.8).

E Sapir, por fim, define cultura: “[...] a língua tem o poder de [...] criar [um] mundo em que o potencial se entremeia ao real, o que permite aos seres humanos transcender o imediatamente dado em sua experiência individual e se unir a um entendimento comum mais amplo. Esse entendimento comum constitui a cultura [...]” (1956, p.7).

Na mesma linha, Whorf refere-se à língua como “um conjunto especialmente coeso de fenômenos culturais”, evocando, ao mesmo tempo, “características linguisticamente condicionadas de nossa própria cultura” – uma simbiose (língua/cultura) que, afinal, não é estranha ao argumento que aqui desenvolvemos. Entretanto, o veredicto de Whorf, respondendo à pergunta central que ele próprio se colocava de início, é um tanto obscuro: “Existem conexões, mas não correlações ou correspondências de diagnóstico entre normas culturais e padrões linguísticos”. (1956, p. 139)

É Sapir, novamente, quem esclarece:

A importância da língua como um todo para a definição, a expressão e a transmissão da cultura é indubitável. A relevância de detalhes linguísticos, tanto de conteúdo quanto de forma, para o entendimento mais aprofundado da cultura também fica claro. Não se deduz daí, porém, que haja simples correspondência entre a forma de uma língua e a forma da cultura daqueles que a falam. [...] Não há uma correlação geral entre tipo de cultura e estrutura linguística. (1956, p. 34)

Então, pergunta-se Whorf, “Como se desenvolve historicamente esse complexo de língua, cultura e comportamento? O que vem primeiro: os padrões linguísticos ou as normas culturais?”; ao que ele mesmo responde: “Em geral, desenvolvem-se juntos,

constantemente influenciando um ao outro”. Em seguida, o aluno de Sapir se revela, ainda uma vez, mais determinista a respeito da *natureza* das coisas – e é das coisas da língua que se trata – do que o próprio mestre.

Mas, nessa parceria [entre padrões linguísticos e normas culturais], é a natureza da língua que limita uma livre plasticidade e engessa os canais de desenvolvimento de modo mais autocrático. Isso acontece porque uma língua é um sistema, e não apenas um amontoado de normas. Os contornos mais amplos de um sistema somente podem se transformar em algo realmente novo muito lentamente, ao passo que muitas outras inovações culturais se dão, comparativamente, com maior rapidez. (Whorf, 1956, p.155)

Whorf não chegou a pensar mais a fundo, ele próprio, em termos de culturas *nacionais*. Mas Sapir, sim, e de novo nos deparamos, no mestre, com posições menos duramente essencialistas do que as expressas, acima e além, pelo aprendiz Whorf.

É provável que seja totalmente incorreto o argumento de que diferenças linguísticas são responsáveis pelos antagonismos nacionais. Pareceria muito mais razoável supor que uma unidade política e nacional, uma vez formada em definitivo, use uma língua preexistente como símbolo de sua identidade, daí emergindo, aos poucos, a sensação peculiarmente moderna de que toda língua deveria ser, claro, a expressão de uma nacionalidade distinta. (1956, p.41)

Tampouco Sapir, porém, é capaz de evitar, apesar do esforço em matizar seu pensamento, a sensação de que acredita, como seus ancestrais filosóficos desde Rousseau e a escola alemã de Humboldt e Schleiermacher, em certa condição inata relacionada a nacionalidades e línguas que as expressam.

Muito frequentemente, o que se toma por característica racial inata acaba se revelando, num estudo mais detido, a resultante de causas puramente históricas. Um modo de pensar, uma maneira distinta de reagir, se estabelecem, no curso de um complexo desenvolvimento histórico, como típicos, normais [...]. [Mas] ainda assim é verdade que, por toda parte, grandes grupos de pessoas tendem a pensar e agir de acordo com formas estabelecidas e quase instintivas, as quais são, em larga medida, peculiares a eles. [...] nacionalidades, usando-se a palavra sem implicação política, acabaram por imprimir ao pensamento e à ação um certo molde, e esse molde é mais claramente discernível em determinados elementos de civilização do que em outros. A cultura específica de uma nacionalidade corresponde àquele conjunto de elementos de sua civilização que mais enfaticamente exibem tal molde. Às vezes, na prática, é conveniente identificar a cultura nacional com seu espírito. (Sapir, 1956, pp.84-5)

Percebe-se, pois, de imediato, a ancestralidade do que o professor Werner Heidermann, em prefácio a uma coletânea dos textos de Humboldt publicada no Brasil, nomeia como a “cosmovisão linguística” que desaguaria, por fim, na hipótese de Sapir-Whorf. Vejamos o que escreveu, em suma, o próprio Humboldt (*in* Heidermann & Weininger, 2006):

Por meio da dependência recíproca entre o pensamento e a palavra, evidencia-se de maneira clara que as línguas não são meios para se representar a verdade já conhecida, mas sim para se descobrir a verdade que não se conhecia previamente. Sua dessemelhança não é a de sons e sinais, mas uma dessemelhança das próprias visões de mundo. [...] A soma do que é cognoscível fica, como um campo a ser trabalhado pelo espírito humano, num ponto médio entre todas as línguas, e independente delas. (p.xli)

A maioria das circunstâncias que acompanham a vida de uma nação – o local, o clima, a religião, a constituição do estado, a moral e os costumes – deixa-se, de certo modo, separar-se dela; mesmo havendo ainda influência mútua, ou seja, formação dada ou recebida, é possível, até certo ponto, dissociar tais fatores. Apenas uma delas é de natureza completamente diversa, é o sopro, a própria alma da nação [...] – a língua. [...] um caráter individual só se transforma em caráter de um povo por dois meios, ancestralidade e língua. Mas a própria ancestralidade aparece sem efeito até que tenha surgido um povo através da língua. (p.3)

Outro pensador da mesma escola, Schleiermacher (2004), em célebre ensaio no qual estende a reflexão ao campo da tradução, enfileira expressões que denotam uma visão absolutamente essencialista das línguas, assim como das nações: “o poder formativo da língua, condizente com a natureza de um povo” (p.56), “a natureza específica de um povo” (p.58), “os espíritos de diferentes línguas” e “a relação entre expressões e frases específicas e certas características essenciais da língua” (p.61). Em Schleiermacher, não há construção ou invenção ou imaginação da língua; seu “gênio” e seu “caráter” seriam, aos poucos, “descobertos” por um contingente de eleitos, artistas e cientistas do idioma:

[...] uma vez que a língua é uma entidade histórica, é impossível apreciá-la adequadamente sem uma apreciação de sua história. Línguas não se inventam [...]; vão, ao contrário, aos poucos se descobrindo, e a ciência e a arte são as forças por meio das quais essa descoberta é ampliada e aperfeiçoada. Qualquer espírito proeminente no qual em alguma medida essas visões de uma nação adquiram contorno característico numa

dessas duas formas deve, necessariamente, trabalhar para fazer tais visões virem à luz, e as obras que produza também conterão, portanto, parte da história da língua. (Schleiermacher, 2004, p.51)

Embora determinista, não se trata, porém, do mesmo tipo de viés “biologizante” que por tanto tempo (e contemporaneamente a esses pensadores) sustentou a noção de raça, por exemplo. Mais apropriado seria, talvez, identificar aí uma “fatalidade *histórica*”, expressão cunhada – com grifo original – por Benedict Anderson. Mas, em última análise, Schleiermacher descreve a possibilidade de “verdadeira” tradução:

Poderia alguém que esteja convencido da identificação essencial e íntima entre pensamento e expressão – e tal convicção constitui a base de toda a arte do entendimento oral e, portanto, igualmente de qualquer tradução – poderia esse alguém desejar privar um homem de sua língua nativa e ainda acreditar que esse homem, ou mesmo uma simples sequência de pensamentos, seriam o mesmo numa outra língua? (2004, p.56)

Venuti (2004), em texto introdutório a um dos capítulos do volume em que reuniu reflexões sobre tradução de todos os tempos, resume a filosofia da escola alemã: “Concebe-se a língua, não como expressão transparente do pensamento e do significado, mas como se fosse ela a moldá-los segundo estruturas linguísticas e tradições culturais que, por sua vez, são moldadas pelo uso da língua. Consequentemente, a tradução é vista mais como uma interpretação do texto estrangeiro do que como uma maneira de comunicá-lo [...]” (p.19).

O problema dessa concepção é, de novo, pensar a tradução (como interpretação) no nível da estrutura.

Interpretar”, explica Umberto Eco, “significa fazer uma aposta sobre o sentido de um texto. Esse sentido – que um tradutor pode decidir identificar – não está encerrado em algum mundo incorpóreo [...]. É apenas o resultado de uma série de inferências que podem ou não ser compartilhadas por outros leitores. [...] Sem dúvida, toda a história de uma cultura está lá para assistir o tradutor quando faz suas apostas, assim como toda uma teoria das probabilidades assiste o jogador diante da roleta. Todavia toda interpretação permanece sendo uma aposta. (2007, pp.180-1)

De fato, conforme lembra o próprio pensador italiano, ninguém menos do que Charles S. Peirce e Roman Jakobson, dois fundadores da semiótica, flertaram com a ideia da tradução como interpretação – embora o próprio Eco, outro papa da área, entenda que, ao usar tradução nesse sentido, Jakobson recorresse a “uma expressão figurada” (e o teórico italiano relata um contato pessoal como prova de que bem compreendera o que queria dizer o mestre). Mas Jakobson, a partir de uma reflexão de Peirce, de fato pensou “a noção de significado [...] em termos de tradução”, conforme suas próprias palavras (*in* Eco, 2007, p.269).

O que, por sua vez, conciliaria as duas grandes correntes em que classicamente se divide a filosofia da linguagem: uma segundo a qual a linguagem é anterior à percepção – e, portanto, na linha da hipótese de Sapir-Whorf, a realidade *se constrói*, por assim dizer, segundo a língua que nos é mais íntima e pela qual, de geração a geração, transmite-se uma cultura (categorias conceituais recobertas por palavras – e cada língua teria, para isso, as suas); e, do outro lado, a vertente que prega a existência anterior da percepção, experiência que permite a uma cultura *reconfigurar-se*, a cada geração, conforme suas “condições específicas de desenvolvimento”, nas palavras de Tim Ingold.

Podemos concordar”, pondera Ingold em texto introdutório da *Companion Encyclopedia of Anthropology*, “que duas pessoas com *backgrounds* distintos, se colocadas na mesma situação ou em situações similares, verão ali coisas diversas. Mas por que deve ser assim? Seria porque os dados brutos dos sentidos do corpo, comuns a ambos, são processados por seus respectivos intelectos em termos de esquemas conceituais contrastantes, levando a construtos mentais alternativos quanto ao que seja “o mundo lá fora”? Ou seria porque elas foram treinadas, em experiências prévias com práticas de tipos diferentes, envolvendo movimentos e sensibilidades corporais particulares, a se orientarem em relação ao ambiente e a acessarem suas características de formas distintas? (2003, p.331)

E acrescenta:

[...] segundo o primeiro desses pontos de vista, a estabilidade na forma de uma cultura repousa na transmissão intergeracional de informação conceitual e linguisticamente codificada [...]. Para a segunda vertente, em contraste, essa forma é mantida nas relações humanas correntes: a contribuição de cada geração não está em modelos ou esquemas para a organização da experiência, mas em condições específicas de desenvolvimento sob as quais seus sucessores, crescendo num ambiente social, desenvolvam e incorporem disposições e habilidade próprias. (p.332)

Ainda nos termos de Ingold (2003, pp.331-2), pode-se adotar uma abordagem “cognitivista” (duas pessoas diferentes elaborariam, *de dentro para fora*, “construtos mentais alternativos quanto ao que seja ‘o mundo lá fora’”) ou uma visão “fenomenológica” (ao contrário, duas pessoas diferentes derivariam, *de fora para dentro*, seus modos de ver o mundo a partir de “experiências prévias com práticas de tipos diferentes”). Na síntese de Umberto Eco:

Jakobson estava afirmando simplesmente que a noção de interpretação como tradução de signo a signo permite superar a diátribe sobre onde localizar o significado, na mente ou no comportamento, e não diz que interpretar e traduzir sejam sempre e de todo modo a mesma operação, mas que é útil abordar a noção de significado em termos de tradução (gostaria de glosar: *como* se fosse tradução). (2007, p.269, grifo original)

É importante nos determos nessa distinção (ou simbiose, de outro ponto de vista), pois o próprio Eco afirma com todas as letras, e já no título de um dos capítulos de seu *Quase a Mesma Coisa*, que “interpretar não é traduzir”, além de aconselhar, num dos subitens do mesmo capítulo: “primeiro interpretar, depois traduzir” – claramente dois procedimentos que se dão um após o outro, mas sobretudo um independentemente do outro; assim, prossegue Eco, toda tradução é em alguma medida interpretação, ao passo que nem toda interpretação é tradução. No trecho seguinte, citando Paolo Fabbri, o autor explicita sua crença de que “existe um limite da tradução, quando existe ‘diversidade na matéria de expressão’” – o que isso significa, veremos em seguida. Mas terminemos com Eco: “Identificado esse limite, é obrigatório dizer que, *pelo menos em um caso*, existem formas de interpretação que não são totalmente assimiláveis à tradução entre línguas naturais” (2007, p.275, grifo original).

Eco se refere à *transmutação* – e é isso, precisamente, o que propomos: analisar a transmutação do que tem o futebol de simbolicamente *identitário* justamente na forma de textos. Pois, resta evidente, trata-se aqui, nesse jogo de permuta simbólica entre língua e futebol, futebol e língua, não de tradução entre línguas naturais (no máximo, entre línguas *nacionais*, “literárias”, com tudo que elas têm, vimos, de artificiais, construídas também); trata-se, sim, de tentar perceber como, a partir de uma linguagem, digamos, mais fundamental (a do futebol), moldada diversamente em cada cultura nacional, se traduzem supostos – porém “reais”, porque assim percebidos coletivamente – estilos de jogo.

O fato de serem, ao longo do presente trabalho, eles próprios equiparados a “línguas”, com o cuidado das aspas, revela que o que buscamos não é uma abordagem metafórica – comparar dois sistemas semióticos no que possam ter de análogos em suas formas fixas (gramaticais, retóricas etc.) – mas a tentativa hermenêutica de observar a tradução possível de algumas ocorrências na linguagem do jogo – partidas, às vezes simples jogadas – por “tradutores” de *backgrounds* culturais diversos, mas irmanados na língua impressa de uma só nação. E tal ato tradutório ocorrerá, agora sim, nas *palavras com que decidam se expressar, e nas respectivas línguas-elas-mesmas, os escritores-tradutores do estilo*.

Ou seja, estamos no limite do que se poderia considerar tradução, uma vez que, explicando o que dizia Eco acima, *muda a matéria da expressão*: o que analisamos, uma vez mais, é então essa transmutação da linguagem do futebol para alguma língua por um autor nativo dessa língua. Os seguintes exemplos de transmutação listados por Eco talvez tornem mais claro o tipo de operação a que nos referimos, já consideradas suas limitações conforme o sentido do fluxo tradutório:

[...] pode-se observar que um dado sistema semiótico pode dizer seja mais, seja menos que um outro sistema semiótico, mas não se pode dizer que ambos sejam capazes de exprimir as mesmas coisas. Parece difícil “traduzir” em palavras tudo aquilo que é expresso pela *Quinta* de Beethoven, mas também é impossível “traduzir” a *Crítica da razão pura* em música. A prática da éfrase permite descrever em palavras uma imagem, mas nenhuma éfrase do *Casamento da virgem* de Rafael poderia restituir o sentido da perspectiva percebida pelo espectador, a maciez das linhas que manifesta a posição dos corpos ou a tênue harmonia das cores. (2007, pp.378-9)

Felizmente, Eco deixa em aberto a possibilidade de que estejamos, para além de simples analogia, tecnicamente tratando, aqui, ainda de tradução: “[...] muitas transmutações”, concede o autor, “são traduções, no sentido em que isolam apenas um dos níveis do texto fonte – e, portanto, apostam que aquele nível é o único realmente importante para restituir o sentido da obra original”. “No entanto, ter isolado alguns níveis significa justamente *impor uma interpretação própria do texto fonte*.” (2007, pp.392-3, grifo original)

Adaptemos a noção de “obra original” ou “texto fonte” àquilo que se vê em campo; segue-se daí que o processo pelo qual o observador, com seu *background* cultural (e de cultura nacional, especialmente) isola níveis para interpretar o que se passa ou se passou entre as quatro linhas pode, a nosso ver, ser chamado de *tradução cultural*.

2. LINGUAGEM *versus* LÍNGUAS

2.1. Língua como miragem estrutural, língua como fluxo

Uma reflexão sobre a “construção” das culturas – e, com elas, das nacionalidades – não poderia ignorar a guerra diária e milenar do homem contra seus limites biológicos: até que ponto a natureza trabalha a favor do determinismo histórico ou, ao contrário, se deixa modelar pelo ser propulsor da história que é o homem? Recorde-se que, em suas origens remotas, o próprio vocábulo “cultura” referia-se ao cultivo da terra – ou seja, à mão do homem agindo, de fato, sobre a natureza. Para Eagleton, essa primeira oposição, ao contrário de uma segunda possível (cultura *versus* civilização), resolve-se em si mesma:

Se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. É uma noção “realista”, no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas tem também uma dimensão “construtivista”, já que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa. Assim, trata-se menos de uma questão de desconstruir a oposição entre cultura e natureza do que de reconhecer que o termo “cultura” já é uma tal desconstrução. (2005, p.11)

Ao mesmo tempo, resta inacabada, e aparentemente inacessível, essa tarefa de unir artificial e natural, de transformar – magicamente, se possível fosse – coisa em palavra, de “aprisionar” o mundo lá fora (que tem, sim, existência concreta, ninguém duvida) em linguagem que o traduza. Estamos, em outras palavras, de volta ao problema da *referência*, já explorado quando pretendemos, antes, fazer uma breve genealogia da ideia de nacionalidade. Poucos pensadores se dedicaram com maior brilho e erudição à questão do que, ainda uma vez, Michel Foucault – uma investigação cuja importância

na primeira fase de sua obra chegou a render o título de um dos livros mais conhecidos do pensador francês, cujo comentário também retomamos agora.

“As palavras e as coisas” é o título – sério – de um problema; é o título – irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. (Foucault, 2002, p.56)

Tome-se ainda o próprio Foucault, em outro momento da mesma obra, quando se refere ao “grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes ou em outro lugar” – essa ideia renascentista que, como vimos, é desmistificada em favor de discursos que “formam sistematicamente os objetos de que falam”. No longo percurso do mundo renascentista, “povoado” por palavras, ao estatuto particular que a linguagem adquire em Foucault e, de maneira geral, no mundo contemporâneo, o primeiro evento importante é a chamada idade clássica – para o pensador francês, a era da representação.

A profunda interdependência da linguagem e do mundo se acha desfeita [na idade clássica, após o Renascimento]. O primado da escrita está suspenso. Desaparece então esta camada uniforme onde se entrecruzavam indefinidamente o *visto* e o *lido*, o visível e o enunciável. As coisas e as palavras vão separar-se. O olho está destinado a ver e somente a ver; o ouvido somente a ouvir. O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz. (Foucault, 1999, p.59, grifo original)

Em seguida, talvez com maior clareza, Foucault explicita o que entende por representação na idade clássica: “[...] servir-se de signos não é, como nos séculos precedentes, tentar reencontrar por sob eles o texto primitivo de um discurso afirmado, e reafirmado, para sempre; é tentar descobrir a linguagem arbitrária que autorizará o desdobramento da natureza no seu espaço [...]” (1999, p.86).

Mas a idade clássica parece ser, no pensamento foucaultiano, uma escala, ou talvez um ensaio da relação linguagem-mundo (pós-)moderna. Nos séculos XVII e

XVIII, esperava-se que o signo mantivesse, por mínima que fosse, uma *identificação* com o conceito ao qual substituíra, ainda que a exigência renascentista da *semelhança* entre palavras e coisas parecesse definitivamente abolida. Não à toa, os lógicos da idade clássica, precursores da gramática moderna, apontavam quadros e desenhos como exemplos ideais de signos.

Assim, embora o divórcio entre palavras e coisas fosse um fato consumado àquela altura, persistia ainda a necessidade de *representar* o mundo pelo signo – ou, antes, de reproduzir as representações que, em pensamento, fazemos do mundo. E, com efeito, essa reprodução ainda exigia uma tal fidelidade ao original que é difícil distinguir – e o próprio Foucault reconhece o desafio – entre a concepção renascentista da linguagem entranhada no mundo e a representação clássica, quase literal, das coisas.

O que veio a seguir, porém, a teoria da *significação* propriamente dita, soa bem mais familiar. Saussure, avô da corrente conhecida como estruturalismo no estudo das línguas e das culturas, formula a teoria do signo – significante mais significado – já às portas do século XX. Mas o primado em si da *significação* data, conforme Foucault, de um século antes, pelo menos. A sobreposição de linguagem e mundo pela *representação* começa sua derrocada já em fins do século XVIII. Os estertores da idade clássica vêm colocar o problema em novos termos.

[...] haverá coisas, com sua organização própria, suas secretas nervuras, o espaço que as articula, o tempo que as produz; e, depois, a representação, pura sucessão temporal, em que elas se anunciam sempre parcialmente a uma subjetividade, a uma consciência, ao esforço singular de um conhecimento, ao indivíduo “psicológico” que, do fundo de sua própria história, ou a partir da tradição que se lhe transmitiu, tenta saber. A representação está em vias de não mais poder definir o modo de ser comum às coisas e ao conhecimento. O ser mesmo que é representado vai agora cair fora da própria representação. (Foucault, 1999, p.330)

Dissemos, antes, que é daí em diante que se pode falar em modernidade. E enfatizamos: tudo muda quando ela, a modernidade, nasce. Mas, mais importante: essa mudança na relação entre palavras e coisas trouxe consigo, como um germe já ali

plenamente instalado, o que mais tarde passamos a conhecer como pós-modernidade. Ou, conforme a provocação de Lyotard: “Algo só poderá ser moderno se antes tiver sido pós-moderno”⁵ (1993, p.44). Resume Hutcheon:

À luz da ênfase estruturalista na *langue* e na relação arbitrária, mas estável, entre significante e significado, o pós-modernismo poderia ser chamado de “a vingança da *parole*” (ou, pelo menos, da relação entre o sujeito, como gerador da *parole*, e o ato ou processo de geração). O pós-modernismo ressalta o discurso ou a “linguagem em ação” (Benveniste, 1971, 223), a linguagem operando como comunicação entre dois agentes. (1991, p.113)

Vale, aqui, demarcar a diferença – ao mesmo tempo uma espécie de complementaridade – entre *texto* e *discurso*. Sobre o primeiro conceito, Vasconcelos afirma: “Um texto, qualquer texto, para que possa ser interpretado, necessita de outro, que lhe sirva de contexto. O contexto, porém, é também um texto, que para ser interpretado necessita de um contexto ainda mais amplo. Como a trama textual é infinita, jamais poderemos recuperar o sentido original daquilo que estamos a ler” (2000, p.119).

Ocorre que, como vimos em Foucault, essa rede textual acaba repartida em *formações discursivas*, ou seja, organizada segundo parâmetros construídos – e variáveis ao longo do tempo – pelos quais procedemos à interpretação dos diversos *textos* que, em grande medida, compõem a própria “realidade” a ser traduzida.

Pergunta-se, a propósito, um grande intérprete do pensador francês: “O que é então que Foucault entende por discurso?”, ao que ele mesmo responde: “Algo muito simples: é a descrição mais precisa, mais concisa de uma formação histórica em sua nudez, é a atualização de sua última diferença individual. Ir assim até a *differentia ultima* [...]” (Veyne, 2011, p.17).

⁵ “A work can become modern only if it is first postmodern.”

Heurísticamente”, esclarece o mesmo Paul Veyne, “é melhor partir do detalhe das práticas, do que se fazia e se dizia, e realizar o esforço intelectual de explicitar-lhe o discurso; é mais fecundo [...] do que partir de uma ideia geral e bem conhecida, pois corre-se então o risco de limitar-se a essa ideia, sem perceber as diferenças últimas e decisivas que a reduziriam a pó. (2011, p.21)

Em outras palavras, Veyne enxerga com clareza a oposição ferrenha de Foucault ao que quer que se pretendesse universal, totalizante, *estrutural*, fossem métodos, fossem conceitos ou categorias – daí a descoberta muitas vezes resultar em “um objeto ‘lacunar e retalhado’ cujos contornos disformes não correspondem a nada de sensato e não preenchem mais o amplo e nobre drapeado de que eram revestidos; eles fazem antes pensar nas fronteiras históricas das nações, tracejadas em ziguezague pelos acasos da história, e não em fronteiras naturais” (pp.21-22). A analogia vem a calhar, considerado o tema deste trabalho, e recebe reforço na seguinte síntese de Veyne:

É preciso um trabalho histórico que Foucault chama de arqueologia ou genealogia [...] para trazer à luz o discurso. Ora, arqueologia é um balanço desmistificador. Pois, a cada vez que se atinge a *differentia ultima* do fenômeno, que é o discurso que o descreve, descobre-se necessariamente que o fenômeno é estranho, arbitrário, gratuito (nós o comparávamos anteriormente ao traçado das fronteiras históricas). (2011, p.24)

As línguas – ainda mais quando associadas a nacionalidades – são objetos desse tipo, “lacunares”, “retalhadas”; são fenômenos “estranhos”, “arbitrários”, “gratuitos”. E, no entanto, acabam – assim como outros “dispositivos”, sempre impregnados de “discursos”, seguindo a terminologia foucaultiana – por limitar, à nossa revelia, o acesso que temos ao mundo: “[...] sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes”, esclarece Veyne, “[...] saímos de nosso aquário provisório sob a pressão de novos acontecimentos do momento ou ainda porque um homem inventou um novo discurso e obteve sucesso. Mas se mudamos, então, de aquário, é para nos vermos em um novo aquário”. Veyne introduz, por fim, o nome

dado por Foucault a tal contingência: “Esse aquário ou discurso é, em suma, ‘o que poderíamos chamar de *a priori* histórico’” (pp. 49-50).

A discussão necessária, a partir daqui, é quanto a considerar-se ou não (e, caso positivo, em que medida) a “língua de um povo” – relembremos a expressão de Hilário Franco Júnior – como *a priori* histórico.

Começemos por uma distinção proposta pelo autor de *A Dança dos Deuses* ao esclarecer, no capítulo dedicado ao futebol como metáfora linguística, que não se trataria ali – tampouco aqui – de reflexão sobre “a linguagem do futebol (o vocabulário utilizado por jogadores, torcedores e imprensa para falar do jogo)”, mas sobre “o futebol enquanto linguagem” (2007, p.348). Em seguida, Franco Júnior diferencia linguagem (“qualquer sistema que permite representação do pensamento, seja por meio de signos sonoros, gráficos, gestuais ou lógicos”) de língua (“sistema de comunicação por meio de palavras, faladas e/ou escritas, que servem de expressão comum a determinado grupo”) – o que reforça, aparentemente, a intenção do autor de caracterizar o jogo antes como linguagem do que como língua.

Mas o argumento prossegue com a seguinte observação: “o futebol [...] sendo linguagem abarca características de língua” (p.361). De fato, o capítulo explora analogias entre aspectos do jogo e fundamentos ou recursos próprios às línguas: morfologia, semântica, sintaxe e retórica. E é justamente refletindo sobre aspectos linguísticos que o autor sugere o tema de pesquisa desta tese (recordemos a frase que deu origem a tudo): “Seria interessante, porém não cabe nos limites deste livro, tentar verificar a relação entre a língua de um povo e sua maneira de jogar futebol” (pp. 375-76).

Ora, a própria frase é reveladora do escopo do capítulo em questão: considerações genéricas sobre língua (vista como “sistema de comunicação”), sem se ater, ou atendo-se apenas superficialmente, às questões culturais que *de fato* diferenciam as línguas entre si – e mais: tornam difícil até mesmo reconhecer as fronteiras de uma língua específica.

Essa impressão se confirma quando, em outra passagem, Franco Júnior reitera uma, a essa altura, já recorrente ideia de “sistema”: “futebol é linguagem porque seus componentes mínimos (controle, passe, drible etc.) estão conectados entre si, formam um sistema” (p.371). Se, por um lado, a anunciada intenção de tratar “o futebol enquanto linguagem” evolui, em *A Dança do Deuses*, para uma analogia mais complexa com o “sistema” da língua, por outro, a comparação não se dá a partir da *realidade das línguas*, e sim de um modelo abstrato, do que seria, em linhas gerais, uma *estrutura de língua*.

A orientação teórica a partir daí aponta, sem dúvida, para uma visão quase que puramente estruturalista da língua (e igualmente do futebol como linguagem). Lançando mão da classificação dos elementos da língua(gem) proposta por Ogden-Richards, o autor de *A Dança dos Deuses* avança na metáfora a que se propôs: referência ou pensamento (significado, na terminologia de Saussure) seriam análogos, no futebol, ao “sentido técnico-tático” da jogada; símbolo ou imagem acústica (para Saussure, o significante), equivalentes à “forma”, ao “gesto técnico, seja ele controle, passe, chute etc.”; finalmente, referente ou objeto extralinguístico (o contexto da enunciação), comparáveis aos chamados “fatores extracampo”. Franco Júnior ilustra:

Há significante com diferentes significados: por exemplo, cabeçadas cujo sentido é interromper jogada inimiga, outras funcionar como passe, outras ainda como chute. Há significados que se depositam em variados significantes: é o caso de dribles, ato cuja finalidade é iludir o adversário e que pode cumprir esse papel sob a forma de gestos de aparência diferente. Mais ainda, conforme a posição dos jogadores varia a emissão dos significantes e seus significados. (2007, p.364)

Esse esquema binário – adequado à linguagem das máquinas, mas pouco elucidativo quando se trata de qualquer linguagem (que dirá língua) humana como fato social que sempre é – ganha nuances quando o terceiro elemento anteriormente elencado entra na jogada, por assim dizer.

[...] o referente tem capacidade de influir no próprio sentido do jogo. Nas últimas décadas, acentuado progresso na capacidade atlética levou determinados significantes a serem mais utilizados (como o carrinho) e outros menos (caso da tabelinha). [...] Ela [a mudança] é sobretudo semântica. É provocada pelo referente. É a “coisa extralinguística” – entenda-se a realidade social, uma nova escala de valores, que estimula ou ao menos aceita tais modificações de comportamento dentro de campo. (Franco Júnior, 2007, p.366)

Ocorre que esse terceiro fator não tem nada de “extralinguístico” – ao contrário: é parte integrante de qualquer língua. A comunidade falante/autora (“realidade social” com sua “escala de valores”, embora os contornos, aqui, sejam sempre um pouco abstratos) *é* a língua – e não simplesmente a usa; não é possível pensar a língua – *constituente* de sua comunidade – como sistema à parte, ao qual se recorre como “instrumento” de comunicação. A não ser que se esteja referindo somente à gramática normativa da língua, e não à sua realidade cotidiana.

O futebol também tem sua gramática normativa: as regras pelas quais o juiz e os bandeirinhas, as federações e a Fifa, em última instância, devem zelar – são os “gramáticos” e as “academias de letras” do jogo. Mas, assim como as línguas, o futebol não é só, nem principalmente, o conjunto de suas regras. O próprio Hilário Franco Júnior argumenta nessa direção ao afirmar: “Como em toda gramática, nela [na do futebol] certos fatos da língua impõem-se mais pelo espírito que pela letra da norma: passe sem querer é válido, gol por acaso acontece, mesmo o gol contrário à intenção (o chamado gol contra) existe” (p.350).

Mas a questão da significação – função da linguagem, afinal, e diretamente relacionada aos estilos de jogo – exige pensar ainda mais a fundo o contexto. É, de novo, o próprio Franco Júnior a admiti-lo: “Dentro do campo, o futebol apresenta capacidade limitada de ressignificar, isto é, de dar novo sentido a cada item lexical. [...] Onde o futebol apresenta imensa capacidade de criar novos significados é fora de campo” (p.367). Diz ainda o autor:

Cada falante é coletivo (time) e seu discurso construído com material dos vários indivíduos (jogadores) que fazem parte de tal comunidade linguística e que, submetidos à gramática do jogo, desenvolvem roteiro pré-definido (tática), porém adaptável às intervenções do interlocutor (o time adversário). E tudo isso sob o olhar de muitíssimos outros indivíduos (torcedores), que veem naquela troca de mensagens, na interatividade daqueles discursos, um sentido que os sensibiliza. (Franco Júnior, 2007, p.350)

Reiteramos: se o sentido é função desse terceiro elemento – o contexto, o referente, numa palavra, quem assiste e se sensibiliza e, quiçá, muda o rumo da conversa, por assim dizer –, como deixá-lo de fora do “sistema” da língua? Daí a inevitável estranheza quando, adiante, Franco Júnior afirma: “[...] a estrutura da linguagem futebolística de cada país mantém-se independentemente de épocas e personagens” (p.374). Não pode haver essa estrutura fixa, uma vez que mudam os falantes/autores – é de invenção (imaginação, para lembrar Anderson) permanente que se trata aqui, e só por uma ilusão de ótica poderia o estilo de jogo, como qualquer língua, sobreviver incólume à sucessão dos anos e das décadas.

Uma breve recapitulação em prol da clareza do que defendemos.

Língua não é um conjunto de normas, tampouco uma estrutura. Obviamente que qualquer língua tem sua gramática normativa (um conjunto de normas que regula especialmente o padrão escrito em dado momento histórico), além de ser regida por uma gramática mais geral (que, porém, também não chega a ser estrutural: a *sintaxe* de

falantes de diferentes épocas ou contemporâneos de regiões diferentes pode, inclusive, variar — ou seja, esses diferentes falantes de fato *estruturam* as frases da língua de forma diversa).

Ou seja, línguas são inapreensíveis como “coisas”, conjuntos. São, em certa medida, passíveis de descrição, mas nunca redutíveis a estruturas, porque bastante maleáveis até mesmo estruturalmente/sintaticamente (para não falar de sua diversidade lexical, fonética, morfológica).

Quando se fala em língua como capacidade humana, sem se referir a nenhuma língua específica, é tentador pensar numa estrutura — daí a persistência de Saussure e seus seguidores, ou num “software” inato, o que explica a fascinação por Chomsky. As teses deste último nunca foram provadas (e fogem ao nosso escopo); o estruturalismo a partir de Saussure não leva suficientemente em conta a realidade de cada língua, que só existe nas suas ocorrências cotidianas, ou seja, na boca de seus falantes/pena de seus autores. E mergulhada em cultura — mas o “aquário”, vimos, nem sempre é o mesmo; mudam, conseqüentemente, as condições de apreensão do mundo via linguagem, ainda que se tenha impressão de navegar sempre a “mesma” língua.

Em suma: a língua real é fluxo, inapreensível como conjunto objetivo, “coisa” a ser dissecada. Abandonemos desde já, portanto, a miragem de uma estrutura fixa da língua — e, no futebol, do estilo como essa espécie de marca de nascença. A construção, sobretudo escrita, da unidade língua-nação — assim como, veremos, da unidade estilo-nação — é objeto de pesquisa de uma *história cultural*. Língua e estilo não deveriam, portanto, ter o sentido de *a priori* histórico.

2.2. Língua, escrita e fronteiras nacionais

A escrita de uma língua – que está longe de ser “a” língua – é, portanto, onde se encontra algo como um retrato mais fixo dela. Ainda assim um retrato: um momento (em termos históricos, claro, portanto de duração maior do que sugere a palavra “momento”). Até a escrita é bastante maleável ao longo do tempo. Mas é sobretudo nela que se inventam as línguas nacionais, construções históricas que só podem ser examinadas nos próprios textos que sustentam a unidade língua-nação.

Benedict Anderson conclui sua obra definitiva sobre os temas de que temos tratado aqui justamente com a ideia que a inspira da primeira à última página: a de que “a coisa mais importante quanto à língua é sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo *solidariedades particulares*” (2010, p.189, grifo original) – *por escrito*, poderíamos acrescentar. Mas nem é preciso: o próprio Anderson volta a falar de “língua impressa” na sequência:

A língua não é um instrumento de exclusão: em princípio, qualquer um pode aprender qualquer língua. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva, limitada apenas pela fatalidade de Babel: ninguém vive o suficiente para aprender *todas* as línguas. O que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não uma língua particular em si. (p.190, grifo original)

A perspectiva oposta, de *exclusão* pela língua, é levantada por Eric Hobsbawm:

E quanto à língua? Não seria ela a própria essência daquilo que distingue um povo de outro, “nós” e “eles”, seres humanos de verdade dos bárbaros que não são capazes de falar uma língua genuína, mas apenas de emitir ruídos incompreensíveis? [...] Não seria a ignorância da língua de outro grupo aquilo que constitui a mais óbvia barreira à comunicação e, portanto, o mais óbvio demarcador das fronteiras que separam grupos: de modo que a criação e o falar de determinado dialeto continua a servir para marcar as pessoas como membros de uma subcultura que deseja estar separada de outras subculturas ou da comunidade como um todo? (2012 [1990], p.51)

O próprio Hobsbawm é quem responde: “A questão é se se acredita que essas barreiras linguísticas separam entidades que podem ser consideradas como potenciais

nacionalidades ou nações, e não meramente grupos que encontram dificuldades para entender as palavras uns dos outros” (2012 [1990], p.51). Pois, lembra o autor sobre duas das mais antigas nacionalidades,

[...] a língua nada tinha a ver *em princípio* com ser inglês ou francês, e na verdade [...] os especialistas franceses lutariam teimosamente contra qualquer tentativa de fazer da língua falada um critério de nacionalidade, a qual, argumentavam, era determinada puramente pela cidadania francesa. Não era relevante a língua de alsacianos ou gascões no que concernia a seu status de membros do povo francês.

Se havia algum ponto de convergência para “a nação”, do ponto de vista popular-revolucionário, não era, fundamentalmente, a etnia, a língua e afins, embora essas pudessem também ser indicações de pertencimento coletivo. (Hobsbawm, 2012 [1990], p.19)

Anderson, por sua vez, flerta com certo determinismo linguístico quando, por exemplo, reputa a “língua materna como fator ‘contingente’ e ‘inelutável’” (2010, p.36).

Ou ao enumerar:

Primeiro, nota-se o *caráter primordial* da língua, mesmo as sabidamente modernas. [...] as línguas se mostram mais enraizadas do que praticamente qualquer outra coisa nas sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, é o que mais nos liga afetivamente aos mortos.

Segundo, existe um tipo específico de comunidade contemporânea que apenas a língua é capaz de sugerir – sobretudo na forma de poemas e canções. Tomemos o exemplo dos hinos nacionais, cantados em feriados nacionais. Por mais banal que seja a letra e medíocre a melodia, há nesse canto uma experiência de simultaneidade. Precisamente nesses momentos, pessoas totalmente desconhecidas entre si pronunciam os mesmos versos seguindo a mesma música. A imagem: o uníssono⁶. (2010, p.203, grifo nosso)

Mas na teoria das comunidades imaginadas, por tudo que dela apresentamos até agora, não caberia nenhum determinismo simplista. É o que esclarece a análise detalhada da imagem do uníssono, à qual é acrescentado, como convém, o matiz da história:

[...] ingressa-se nesses coros com o tempo. Se eu sou um leto, minha filha pode ser uma australiana. O filho de um imigrante italiano em Nova York encontrará antepassados nos Pilgrim Fathers. Se a nacionalidade traz uma aura de fatalidade, é, no entanto, uma fatalidade encravada na *história*. [...] Assim, hoje, mesmo as nações mais isoladas

⁶ Vale lembrar que o hino espanhol contorna a questão linguística por não ter letra, só melodia. Agradeço ao professor Hilário Franco Júnior pela observação.

aceitam o princípio da *naturalização* (que palavra magnífica!), por mais que possam dificultá-la na prática.

Vista como uma fatalidade *histórica* e como uma comunidade imaginada através da língua, a nação apresenta-se aberta e, ao mesmo tempo, fechada. (2010, p.204, grifos originais)

De viés menos determinista do que paradoxal, a análise de Anderson toca num ponto nevralgico: em que momento soma-se ao falante *nativo* que todos somos – ou seja, habitados por arraigados traços dialetais étnicos, regionais, de classe, sejam quais forem – quando é que se soma a essas características, dizíamos, aquelas do falante *nacional*?

Uma língua falada genuinamente “nacional” evoluída a partir de uma base puramente oral, exceto nos casos de um pidgin ou de uma língua franca (a qual pode, claro, eventualmente tornar-se língua em sentido pleno), é difícil de conceber em regiões de alguma extensão geográfica. Em outras palavras, a “língua materna” real ou literal, isto é, o idioma que as crianças aprendiam de suas mães iletradas e falavam no dia a dia, não era [é], de modo algum, uma “língua nacional”. (Hobsbawm, 2012 [1990], pp.52-3)

Hobsbawm observa, porém, que isso “não impede uma certa identificação *cultural* do povo com uma língua ou um complexo de dialetos obviamente relacionados, peculiaridade de um certo conjunto de comunidades, que os distingam de seus vizinhos [...]” (2012 [1990], p.53, grifo original), e vai além: também “não significa dizer que as línguas, ou mesmo famílias linguísticas, não sejam parte da realidade popular” (p.58).

Escreve ainda Hobsbawm que “a língua era apenas uma maneira, e não necessariamente a primordial, de se distinguir as comunidades culturais entre si” (p.58), e mais: que

no sentido herderiano de língua falada por um povo [*Volk*]⁷, não foi, portanto, um elemento central – embora não necessariamente tenha sido irrelevante – na formação do protonacionalismo diretamente. No entanto, indiretamente se tornaria central para a definição de nacionalidade, e com isso também para a percepção popular dessa ideia. Pois, onde quer que exista uma elite literária ou uma língua administrativa, não importa

⁷ Uma importante vertente idealista da filosofia alemã de fins do século XVIII e primeira metade do século XIX – à qual se ligam nomes como Humboldt e Schleiermacher, além do citado Herder – pensou a “natureza de um povo” relacionada à língua desse mesmo povo, conforme já vimos.

que o número de seus usuários de fato seja pequeno, isso pode se transformar em importante elemento de coesão protonacional por três razões bastante bem colocadas por B. Anderson. (Hobsbawm, 2012 [1990], p.59)

E Hobsbawm repassa, então, o argumento do colega, lançando novas luzes sobre ele: trata esse primeiro estabelecimento de uma língua vernácula que permitisse “intercomunicação” às elites como “uma espécie de modelo ou projeto piloto para a comunidade intercomunicante maior, mas ainda não existente, da ‘nação’” (p.59); em segundo lugar, chama a atenção para o fato de que “uma língua comum, simplesmente por não se desenvolver naturalmente mas ser construída, e especialmente quando tornada impressa, adquiria uma nova fixidez que a fazia parecer mais permanente, e portanto (por uma ilusão de ótica) mais ‘eterna’ do que realmente era” (p.61); e, por fim, reforça a importância de que tal “língua oficial ou de cultura dos governantes e da elite geralmente acabava sendo a língua de fato dos Estados modernos *via* educação pública e outros mecanismos administrativos” (p.62, grifo original).

Em outras palavras, conforme a definição lapidar de Hobsbawm: “As línguas se multiplicam a partir dos Estados, e não o contrário” (2012 [1990], p.63). O historiador britânico não se refere aqui, evidentemente, ao *conjunto total* da realidade linguística – é praticamente impossível mensurar com precisão quantas línguas há de fato, e quanto mais se tentasse observar as especificidades de dialetos, ou se explorassem novos rincões linguísticos do planeta, mais elas se “multiplicariam”, nesse sentido. Hobsbawm se refere àquelas línguas que, de elementos protonacionais, ganham o direito de ser reconhecidas, enfim, como línguas, na expressão dele próprio, “em sentido pleno”, pois tornadas línguas “literárias” e associadas a Estados. Essa situação, embora eivada de gradações, não mudou desde o surgimento dos primeiros Estados-nação.

O futebol é uma linguagem de alcance extraordinário: como nenhuma outra atividade simbólica (artística ou intelectual), consegue atravessar culturas e línguas ao redor do globo, gerando uma profusão de significados em cada uma delas com a qual nem a mais ubíqua das traduções poderia sequer sonhar. Essas interpretações do jogo – nem sempre harmônicas; conflitantes, no mais das vezes – é que constroem a *narrativa* dos chamados estilos de jogo, os quais, por si sós, na crueza dos gestos e na aridez dos sistemas táticos, não se diferenciam com a mesma complexidade.

As línguas, sim – e, para concluir o capítulo, voltamos à analogia inicial.

Dentre as propriedades de uma língua, qualquer língua, a *variedade* é a mais importante delas – ou seja, uma língua não se resume a um *conjunto homogêneo de formas* faladas e escritas; ao contrário, em grande parte, define-se pelos *contextos em que é usada* – nunca situações fixas – e por isso constituirá, necessariamente, um *conjunto heterogêneo de formas*, somente possível de ser descrito até certo ponto e sempre de maneira incompleta.

A variedade numa determinada língua se dá a partir de fatores como as diferentes regiões de origem dos falantes, com diferenças marcantes de sotaque, mas também de vocabulário e até de sintaxe; o nível social e o grau de escolaridade dos usuários da língua, o que determinará ainda sua relação com a escrita; e, em última análise, as próprias situações específicas de fala, em que se sobrepõem e interagem os fatores citados anteriormente.

Um outro aspecto da variedade é que, quando se comparam maneiras diferentes de fazer alguma coisa (neste caso, diferentes usos dos recursos de uma língua), inevitavelmente aparecem os juízos de valor. E mais: esse julgamento, sempre coletivo, que elege a língua “boa” e a língua “má” acontece numa espécie de tribunal

permanente; mas, como sempre mudam os “juízes”, pois nascem e morrem usuários da língua todos os dias, muitas vezes o tribunal revoga decisões anteriores, toma medidas contrárias em assuntos aparentemente já resolvidos etc.

Em suma, *a língua não é uniforme*, por conta da variação geográfica, dos níveis de formalidade em seu uso diário, da dicotomia oralidade e escrita, dos “estilos” com que se pode falar ou escrever; e *a língua muda no tempo*. (Faraco & Tezza, 2003)

O que garante certa unidade é o fato de vivermos, em geral, em culturas grafocêntricas: se a gramática da fala é maleável às raias do desentendimento entre dois falantes nativos, digamos, um do norte, outro do sul, a gramática da escrita, bem mais rígida e também menos variável no tempo, os faz novamente darem as mãos. (Supondo, claro, uma desejável igualdade de oportunidades de estudo.)

Além disso, deve soar estranha para o brasileiro médio a constatação de que falamos, sim, muitas outras línguas – uma profusão de idiomas vivos e em pleno uso dentro dos limites imaginados de nossa comunidade nacional – além do bom e velho português; e este, por sua vez, como qualquer língua, está longe de constituir um bloco homogêneo: a variedade linguística cria situações em que (culturalmente) mal nos entendemos falando a “mesma” língua.

Pode-se argumentar que esses são detalhes técnicos, uma vez que o brasileiro médio anda pelo país e *se comunica* bem no português do Brasil, cujo espectro dialetal não chegaria a criar grandes dificuldades na maior parte das situações. Além disso, prosseguiria o mesmo argumento, ainda que as línguas evidentemente não sejam uniformes, se não tivessem um “núcleo duro”, perderiam sua capacidade – e de novo emerge essa mesma medida da funcionalidade de uma língua – *comunicativa*, algo que em muitos casos parece se manter mesmo com diferenças de sotaque, vocabulário etc.

Mas levemos em conta esse outro aspecto enfatizado por Faraco:

Se considerarmos o caráter ubíquo da língua, penso que ela é o elemento mais diretamente perceptível de uma determinada identidade. Basta abrir a boca para o outro me perceber como igual. Ou seja, há uma discriminação que poderíamos classificar de positiva (de identificação, portanto). No entanto, é preciso lembrar que nenhuma língua é homogênea e, nesse sentido, ela também funciona como elemento discriminador negativo: o outro fala a mesma língua, mas fala de modo diferente e isso acaba, em muitas situações, como no caso do chamado português popular brasileiro, redundando em exclusão (em não identificação, portanto). O discurso eufórico sobre língua e identidade costuma não perceber este fato. (2010, p.3)

Se pensássemos, pois, que, no que tange a línguas e estilos, o essencial não é sua capacidade comunicativa, mas *identitária*? Alguém dirá que, sim, é exatamente isso que fazem línguas e estilos: *comunicam identidades* – e pode-se até gostar do jogo de palavras; a sério, porém, essa é uma importante distinção. Pois quem defende a noção de que “falar a mesma língua” se resume ao entendimento entre dois interlocutores ou a certo consenso de que um time joga assim ou assado (embora nunca se questione o *grau* do entendimento ou do consenso, o que seria fundamental – mas passemos) não está, em geral, levando em conta a *identidade* comunicada, apenas o que se costuma chamar de “formas” e “conteúdos”. É como se estes pudessem simplesmente, ausente qualquer tipo de “ruído”, se materializar naquelas, num sistema neutro, por assim dizer, de representação/significação.

Ora, o que nos interessa é precisamente o “ruído” – ou seja, o falante e suas idiossincrasias, o contexto de enunciação, e em especial a atribuição de sentido(s) pelo(s) interlocutor(es); tudo aquilo que modifica radicalmente os mesmos “conteúdos” quando expressos por falantes diferentes, em situações e para interlocutores distintos – ainda que nas mesmas “formas”; ou que pode, ao contrário, fazer “conteúdos” diversos assumirem “formas” aparentemente similares quando, de novo, mudam os falantes/contextos/interlocutores.

E no entanto futebol parece padecer, hoje, de uma uniformização de linguagem bastante acentuada.

No campo das línguas propriamente ditas, talvez tenha voltado à tona um certo “imperialismo da palavra”: o inglês é atualmente, pode-se dizer, língua internacional. Em mais um surto de globalização – e, pela rapidez de transportes e comunicações, o mais avassalador deles –, o mundo passou (ou voltou) a falar e escrever em inglês. Na verdade, a falar e escrever numa variante particular e muito simplificada do inglês, batizada pelo autor de um guia linguístico para estes novos tempos de *globish* (Nerrière & Hon, 2009). Estaria em voga, internacionalmente, uma variante análoga do futebol?

Por outro lado, nos interstícios de uma globalização que seguia pacificamente seu curso, explodem manifestações étnicas – violentas ou não, muitas vezes permeadas do elemento linguístico – e até mesmo as antigas comunidades religiosas ressurgem como novas forças, aproveitando-se talvez, e paradoxalmente, de um impulso totalmente secular (materialista, a bem da verdade, pois a globalização é fundamentalmente econômico-financeira) de desterritorialização e, em última análise, desnacionalização. Tanto o islã quanto a cristandade tentam agressivamente se situar acima dos Estados nacionais, como outrora. Mas não falam mais línguas próprias...

Porém, mais do que se globalizar, e talvez se *globishzar*, o futebol se *pós-modernizou*, veremos a seguir com Giulianotti, concluindo esta conceituação:

[...] a difusão do futebol de um lado a outro do mundo possibilitou que diferentes culturas e nações construíssem formas particulares de identidade por meio de sua interpretação e prática do jogo. Essa diversidade é cada vez mais enfraquecida pela relação recíproca das forças econômicas e culturais, que estão transformando a cartografia do jogo em um mercado global. (2002, p.9)

Atente-se, porém, a como o autor conclui a citação acima: “No entanto, quando examinamos o ‘mundo do futebol’ em sentido histórico, torna-se possível explorar as longas inter-relações das culturas do futebol”, e elas perduram, apesar de certa uniformização que – parece-nos, ademais – é própria da linguagem do jogo.

Giulianotti então afirma seu desejo de conhecer “como o *significado* desse jogo global é produzido para se adaptar às condições locais” (2010, p.25, grifo original). E reafirma a vocação do esporte como linguagem: “[...] o código do futebol universal é utilizado para expressar formas particulares de identidade social e cultural” (p.25).

Aqui, finalmente, discordamos do autor: o “código do futebol”, em si, não é capaz de “expressar formas particulares de identidade social e cultural”; do mesmo modo, diante da afirmação anterior de Julianotti, de que “a difusão do futebol [...] possibilitou que diferentes culturas e nações construíssem formas particulares de identidade por meio de sua interpretação e prática do jogo”, gostaríamos de ressaltar: a construção dessas identidades se deve fundamentalmente à *interpretação*, sim, do que se vê/lê em campo, mas muito pouco a diferenças na *prática* do esporte. As “maneiras de jogar”, como as línguas, são contingentes, nunca imanentes a este ou àquele “povo”, conforme se tenta demonstrar no debate sobre estilos do próximo capítulo, devidamente ilustrado pelo mítico caso brasileiro.

3. DIMENSÕES DO ESTILO

Pensemos na seguinte situação: dois times de futebol entram em campo sem uniformes. Para evitarmos a imagem algo ridícula de vinte e dois homens nus correndo atrás de uma bola, imaginemos que camisas, calções e meias têm cores aleatórias, um verdadeiro carnaval, e que esses jogadores hipotéticos, por um senso extraordinário desenvolvido após muito treinamento, são capazes de atuar normalmente nessa balbúrdia, distinguindo companheiros de adversários no campo todo, e até mesmo pela visão periférica – tão importante no jogo. Mas atenção: são humanos em campo, e não robôs, e portanto todos eles criados (para o futebol, inclusive) sob certas condições culturais e simbólicas, aqui incluída uma língua nacional. Os técnicos também têm sua nacionalidade e seus pertencimentos de vários tipos (adesão a uma escola tática em detrimento de outras, por exemplo). Em outras palavras: as identidades estão apenas ocultas nessa partida, mas não ausentes, o que seria, ademais, impossível.

O que muda em relação a uma partida convencional? Quem assiste a esse jogo hipotético – embora perceba claramente que dois lados se contrapõem em conteúdo e forma – não dispõe de elementos de identificação. Suponhamos, avançando ainda um pouco mais no exercício, que o público presente se componha, de fato, de duas torcidas, as quais compareceram a esse estádio imaginário com a intenção, cada uma, de apoiar um dos lados. E que – forcemos a imaginação – pela confusão dos uniformes não conseguem, da arquibancada, e por uns dez minutos ou mais, reconhecer ninguém, nem jogadores nem figuras no banco de reservas e adjacências, do time pelo qual vieram torcer.

Como interpretariam/traduziriam a linguagem primeira do gesto sem marcas *identitárias* visíveis? Repita-se: o que veem em campo é o mesmo repertório de formas

e conteúdos a que estão habituados; não se pode dizer, portanto, que não haja *comunicação* (como entendimento/consenso) na linguagem comum do futebol, pois *se entende* perfeitamente qual lado ataca e qual defende em dado momento, quando é escanteio ou pênalti, falta violenta ou “de jogo”; e pode-se muito bem *concordar* sobre as táticas em campo – suponhamos, de um lado, o time (ou seria só o treinador?) retranqueiro que abusa das bolas aéreas e, do outro, a equipe (ou seriam apenas dois ou três jogadores individualmente mais talentosos?) que joga com classe, bola no chão, dribles de encher os olhos.

Mas, pergunta-se o torcedor na arquibancada, qual dos dois, nesses dez minutos e pouco em que faço uma espécie de *blind test*, é o *meu* lado? E se, como tantas vezes se vê, o time classudo, num início de jogo tenso, estiver fechado em retranca e o outro, retranqueiro, aproveitando para atacar – e, pior, com classe, porque dois ou três de seus jogadores, em geral anódinos, hoje entraram em campo inspirados?

Lembremos Gumbrecht (2006), que reputa o estilo como “conceito próprio dos observadores, mediante o qual podemos fixar fenômenos de continuidade dentro de contextos em que predominam as variações”, naquilo que o autor chama ainda de “dimensão da observação do estilo”. E, ao mesmo tempo, nos termos de Wisnik sobre o que se vê/lê em campo, “a necessidade premente de procurar-lhe sentido. *Procurar*, aqui, na acepção ativa que inclui também *encontrar*, *emprestar* e *inventar* sentido – ali onde ele falta como dado, mas sobra como disposição a fazê-lo acontecer” (2008, pp.45-6, grifos originais).

A hipótese que guia o presente capítulo – e é central para esta tese – é algo a que poderíamos chamar de *paradoxo do estilo*: se, por um lado, muita coisa acontece no campo de jogo (e isso ganha proporções inalcançáveis na “longa duração”), por outro, as diferenças perceptíveis nos gestos em si – aliás, mais estilo *pessoal*, neste caso, do

que marca de alguma coletividade – e os relativamente poucos esquemas táticos estabelecidos como formas consagradas não justificariam falar, exatamente, em “fenômenos de continuidade”. Basta ver que, nas descrições de supostos estilos nacionais, o máximo que se consegue fazer são generalizações: o futebol argentino é de passes curtos, o holandês de criatividade na movimentação, o italiano de defesa, o inglês de passes longos, o brasileiro de dribles...

Mas a fragilidade maior dessa tentativa de cristalização da “dimensão da observação do estilo”, criando-se uma estrutura fixa segundo a qual avaliar as diferenças, é que, nela, não se leva em conta aquela vasta produção de linguagem no futebol para a qual não há videoteipe, tampouco registro fotográfico; e, pior, mesmo quando é possível assistir a alguma partida completa de um time célebre de trinta, quarenta ou cinquenta anos atrás, o que geralmente se faz é rever sempre e somente “o que de melhor aconteceu”, como manda o clichê dos locutores da televisão brasileira. É esse procedimento que, a nosso ver, descaracteriza o acontecimento presente, no jogo que se vê *aqui e agora*, ao tentar fazê-lo prisioneiro de estruturas de sentido. Ignora-se, assim, o que um personagem ficcional que logo conheceremos definirá como as “imensas planícies” típicas do futebol, em que a linguagem do jogo continua sendo expressa, e pelos *mesmos* times, mas nada de “estilisticamente” marcante acontece.

Parece que, ao “ler” uma partida, preferimos pular essa parte do “texto”, num condenável expediente de tradução seletiva; como se, ainda pela mesma analogia, fosse possível julgar o estilo por um ou outro “parágrafo” mais atraente, quando só se deveria fazê-lo, a sério, em termos da relação desses momentos avulsos com o próprio “texto” e vários contextos: o do conjunto da “obra” em si e, certamente, o de sua *recepção* – ler Machado de Assis hoje é uma experiência bastante distinta do que era há trinta, quarenta ou cinquenta anos atrás, para não falar do que foi para os contemporâneos do

maior romancista brasileiro⁸. O estilo de Machado não está inscrito no escrito por ele próprio, Machado; é muito mais o resultado das práticas discursivas *sobre* sua obra ao longo do tempo, somadas à opinião corrente do leitor comum: Machado pode ter estilo “rebuscado” ou “limpo”, mais “poético” ou mais “prosaico”, conforme passam as décadas e as gerações de leitores e novos autores, para não falar de críticos. Portanto, as *dimensões do estilo* de um autor são, como para os times de futebol, indissociáveis das interpretações que se lhes atribuem; em suma, de um olhar tradutor, na acepção teórica ampla em que o definimos na primeira parte deste trabalho.

Uma análise mais detida de como jogaram, na duração, as seleções mencionadas parágrafos acima rapidamente faria cair por terra a ideia de continuidades. Poderíamos nos limitar a uma amostragem iconográfica ínfima desses supostos estilos – digamos, o que existe em videoteipe, e apenas de jogos em Copas, em que essas oposições assumem o centro do palco – e ainda assim veríamos seleções brasileiras nem um pouco “brasileiras”, argentinas mais parecendo “inglesas”, italianas se confundindo com “holandesas”, e assim por diante. Nessa questão, é certamente mais fácil encontrar descontinuidades e até influências insuspeitadas – teria, por exemplo, a vilipendiada seleção de Parreira, em 1994, indicado o caminho ao atual estilo “espanhol”, de posse de bola e poucos gols, tão celebrado recentemente?⁹ – do que defender uma coerência que não sobrevive a tantas exceções. Diremos mais: uma exceção apenas já compromete qualquer teoria que se queira totalizante – ela sempre carregará o fardo de provar, em toda e cada situação, que não é apenas mistificadora.

⁸ A comparação não parecerá de todo despropositada se pensarmos que o período de atividade do Bruxo do Cosme Velho, bela coincidência, é o mesmo da formação inicial do futebol moderno.

⁹ A provocação consta de um apenas curioso, às vezes leviano, *Guia Politicamente Incorreto do Futebol*, de autoria dos jornalistas Jones Rossi e Leonardo Mendes Júnior. Mas, se já dá o que pensar, imagine-se que estrago não faria no senso comum dos estilos um levantamento metódico e exaustivo de contraexemplos, o que foge ao escopo deste trabalho.

A fim de evitar, ao mesmo tempo, a mistificação de uma teoria totalizante e a abordagem determinista do acontecimento prisioneiro de uma estrutura de sentido, passemos a considerar as *dimensões do estilo* – insistimos no plural – com destaque para a “dimensão da observação” de Gumbrecht, mas sem nos limitarmos a ela. Para isso, faremos a revisão bibliográfica de duas das mais importantes etnografias do futebol já realizadas no Brasil, e que tocam a questão dos estilos com *insights* valiosos a partir de dados de campo. Ao colocar em diálogo os trabalhos de Luiz Henrique de Toledo e Arlei Sander Damo, acreditamos trazer à nossa análise dimensões sem as quais o debate do estilo careceria de concretude, em especial no que concerne aos produtores da linguagem primeira do futebol: seria arriscado considerar, de antemão, que jogadores e técnicos estejam imunes aos discursos que, a partir dos observadores, reverberam como padrões de expectativa de como devem atuar nos times que os contratam ou nas seleções que os convocam. Mas *quanto* isso interfere, de fato, na prática do jogo, mudando ou reafirmando a “leitura” das arquibancadas e cabines de imprensa?

Toledo (2002, p.8) começa por conceituar essas três instâncias fundamentais na definição do que chamou – a essa altura uma expressão já clássica nos estudos do esporte no Brasil – “lógicas no futebol”: os *profissionais* (“aqueles que sustentam e viabilizam a partida em si”), os *especialistas* (“que procuram retraduzir e ordenar para uma narrativa supostamente linear e universalista [...] o processo ritualístico em evento jornalístico, de interesse de todos”) e, por fim, os *torcedores* (os quais “engendram valores e formas de sociabilidade específicas” relativas ao jogo). Mas é nítida a clivagem, no esquema do autor, entre o que produz, em termos de linguagem, o primeiro grupo, e o que fazem dessa matéria-prima, por assim dizer, o segundo e o terceiro – uma divisão do trabalho simbólico sobre o estilo que resulta em duas dimensões fundamentais: as *formas* e as *representações*:

Formas dizem respeito às configurações que alocam os jogadores espacialmente no gramado em função de determinadas tarefas a eles delegadas pelos técnicos ou comissões técnicas. Representações consistem nos ajustamentos num plano simbólico de tais formas ou padrões codificados, empiricamente observados em campo, repetidos à exaustão nos treinos, confirmados (ou não) numa partida e referendados (ou não) pela memória coletiva dos conjuntos de torcedores. (Toledo, 2002, p.164)

Aliás, o termo composto formado pelas duas palavras, *formas-representações*, ganha precedência, no estudo de Toledo, sobre o mais convencional *estilos*; cada uma das duas partes da expressão corresponderia, ainda no esquema do autor, à “segunda natureza” (as formas) e à “terceira natureza” (as representações) do jogo, transcendendo a natureza primeira das “regras [que] não determinam ou instruem totalmente as maneiras de jogar”, como é óbvio. São as representações, acrescenta Toledo, que “consolidam as anunciadas ‘escolas’, ‘jeitos’ ou ‘estilos’, categorias nativas em relação que determinam os modos de conceber e vivenciar o futebol praticado em várias partes do mundo, ou mesmo dentro de um mesmo país” (2002, pp.71-2). Aos torcedores, é essa “terceira natureza” que mais pesa, evidentemente, “uma vez que as regras e os esquemas táticos, que instruem e educam o olhar técnico sobre o jogo, o enxergar a partida, muitas vezes são englobados pelo torcer, que instrui as representações mais consolidadas e permanentes, que independem dos jogadores, técnicos, dirigentes de momento” (p.312).

Nesse ponto, pode-se, com Wisnik, lembrar que torcidas estão longe de ser homogêneas, portanto é razoável pensar que haja, igualmente, certa estratificação das representações em dado momento da história de um clube (ou seleção, se tomarmos a “comunidade imaginada” em sua acepção original, de espaço simbólico da nação):

A adesão aos clubes derrama amplamente dos repartimentos sociais, vai sendo apropriada pelas gerações ao sabor das vitórias e derrotas sazonais, decantando-se em parcelas de torcida com perfil etário sintomático, que registram a memória de épocas vitoriosas em que se deu a identificação infantil com o clube. Forma-se, assim, um espectro de torcidas que guardam estatisticamente na sua composição o espectro da

história dos campeonatos, e que tomam para si a identificação com traços éticos acumulados e associados aos times [...]. (Wisnik, 2008, pp.50-1)

Uma unificação possível desses traços, pode-se pensar, se dá na outra instância cuja tarefa simbólica principal é a das representações, uma vez que Toledo percebe “certa homologia [que] aproxima estas duas dimensões, a torcedora e a especialista, colocando-as em oposição ao universo dos profissionais”. E conclui, no mesmo trecho: “Cronistas e torcedores estão mais comprometidos com uma ordem, digamos, mais atemporal [sic] dentro do universo esportivo, pois suas posições e situações alteram-se pouco, seja pela perspectiva distanciada dos especialistas, seja pela extremada proximidade e fidelidade que os torcedores têm para com seus clubes” (2002, p.313). São os especialistas, enfim, os responsáveis por “retraduzir e ordenar para uma narrativa supostamente linear e universalista” as representações estratificadas dos torcedores.

Mas como, e com que força, essas representações afetam a vivência que, por fim, os *profissionais* têm do jogo? Toledo, embora estenda sua etnografia também a esse universo, é um pouco vago a respeito: numa primeira referência às “representações consolidadas no imaginário social, que conferem peculiaridades ao futebol brasileiro”, o autor informa, laconicamente, e supõe-se que a partir de suas observações: “Nos treinos repõem-se cotidianamente os desígnios, do ponto de vista dos profissionais, desse futebol enquanto representação coletiva” (p.12). Mais adiante, de novo com uma menção genérica, reafirma aquela conclusão : “[...] os treinos consistem, para além do aprimoramento físico, técnico e mental dos jogadores, em verdadeiros laboratórios simbólicos na experimentação contínua e procura incessante daquilo que sintetizo aqui na expressão forma-representação de toda a comunidade de interesses em torno das práticas do jogar, noticiar e torcer” (p.164).

Arlei Damo, ao contrário, confere precisão maior a suas conclusões, valendo-se tanto de observação específica – uma vez que seu alvo, no trabalho em questão, era a noção de “dom” entre futebolistas em formação – quanto de uma discussão teórica mais aprofundada. No relato abaixo, o autor se aproxima bastante da resposta à questão que nos colocávamos: como as representações afetam as formas (voltando à terminologia de Toledo)?

Dei-me conta, a certa altura do trabalho de campo, que as categorias de estilo e, particularmente, o futebol-arte, possuíam uso restrito no meu universo de observação participante, centrado no circuito da formação/produção de profissionais e, portanto, um tanto à margem dos torcedores e dos mediadores especializados. Tornara-se evidente, na medida em que fui dialogando com meus informantes, que as categorias de estilo eram propriedades intrínsecas do jogo, mas que não possuíam, entre eles, a mesma importância que as formas/padrões de jogo, por exemplo, constituindo-se numa modalidade de categoria periférica. (Damo, 2005, pp.317-18)

Damo, como se vê, buscava investigar um dos supostos grandes estilos da história do jogo – e marcadamente associado ao futebol brasileiro: o chamado futebol-arte. Prossegue o autor: “Se o futebol-arte não é apenas uma ficção sem referente empírico, então ele deve ser aprendido e ensinado. A hipótese parece razoável, mas também parece ser pertinente a conjectura inversa: se nada é aprendido e ensinado em termos de futebol-arte, então essa é uma ficção dos mediadores, especializados ou não, sem correspondência concreta” (2005, p.318).

A investigação avança, em seguida, para o gesto técnico – não há ainda, nesse momento da exposição, a preocupação de esmiuçar esquemas táticos: o outro elemento clássico na composição das formas do futebol. E Damo elege o mais emblemático desses gestos, em se tratando de futebol-arte, para testar empiricamente toda uma escola interpretativa – descendente de Gilberto Freyre – adepta de certo determinismo: os brasileiros, porque miscigenados, e graças ao ambiente de costumes em tese mais liberado (se bem que matizado por uma herança de opressão escravagista, por sua vez

fomentadora, ainda mais, de expedientes ludibriadores), trariam no próprio corpo um quê da famosa ginga. Será?, questiona Damo¹⁰.

A pergunta pode parecer disparatada num primeiro instante, afinal, onde mais poderiam estar inscritas as predisposições para o drible à brasileira senão nos corpos dos dribladores? Talvez a pergunta pareça menos absurda se disser que não observei, ao longo do trabalho de campo, nenhuma atividade prática voltada para o aperfeiçoamento de qualquer coisa que se parecesse com “drible à brasileira”. Seria ele natural, então? Por que não supor, em contrapartida, que o drible gingado, bem como o futebol-arte, está, sobretudo, nos olhos dos apreciadores, nas palavras dos comentaristas e nas letras dos cronistas, enfim, nas representações do público ao invés de estar no corpo dos futebolistas? (2005, p.321)

É, em suma, o que gostaríamos de responder, não especificamente em relação ao futebol brasileiro – mas é impossível não mencioná-lo, por sua história de vitórias e influência no futebol mundial – e sim, de modo geral, quanto ao próprio mecanismo que leva àquela cristalização da dimensão observadora e a celebrar o futebol como “palco entremeado das disposições, dos imaginários corpóreos e das *gestualidades inerentes aos grupos sociais mais diversos*”, conforme Wisnik (2008, pp.94-95, grifo nosso), no tipo de raciocínio que, em seu *Veneno Remédio – O Futebol e o Brasil*, conduzirá à teoria de certa “prontidão” do negro como exemplo maior de “gestualidade inerente”.

Uma visão que preconiza, nas palavras de Damo, “a força da linguagem corporal” – e da qual discordamos. Pois é o próprio Damo quem – recorrendo à categoria sociológica da “configuração”, aplicada por Norbert Elias ao futebol e sua dinâmica característica de interação dentro de pequenos grupos organizados, os próprios

¹⁰ Reflexão semelhante fazem Soares & Lovisolo (2003), no artigo “Futebol: a construção histórica do estilo nacional”: “É evidente que [...] há dribles em todos os jogos de futebol. O problema seria: o estilo brasileiro se caracterizaria por um drible diferente ou meramente por uma frequência maior no uso desse recurso? A ideia do domínio do drible pode ser construída a partir da observação de amostras representativas (estatisticamente) ou a partir de desempenhos individuais? Os casos individuais – tendo Garrincha como paradigma – seriam e ainda são generalizados para o estilo? Essa operação é válida? Coisa semelhante ocorre com a expressão ginga (meneio, balanço, iludir o adversário com o jogo de corpo etc.): a distinção seria de qualidade ou de quantidade? E qual a forma de construção?”. Infelizmente, tratando-se de revisão bibliográfica apenas, e no espaço curto de um artigo, os autores acabam por muito pouco elucidar em sua “conclusão provisória”, conforme a intitulam.

times – é o próprio Damo, por fim, quem dá o veredicto em favor de uma pluralidade de interpretações do gesto e contra sua “naturalização” à maneira freyriana:

[...] as dinâmicas configuracionais possuem tantas possibilidades de decifração quantas possam ser imaginadas, razão pela qual não raro os torcedores e mediadores especializados seguem interessados nelas depois de encerrados os jogos. O que eles fazem não é senão reconstituir as configurações, tramando-as a partir de referenciais diversos – hipotéticos, sobretudo, “se... então...”. Como as configurações não são informadas senão por movimentos corporais, está claro que elas constituem-se como linguagem, do contrário não seria possível decifrá-las. Contudo, elas não existem em si mesmas, como realidades independentes daqueles que as decifram. A linguagem futebolística é, pois, [...] apreendida e ensinada ao longo da socialização com o espetáculo, e não há nada de novo a este respeito, à exceção, talvez, do fato de que isso pareça menos evidente quando se fala em esportes do que em música, dança, ópera e literatura. (Damo, 2005, pp.47-8)

É curioso, portanto, que Damo, depois de relatar interessante vivência junto a times de base cariocas e gaúchos (e não se limitando a observá-los, pois sua etnografia se valeu, igualmente, de entrevistas sobre essas questões do estilo, especialmente com os treinadores dos jovens), arrisque uma conclusão tão direta: “O que estava claro é que os tais estilos existiam” (2005, p.330). O problema não é tanto a conclusão em si, a rigor verdadeira – formas de jogar, claro, existem; não é que todos joguem igual. Mas, a nosso ver, e isso acaba se perdendo ao final da argumentação de Damo, as diferenças perceptíveis nos gestos e os poucos esquemas táticos historicamente identificáveis, além de não guardarem correspondência permanente com quaisquer times/seleções, têm muito menos a dizer sobre significados e linguagem no jogo de futebol do que as práticas discursivas a partir do que se vê em campo.

3.1. Brasil: mito nas ondas do rádio

Do mesmo modo que é possível levantar hipóteses sobre como cada língua nacional (apesar de sua necessária variedade interna) chegou a se fixar como tal em determinado território/Estado (e não em algum outro) ou como expressão nacionalista de determinado grupo (em detrimento de alguns outros), pode-se tentar fazer a genealogia dos principais estilos nacionais de jogar futebol.

Por que os argentinos imaginam se expressar futebolisticamente por *la nuestra*, os holandeses pelo futebol total, os italianos pelo *catenaccio* – e será que os próprios ingleses se imaginam como reis do “chuveirinho”, ou simplesmente sofrem de crônica *falta* de imaginação (o que seu desempenho em outras artes, aliás, refutaria prontamente)?

Na modernidade, as noções de “povo” e “nação”, das quais partimos para a presente investigação, encontram representação quase tão poderosa no estilo de jogo quanto na língua nacional. E via de regra, lembra Peter Burke: “Quanto mais diferenciada for a língua, mais coesa a comunidade [*linguística, imaginada*] provavelmente será, e vice-versa” (2010, p.22).

Pelo raciocínio de que vivemos, os brasileiros, um “milagre linguístico” – “ilusão ufanista” da língua única cobrindo todo o território, conforme vimos com Carlos Alberto Faraco –, o português é um dos mitos a amalgamar nosso sentimento de nacionalidade. Não se diz o mesmo do estilo brasileiro no futebol? Certamente que sim – e ainda mais por ser, dentre os supostos estilos nacionais, uma “língua” das mais “diferenciadas”, voltando a Burke.

No caso brasileiro, porém, olhando mais detidamente para as origens e a história da construção do estilo “único” que nos atribuímos, constata-se uma alta dosagem de

mito, a ponto de os brasileiros aceitarmos – talvez mais do que outros povos-torcidas – o estilo de jogo como parte essencial do nosso “jeito de ser”. O mito, aqui, se fossiliza e ganha status de estrutura que se interpõe à tradução de cada ocorrência posterior da linguagem do futebol com que nos deparamos. Vejamos como.

Para começar, um relato bem conhecido sobre a Copa de 1958 já revela o caráter mítico do estilo “vistoso” e “artístico” que, hipoteticamente, seria uma de nossas marcas inconfundíveis de nacionalidade. Trata-se de célebre testemunho do repórter Ney Bianchi, da *Manchete Esportiva*:

Garrincha escora a bola com o peito do pé: 20 segundos. Kuznetzov parte sobre ele. Garrincha faz que vai para a esquerda, não vai, sai pela direita. Kuznetzov cai e fica sendo o primeiro João da Copa do Mundo: 25 segundos. Garrincha dá outro drible em Kuznetzov: 27 segundos. Mais outro: 30 segundos. Outro. Todo o estádio levanta-se. (Bianchi *in* Castro, 1995, p.164)

O relato segue descrevendo mais dribles e três russos com nomes impronunciáveis – para Garrincha, apenas “Joões”, como (reza a lenda, ou o mito) ele chamava seus marcadores – “esparrramados no chão”, um deles “com o assento empinado para o céu”; depois, o estádio que “estoura de riso” e duas bolas na trave – uma do próprio Garrincha, outra de Pelé – antes de um minuto de jogo. Conclui: “E a explosão vem com o gol de Vavá, exatamente aos três minutos”.

É Le Goff quem esclarece a função do acontecimento e, para além dele, de duas outras velocidades da história, segundo outro célebre historiador francês, Braudel (de cuja teoria dos níveis de realidade – estrutura, conjuntura, acontecimento – voltaremos a tratar em detalhes adiante).

Fernand Braudel, [...] num artigo fundamental sobre a “longa duração”, [...] propõe ao historiador a distinção de três velocidades históricas, as do “tempo individual”, do “tempo social” e do “tempo geográfico” – tempo rápido e agitado do *événementiel* e do político, tempo intermediário dos ciclos econômicos ritmando a evolução das sociedades, tempo muito lento, “quase imóvel”, das estruturas. (Le Goff, 1990, p. 57)

No relato que seguíamos há pouco temos, claramente, a *interpretação* de um acontecimento (nunca o próprio, inapreensível a essa altura, como é óbvio) – a estreia simultânea de Pelé e Garrincha em Copas, em Gotemburgo, na Suécia, numa tarde amena do verão de 1958.

O “tempo social” ou intermediário, pode-se dizer das conjunturas, ainda conforme Braudel, poderia aqui ser associado à chamada Era de Ouro da Seleção, que se inicia justamente naquele 1958 e vai até 1970. Foi um período em que o Brasil, pela constância com que protagonizou acontecimentos no mundo da bola, criou os contornos de um período histórico. Até então, jamais uma seleção ganhara a Copa fora de seu continente; jamais uma seleção vencera três vezes e em apenas quatro Copas consecutivas disputadas; e, finalmente, jamais o fizera apresentando um futebol tão estranho aos europeus.

Estaria aí, nessa conjuntura, e em especial no acontecimento que pela primeira vez proporcionou a entrada em campo de Pelé e Garrincha num campeonato mundial, a origem do mito, sua causa, seu começo?

Antes, é preciso se perguntar, com Marc Bloch: haveria uma causa? Haveria um começo? Bloch, primeiramente, faz a distinção: “[...] entre os dois sentidos frequentemente se constitui uma contaminação tão temível que não é em geral muito claramente sentida. Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo”, alerta (2002, pp.56-7) – e o perigo, ainda segundo Bloch, é “confundir uma filiação com uma explicação”.

Há certamente uma história anterior a 1958: 1950, Mundial do Brasil. Entre um acontecimento e outro é que deslancharia, nessa interpretação, a conjuntura vitoriosa que consolidou o mito até 1970. Em casa, oito anos antes da consagração na Suécia,

mais do que um campeonato do mundo, buscávamos justamente afirmação como povo – “um lugar entre as nações”, conforme a expressão de Arno Vogel no artigo “O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional”. “A arte brasileira tinha se manifestado aos olhos do mundo. De todos, os mais extasiados, no entanto, eram os próprios brasileiros”, escreve Vogel (1982, p.87), comentando o deslumbramento que precedeu a queda. “Ficassem os outros com suas pinacotecas e teatros, nós tínhamos a nossa Seleção. Seus recitais nada ficavam a dever aos grandes compositores e instrumentistas.”

Foi quando sobreveio a conhecida tragédia: diante de 200.000 pessoas, segundo cálculos da época, o time brasileiro perdeu a final. Os uruguaios foram os algozes. Um golpe tremendo, marcante em se tratando de um acontecimento considerado, então, decisivo na representação que fazíamos de nós mesmos, conforme observa José Miguel Wisnik, recorrendo ao clássico *Anatomia de uma Tragédia*, de Paulo Perdigão:

[...] “as quase 200 mil pessoas que lotaram o Maracanã na tarde de 16 de julho constituíam uma espécie de quintessência do *homo brasiliensis* em seus fundamentos histórico-antropológicos” [Perdigão], medusados pela encarnação do futebol no destino do país, vendo fixar-se numa lutuosa alegoria ao vivo e desenhar-se sobre o campo, como num implacável lance de búzios, a imagem terrível da sua inviabilidade e o espectro de “uma desesperança quanto à efetivação de qualquer projeto coletivo” [idem].

Para que se entendam as dimensões trágicas de que se investiu o fracasso, ultrapassando em muito a ocorrência de uma derrota no esporte, é decisivo saber, antes de mais nada, que a narrativa desenhada pela Copa expôs e maximizou, com a crueldade dos deuses, a própria oscilação vertiginosa entre a potência e a impotência, entre os voos do imaginário e sua súbita reversão ao real. (Wisnik, 2008, pp.248-249)

A “narrativa desenhada pela Copa”, na expressão de Wisnik, se refere a vitórias acachapantes (“voos do imaginário”), notadamente sobre suecos (7 a 1) e espanhóis (6 a 1), antes da queda na final (“súbita reversão ao real”). Vogel resume o sentimento de verdadeiro luto que tomou conta do país: “Existem derrotas das quais a gente pode se

orgulhar. Esta não. Tinha sido vergonhosa, amarga, sem glória – uma humilhante e atroz derrota. A derrota de todas as derrotas” (1982, p.93).

“Quanto a ‘mito’ aplicado ao futebol, a questão é complexa. Há mitos épicos, que se referem a vitórias de muita superação (como o Uruguai de 1950 ou a Alemanha de 1954) ou muita classe (como o Brasil de 1958 e 1970). Inversamente, há mitos trágicos, como as derrotas brasileira de 1950 e húngara de 1954”, observa o historiador Hilário Franco Júnior¹¹, enumerando alguns dos grandes momentos das Copas e lembrando dois detalhes que costumam ser desprezados.

O primeiro é que, além de derrotados várias vezes, nem sempre fomos protagonistas na história dos Mundiais – e tais “reversões ao real”, para retomar a expressão utilizada há pouco por Wisnik sobre o certame de 1950, ainda conforme essa visão mítica da história, têm papel fundamental como acontecimentos (mesmo que a quebrar o ritmo de alguma conjuntura) para que se (re)defina o mito na história: só haverá a vitória de “muita superação” ou “muita classe”, nas palavras de Franco Júnior, se antes tiver havido a derrota humilhante ou vergonhosa.

O segundo detalhe, por óbvio, passa ainda mais despercebido: note-se que o mesmo acontecimento – fiquemos com a final de 1950 – é mito “trágico” para os brasileiros, mas “épico” para os uruguaios, assim como acontece com Hungria e Alemanha em 1954, conforme novamente os exemplos de Franco Júnior, entre tantos outros possíveis.

Olhando intuitivamente além do acontecimento vitorioso de 1958, nosso capitão na Suécia, Bellini, falava do peso simbólico da taça que lhe coube receber: “Ao subir no pódio com a pequena Jules Rimet bem presa nas minhas mãos, eu lembrava dos homens que batalharam por ela sem sucesso desde 1930. (...) A Jules Rimet que eu levantei

¹¹ Comunicação pessoal.

tinha dezenas de toneladas. Talvez por isso eu só conseguisse erguer com as duas mãos, esticando os braços” (Máximo & Kaz, 2006). O mito vem, portanto, de muito antes da glória na Suécia ou da ruína no Maracanã contra os uruguaios – note-se o plural indefinido, universal, usado por Bellini ao se referir aos “homens que batalharam [...] sem sucesso desde 1930”. Quase uma versão própria do momento de fundação da nação moderna.

Depreende-se do depoimento do jogador que o fator fundamental na criação e manutenção do mito de que falamos aqui é essa espécie de dialética que se estabelece entre vitória e derrota (lembremos que o Brasil, até ali, era apenas uma promessa de vitória).

Depois da Era de Ouro, ou Era Pelé, 1958-1970 – balizada claramente, vale lembrar, pelo fiasco de 1966, seguido da redenção de 1970, na mesma alternância vitória-derrota – tivemos o famoso interregno de 24 anos sem títulos mundiais. Uma conjuntura de derrota. Ainda assim, nela se revelam lampejos de um outro sentimento, o outro lado do mito, também nosso conhecido: apesar de tudo, dizia-se, continuávamos a ser os melhores pelo “talento ímpar” dos nossos craques, ou seja, pelo estilo que, fôssemos vitoriosos ou não, ditaria nossa maneira de jogar desde pelo menos Friedenreich e Leônidas, passando por Garrincha e Pelé até chegar às gerações de 70 e 82. De novo a analogia possível: surgíamos para o mundo com uma expressão mítica de identidade forjada em batalhas, com seus heróis decaídos ou consagrados. Dessa perspectiva, a seleção derrotada em 1982 seria um dos pontos altos do mito desse futebol “único” (ainda que muitos preferissem ter ganhado aquela Copa a *qualquer custo* a perdê-la em *grande estilo*, como aconteceu).

Mas, afinal, nosso estilo é o da vitória e da eficiência, ou – não importa o resultado – precisa necessariamente ser “vistoso”, “artístico”? A questão é um bom

ponto de partida para iniciarmos a desmontagem da interpretação pelo mito que acabamos de fazer.

Como é possível que, entre nós e mundo afora, ao mesmo suposto estilo se associem – para ficar num caso recente, o que prova a atualidade do problema – dois jogadores tão diferentes, em termos de origens sociais e geográficas, e mesmo de “sotaque” (tanto faz se futebolístico ou linguístico), quanto Kaká e Ronaldinho Gaúcho? Repare-se que a comparação não é entre um chamado “pé de obra” brasileiro na Europa – ou mesmo um proverbial “cabeça de bagre”, que aliás não costuma respeitar fronteiras – e um craque “típico” do nosso país. Ambos foram craques incontestáveis há pouco tempo – e ambos representantes do Brasil, ninguém duvida.

Por que caminhos se entrelaçariam acontecimento, conjuntura e estrutura para que um gaúcho negro, católico de família pobre e futebol acrobático, seja considerado tão brasileiro em campo quanto um brasiliense/paulistano branco, evangélico de classe média e dribles talvez menos “poéticos” (mas de cuja “eficiência” poderia se valer a Seleção Brasileira para manter a sina de vencedora)?

Embora sendo um dos mais equilibrados e racionais analistas do futebol nacional, Tostão – figura importante, aliás, de sua Era de Ouro – recorre, ele também, à ideia de mito. Em entrevista ao autor deste trabalho, o ex-jogador começa por eleger a Seleção de 1958 como seu time dos sonhos: “A partir de 1958, com Pelé e Garrincha, criou-se a história do jogador brasileiro fabuloso, do artista”, resume. Mas, falando da dimensão simbólica da Seleção Brasileira, vai muito além.

De dentro, o que significa essa instituição nacional: a Seleção Brasileira?

A imagem que eu tenho é a de uma coisa meio sagrada. É o mito da nação. Na época se cultuava muito isso. O orgulho de se jogar pela seleção. Não que tenha acabado. Mas diminuiu, não só no Brasil, no mundo todo. Com a globalização do mundo, hoje, esse sentimento de amor à pátria, de pertencer a uma nação, a um país, está acabando. É uma mudança. Na época havia mais essa coisa do mito da camisa. De vestir a camisa, aquele sentimento de defender a pátria, de representar o país.

Para o senhor era isso que predominava vestindo aquela camisa?
Era. Ficava arrepiado quando tocava o hino. É coisa da época. A gente tinha muito orgulho.

Não tinha tanto a ver com a ambição pessoal, talvez, como hoje?
Era um compromisso com a nação, uma coisa sagrada.

(Tostão, 2008, p.3)

Repare-se o verbo no passado, a ideia de “época” a que Tostão já se referira antes, coisa de “geração”, algo supostamente ultrapassado para os dias de hoje, de futebol globalizado: “Era um compromisso com a nação, uma coisa sagrada”.

À ideia de *gerações*, acrescentaríamos, pode-se contrapor a de *civilizações*, recorrendo uma última vez a Fernand Braudel e Marc Bloch: afinal, que mais almejar, como país, senão certo patamar de civilização? Em suma: passariam as gerações, mas permaneceria a contribuição civilizatória – seja como grande nação (e, preferencialmente, uma potência não só no mundo da bola), seja como marcante estilo nacional (aqui, nos termos de Tostão, no plano do “sagrado”).

Por fim, o mito materializado na história que praticamente nos obrigou a essa visão unificada de mundo – como a de uma comunidade religiosa clássica com sua língua-verdade – talvez seja Pelé: síntese entre eficiência e fantasia, até hoje interfere em nossa tradução do acontecimento futebolístico.

Em suma: o estilo brasileiro, numa genealogia das “maneiras de jogar” (sempre, lembremos, em termos de significado atribuído), talvez seja aquele que mais se traduz como mito – e a cada acontecimento. Não basta ao Brasil “simplesmente” ganhar uma Copa, como em 1994 e 2002; não basta que a Seleção aplique uma goleada – se não jogar bonito, “o futebol brasileiro não entrou em campo”; não basta ao nosso jogador cumprir sua função com competência técnica e tática, o que mereceria elogios alhures. Aqui, certa *memória mitológica* turva a leitura de cada novo acontecimento: ser

campeão mundial – mas como em 1958 ou, melhor ainda, 1970; vencer – mas com a plástica da Era de Ouro, e em todas as partidas; jogar bem – mas sempre, no microacontecimento de cada toque na bola, assoma a expectativa do lance de efeito: bicicleta, elástico, caneta, chapéu, afora todos aqueles momentos da memória mitológica protagonizados por Pelé, mito maior.

É um desses momentos que dá título ao romance *O Drible*, de Sérgio Rodrigues – Pelé ludibriando, sem tocar na bola, o goleiro uruguaio Mazurkiewicz, na Copa de 1970, para em seguida perder o gol por um triz (a sequência está de tal modo constituída como memória coletiva que dispensa descrição mais detalhada). Eis um perfeito exemplo de memória mitológica que se transforma em falsa estrutura de sentido: como se aquilo que aconteceu uma só vez e não se repetirá se constituísse, permanentemente, em interpretante da linguagem sempre que o Brasil está em campo.

O protagonista do romance, um calejado cronista esportivo que, no fim da vida, arrisca uma interpretação generalizante do estilo brasileiro (ao mesmo tempo que acerta contas com um filho desgarrado), tateia nessa direção: “*O futebol não atinge o patamar de mito o tempo todo. Em determinados jogos, contudo, forças poderosas se galvanizam nas arquibancadas e colunas de tempo que não vemos atravessam o gramado em ângulos improváveis*”, escreve, em chave mítica (e algo mística), numa de suas crônicas (Rodrigues, 2013, p.48, grifo original). Mas não se contenta com o suposto *insight*. E o explica com uma “teoria” que remete a Benedict Anderson e suas “comunidades imaginadas” – ainda que por contraste.

O cronista discorre, em conversa com o filho, “sobre o papel desempenhado pela conjugação de futebol com rádio na história do Brasil, tal mágica tendo consistido, segundo sua teoria, na fabricação das toneladas de argamassa necessárias para colar os cacos de um país gigantesco que até aquele momento não era bem um país” – explica o

narrador em terceira pessoa, referindo-se ao início do século XX. “‘Aí alguém arranjou uma bola’”, continua agora o personagem-cronista, “‘foram onze para cada lado, outro maluco pegou um microfone e logo estava embelezando as jogadas mais toscas com umas retumbâncias ridículas de retórica. Pronto: metade futebol, metade prosopopeia, estava feito o Brasil’.” (Rodrigues, 2013, p.59)

Murilo Filho, esse protagonista de *O Drible*, aprecia as tradicionais interpretações do estilo defendidas, entre nós, pela escola freyriana. Em resumo (e nas palavras do próprio Murilo, um devoto de Mario Filho – até no nome – e seu *O Negro no Futebol Brasileiro*): “‘O jeito brasileiro de jogar bola tem mesmo uma dívida impagável com a cultura negra, mestiça, sensual, infantil, esculhambada que é a cultura do Brasil, se houver uma’” (Rodrigues, 2013, p.61).

“O que eu acrescento de original nessa história”, prossegue Murilo Filho, “é o seguinte: a dívida do nosso futebol é pelo menos tão grande com o gongorismo dos narradores também. Isso o Mario não diz, ninguém diz. Que sem a nossa vocação doentia para a metáfora bombástica, o papo furado, o causo inverossímil, a gente não teria chegado tão longe. Mais de noventa por cento do público só tinha acesso ao futebol pelo rádio, e no rádio qualquer pelada chinfrim disputada em câmera lenta por perebas com barriga d’água ficava cheia de som e fúria. A cada cinco minutos os narradores faziam um zé-mané qualquer aprontar um feito de deus do Olimpo. Claro que esse descompasso entre palavras e coisas era inviável a longo prazo, não tinha como se sustentar. E como obrigar a narração radiofônica a ficar sóbria estava fora de questão, restava reformar a realidade. Foi assim que o futebol brasileiro virou o que é: em grande parte por causa do esforço sobre-humano que os jogadores tiveram que fazer para ficar à altura das mentiras que os radialistas contavam.” (Rodrigues, 2013, p.61)

Tomemos uma formação clássica que, nessa espécie de revivescência pelo mito, marca para sempre a interpretação/tradução do que “escreve” em campo determinado time – seu suposto estilo. O Brasil da Copa de 1958, por exemplo. O confronto semifinal vencido por aquela Seleção marcante: a primeira com Pelé e Garrincha juntos, como vimos. É colocando um gasto videoteipe desse jogo para o filho, Murilo Neto, assistir, que Murilo Filho testa os limites do estilo – não pelo que comunica, propriamente, mas por sua capacidade (ou ilusão) de *identificação*, conforme temos

argumentado. E isso seria nada menos que “o segredo mais bem guardado da história do futebol” (Rodrigues, 2013, p.76), segundo o velho Murilo.

Pai e filho começam a ver um trecho do teipe daquele Brasil e França disputado no estádio Rasunda, em Estocolmo, Suécia, em 24 de junho de 1958:

Na tela surgiu uma imagem em preto e branco com definição ruim, uma imagem de época. Alguma coisa em torno dos anos 1950: um time de homens claros de camisa escura jogando contra um time de homens escuros de camisa clara. A partida já estava em andamento, os de camisa escura no ataque. Não havia narração, só um murmúrio irregular que devia vir da própria torcida no estádio. [...]

O time de camisa escura fez duas ou três tentativas de penetrar na área do time de camisa clara, todas rechaçadas com facilidade. Até que foi marcado um impedimento e a posse da bola branca passou para o time de camisa clara, mas o goleiro logo estava dando um chutão para o campo do adversário e o time de camisa escura não teve nenhum problema para retomar a bola em sua defesa e partir para o ataque. Começou tudo outra vez. (Rodrigues, 2013, pp.76-77)

Estamos, mais uma vez, diante da *interpretação* de um acontecimento – como a que vimos, há pouco, no relato de Ney Bianchi sobre a partida entre Brasil e União Soviética em que Pelé e Garrincha fizeram sua estreia em Copas, no mesmo Mundial de 1958. Cabe esclarecer que não faremos, aqui, nenhum tipo de distinção hierárquica entre essas interpretações: o texto de um repórter de revista fazendo a cobertura *in loco* do torneio na Suécia (mas ele também, vale notar, escrevendo pós-facto) não “vale mais”, como tradução/interpretação do que se passou em campo, do que a fala de um narrador/personagem ficcional mais de cinquenta anos depois do acontecimento, e afinal derivada de documentação – o videoteipe em questão existe e poderia ser assistido e descrito por qualquer espectador contemporâneo real, a exemplo do que faz o romance.

Como parte da tradução do acontecimento que pretende oferecer, o velho cronista instiga o filho, a quem chama pelo apelido: “[...] presta atenção nos movimentos, Tiziu. Na dinâmica. Importa saber que jogo é esse? Para quem seu coração manda você torcer, assim sem saber nada? A gente sempre tem uma simpatia intuitiva

qualquer””. Ao que Neto responde: ““O time de camisa clara parece o Brasil”” (2013, p.77). Até aí consegue ir, mas logo, exasperado, pede ao pai: ““Que tal um pouco de narração? Não estou entendendo xongas””. Murilo – e agora, repare-se nas aspas, quem toma a posição de narrador é o idiossincrático protagonista – assente e prossegue com sua interpretação das imagens:

“Certo. Esse com a bola é o Vavá, o Peito de Aço. Agora Pelé, menino ainda, futuro Rei do Futebol. Pelé tenta passar no meio do zagueiro francês e perde a bola. O zagueiro manda um pontapé de quarenta metros para o artilheiro Just Fontaine no ataque, o bandeirinha marca impedimento. É a jogada preferida da França, vão fazer isso trezentas vezes no jogo. [...]

“[...] Pelé com a bola outra vez. Outra vez o Pelé tenta a jogada individual e perde a bola, mas que fominha. Didi recupera, olha só a elegância do cara. Tenta a tabela com Pelé mas a devolução que recebe é ridícula. Fica um perde e ganha ali. Escanteio para o Brasil. Olha o Zagallo: vai bater escanteio mal assim na casa do caralho, meu filho! Mesmo assim a bola volta a rondar a área francesa e dessa vez o Vavá chuta de longe e acerta o gol. Em cima do goleiro, mas pelo menos dentro do gol. Pena que poucos segundos depois, quando a bola volta, ele faz isso aí, ó: tenta uma meia bicicleta quase na pequena área e dá essa furada de pastelão. E tome chutão para o Just Fontaine. [...]” (pp.78-79)

Ora, começa a se delinear, senão o estilo, a postura de cada time em campo. E, pelo visto (por Murilo, ao menos), fazem um jogo igual – e nivelado por baixo. Custa-se a acreditar que um time brasileiro, ainda mais aquele de 1958, seja capaz de um repertório como o descrito, de chutes pífios a gol, escanteios mal-batidos, bolas perdidas em dribles equivocados de um “fominha” – o mesmo da devolução “ridícula” numa tabela (e é Pelé!) – e furadas “de pastelão”; e seria o estilo de jogo francês – da mesma França de Platini e Zidane, décadas mais tarde – o dos chutões para, como se diz no jargão, um atacante resolver? Afinal, Murilo é bastante claro ao informar que se trata da “jogada preferida da França” (mas o *kick and rush* não era o estilo dos *ingleses*?).

A cena prossegue, agora com o velho cronista – ao contrário do que lemos no relato de Ney Bianchi – relativizando, para dizer o mínimo, a presença simultânea de

Pelé e Garrincha no time brasileiro. O narrador em terceira pessoa é quem, de início, retoma a palavra, para em seguida passá-la a Murilo:

Aquilo continuou por mais alguns minutos. Na tela cinza cheia de chuviscos Neto viu Vavá acertar o gol outra vez, chute fraco mas bem no cantinho que obrigou o goleiro a defender para escanteio. Viu Pelé tentar mais um drible e perder a bola.

“Como está mal esse menino Pelé, hein? Pode até ser uma promessa de craque, como andam dizendo, mas pelo visto ainda vai ter que comer muito angu. Não acertou uma única jogada, caramba. Mas pior é o Garrincha. Ah, o Garrincha está jogando? Pois é, parece que está. Quer dizer, ‘jogando’ não é bem a palavra. Não falei o nome dele nenhuma vez, mas está em campo.” (pp.79-80)

“O vídeo terminava antes que Gilmar [goleiro do Brasil] tivesse a chance de dar mais um de seus chutões”, informa, de novo, o narrador. Para o filho, o velho cronista conclui: “‘É isso. Vimos dez minutos de jogo. Dos dezoito aos vinte e oito do primeiro tempo, mais ou menos. Eis o segredo mais bem guardado da história do futebol’”. Mais exasperado do que nunca, Neto só pode, a essa altura, desconfiar da sanidade do pai, e resume o que viu: “Não aconteceu nada”. Ao que Murilo contrapõe:

“Justamente. Sabe como terminou o jogo? Cinco para o Brasil, dois para a França. Sabe quantos gols o Pelé marcou, o mesmo Pelé que acabamos de ver errando tudo o que tentou fazer? Três. Dois deles obras-primas, depois de jogadas diabólicas do Garrincha. Tudo no segundo tempo. No primeiro, poucos minutos depois do pedaço horroroso que acabamos de ver, o Didi tinha metido uma folha-seca no ângulo do Abbes. Não é à toa que esse jogo costuma ser lembrado como um dos maiores de todas as Copas.” (pp.80-81)

A crer na interpretação que Murilo propõe ao filho nessa sessão nostalgia, confirma-se a tese de que – para além daquela partida isolada – os supostos estilos de jogo no futebol habitam sobretudo o acontecimento. Certos acontecimentos, claro: não exatamente os que acabamos de ver descritos. O que provoca, no diálogo final da cena, nova indignação de Neto/Tiziu contra Murilo.

“E por que você escolheu o pior pedaço [do jogo] para me mostrar?”

O velho, que até então tinha um brilho gozador nos olhos, o encarou com expressão grave.

“Não é o pior pedaço. É a vida. O jogo normal. Futebol é assim: o caos. O Brasil tinha um time superior, mas a França poderia ter vencido a partida. Tranquilamente. Era só o Just Fontaine, que até hoje é o maior artilheiro de uma edição de Copa do Mundo, ter continuado a marcar gols aos baldes como vinha marcando. [...] O futebol é cheio de imensas planícies, de horas mortas como a que nós acabamos de ver. [...] É isso, Tiziu, que torna tão chato o videotape de um jogo que nós já sabemos como terminou. O futebol só pode ser revivido em melhores momentos, editado, enxugado, porque é a expectativa de ver qualquer momento se revelar um desses melhores momentos que leva a gente a transpor seus desertos imensos. Se nós já sabemos quais serão eles, e quando, a seca nos mata de sede. [...] Agora me diz: e se a França vencesse?”

“O Brasil não tinha sido campeão”, disse Neto, sentindo-se um colegial. O velho balançou a cabeça como se estivesse diante de um aluno burrinho.

“Isso é óbvio, mas é só o começo. Não dá nem para imaginar tudo o que seria diferente, Tiziu. [...]” (pp.81-82)

Por fim, se retrocedermos um pouquinho na conversa entre pai e filho, há uma ironia do cronista que lança luz precisamente sobre como se produzem as diferenças, no caso do futebol. “Acho que estou entendendo, Murilo”, diz Neto, empenhado em decifrar o que tinha de tão especial aquele filme velho de Brasil e França em 1958. “Você quer dizer que o jogo foi uma pelada sórdida, é isso?” E então Murilo Filho destila sua ironia: “Eu não quero dizer nada. Você está vendo, eu não preciso dizer. Só comecei a falar porque você pediu [...]” (p.79).

Evidentemente que as teorias de um personagem ficcional não precisam ser tomadas ao pé da letra. Mas é possível ver aí, como ponto de partida para uma nova metodologia de análise dessas questões, uma ilustração daquilo que Anderson acredita ter sido fundamental na formação das “comunidades imaginadas”: uma *mídia* – nos exemplos do historiador inglês, o jornal (acoplado ao romance); no Brasil, o rádio (depois a tevê) – que promovesse a consolidação, via vernáculo, do que chamou de “camaradagem universal” numa nação, qualquer nação. (O que lembra a sagaz sugestão de Hilário Franco Júnior de que: “Como afirmara lapidarmente Lima Barreto a respeito da política

do país, o Brasil não tinha povo, tinha público. Na verdade, começava a ter torcida” [2007, p.74].)

E uma vez que é, por assim dizer, no *verbum*, e não na *res*, que se deve investigar o estilo, o Brasil, pela volatilidade da palavra no rádio, tende ao que temos chamado de memória mitológica. Relembremos Goody & Watt, apontando o pioneirismo das cidades-Estado gregas, onde “a escrita [...] alterou toda a estrutura da tradição cultural. Potencialmente, a interação humana agora não mais se restringia à impermanência da conversação oral” (1963, p.344). Faltou ao Brasil, na sua formação, a “amnésia estrutural” pelo registro escrito que, segundo os dois autores, diferencia as sociedades letradas das não-letradas: preservar *tudo* é ser obrigado a esquecer *muito* – o que permite a esse tipo de sociedade se reinventar constantemente (“palimpsesticamente”, diriam Goody & Watt), em vez de recontar sempre os mesmos mitos.

Mas com eles não estaríamos, ainda assim, falando de narrativas? Que diferença fundamental haveria, para a tradução/interpretação do estilo com que se identifica dada comunidade, que a narração seja oral ou escrita?

É de novo Goody (2009), agora em autoria solo do ensaio “Da oralidade à escrita”, quem sugere relativizar a função narrativa dos mitos, apenas uma das “formas de narração” encontradas nas culturas orais, segundo o autor. Até porque, na argumentação de Goody, “a acepção do termo narração é sempre a mais restrita possível: uma forma padrão dotada de uma trama definida que se desenvolve segundo fases bem precisas” (2009, p.37) – modelo em que nem todo relato mítico se acomoda. Prossegue o texto: “Nas culturas exclusivamente orais, a narrativa, em particular a narrativa de invenção, não é um traço predominante da comunicação [...]. As longas

sequências narrativas, de invenção ou não, requerem condições discursivas particulares”

(p.64). Seguimos com o autor:

As situações em que o público fica muito tempo sentado, escutando em silêncio uma história, parecem-me extremamente raras. No mais das vezes o discurso é dialógico: o ouvinte interfere naquilo que ouve, interrompendo sempre a sequência. [...]

Um monólogo, pois que a narrativa é monológica em sua natureza, será possível apenas se tiver um caráter ou um contexto sobrenatural. Não se trata nesse caso de questões terrenas, mas de “obra dos deuses”. E será o ritual, a cerimônia, mais do que o elemento narrativo, o fulcro da composição. (2009, p.49)

Parece-nos que, no futebol, a *dimensão do observador* – retomando ainda uma vez a expressão de Gumbrecht – comporta tanto o aspecto dialógico, típico da oralidade, quanto o elemento narrativo na interpretação do que se vê em campo: as respostas (verbais) às ocorrências de linguagem (não-verbais) no gramado são imediatas – seja da parte do narrador da tevê ou do rádio, seja na boca do espectador comum, no estádio ou em casa (e não são poucos os que, além disso, “conversam” com a tevê ou o rádio no desenrolar do jogo); nenhum desses observadores, porém, *dialoga* diretamente com os “falantes” originais, pois estes, dentro das quatro linhas, não falam: jogam. Só que nessa interação, lembra Goody, há também o componente “ritual”, a “cerimônia”, finalmente a *narrativa* (ainda a do campo, em linguagem não-verbal) mas como *monólogo*, não mais *diálogo*, “pois que a narrativa é monológica em sua natureza”, conquanto, no ambiente de oralidade do qual falamos, seja “possível apenas se tiver um caráter ou um contexto sobrenatural”. Precisamente a interpretação do acontecimento futebolístico pelo mito.

Narrativa é “forma padrão dotada de uma trama definida que se desenvolve segundo fases bem precisas” – para voltar à acepção restrita dessa atividade simbólica que, segundo Goody, encontra sua expressão ideal na escrita. Explica o autor:

Não é difícil entender por que a narração foi estimulada pela escrita. O ato de escrever estabelece automaticamente uma distância entre quem conta e o seu público, e isso faz

muita diferença. Quem conta ou quem lê tem tempo para refletir sobre aquilo que está fazendo. Uma folha em branco e uma caneta representam um convite a reorganizar uma narração, estruturando algumas recordações ou inventando certos fatos imaginários. (2009, p.50)

Um tipo de imaginação – voltamos a Benedict Anderson – que nos faltou, e falta, na “leitura” (e tradução/interpretação) do futebol brasileiro. A rigor, por muito tempo não reunimos as condições de formar um público leitor que pudesse impulsionar o “capitalismo editorial” que, ainda segundo Anderson, está na origem da formação de muitas nações. Para alguns, aliás, não é que tenhamos chegado atrasados a essa etapa do desenvolvimento nacional: na verdade, garantem esses críticos, *nunca* chegamos a experimentá-la, “queimando”, como se diz, tal etapa; atropelados, primeiro, pela era do rádio, depois pela penetração rápida da televisão, não teríamos conseguido forjar um leitorado de massa, perdendo assim a chance de, nessas bases, criar a seu tempo uma comunidade imaginada nacional.

Esse Brasil mais afeito à mitologia do que, na expressão de Novais & Silva (2011), ao “acontecer no tempo” – o acontecimento que é essencial à cultura impressa e do “esquecimento” – aferra-se, portanto, ao mito na tradução do estilo; ainda com Novais & Silva, os intérpretes brasileiros, enfim, “prescindem da memória histórica (a narrativa do acontecimento) para a instituição da memória social, inerente a toda formação social” (2011, p.16).

Dizíamos, na introdução deste trabalho, que o historiador precisa falar de algum lugar – e este que aqui escreve foi formado no mito do futebol “vistoso” e “artístico”. Mas busquemos agora um olhar metodologicamente diferenciado para o fenômeno do estilo, que não tome como parâmetro o que se mitificou como nosso jeito “único” de jogar, e que possa revelar mais – no nível do *acontecimento* e em narrativas *impressas* – de outras histórias de tradução da linguagem do futebol.

4. TRADUÇÃO DO ACONTECIMENTO FUTEBOLÍSTICO

Numa interpretação mais rigorosa de Braudel, diremos, o estilo de jogo no futebol não tem “longa duração” e se acomoda mal – ou nem se acomoda – a conjunturas/ciclos. Habita, já afirmamos antes, o acontecimento. Portanto, não se aplicaria, nesse caso, a síntese do célebre historiador francês para seu esquema de encadeamento dos níveis de realidade (estrutura, conjuntura, acontecimento): “Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de antes de ontem e de outrora” (Braudel *in* Novais & Silva, 2011, p.99).

A percepção de uma partida de futebol funciona mais, lembra Wisnik (e vimos com o cronista Murilo Filho), conforme “aquele princípio rodriguiano de que ‘o videoteipe é burro’: o jogo acontece mesmo é em sua dimensão irrepetível, quando o que se sabe é inseparável do que não se sabe [...]”, “ali onde cada acontecimento dá e pede uma interpretação não acabada, exigindo envolvimento e isenção, por menos que o torcedor, parcial por excelência, seja capaz de suportar essas exigências que, no entanto, o fascinam” (2008, p.110).

É aí que intervém o que antes chamamos de memória mitológica. É Le Goff (1990) quem enfatiza a importância do mito para a história como “ciência”: “[...] nas perspectivas da nova problemática histórica, o mito não só é objeto da história, mas prolonga em direção às origens o tempo da história, enriquece os métodos do historiador e alimenta um novo nível da história, a história lenta”. Toledo (2000, p.33), por sua vez, acredita que “o futebol é entre os esportes aquele que adquiriu historicamente uma centralidade como um dos possíveis articuladores dessas duas ‘formas de consciência’”, referindo-se, justamente, a mito e história (conforme Jonathan Hill).

Insistimos, porém, que o futebol – desde que se passou a falar, modernamente, em estilos de jogo – não se presta ainda a uma história lenta. A rigor, nos termos da datação original de Braudel, mal alcança a marca de um par de ciclos, os quais o historiador da “longa duração” definiu como “recitativo da conjuntura que questiona o passado por amplas faixas temporais: dezenas, vintenas ou cinquentenais de anos”¹². “Muito além desse segundo recitativo [*o primeiro sendo o do acontecimento*], situa-se uma história de fôlego ainda mais longo, essa, de amplitude secular: a história de longa e até mesmo de muito longa duração.” (Braudel *in* Novais & Silva, 2011, p.90)

Toledo, então, apresenta o que poderia ser a temporalidade ótima para se pensar o futebol:

Embora o futebol se consubstancie em eventos que se sucedem através de escores, placares, títulos, campeonatos, calendários, estatísticas (aspecto caro para outros esportes tal como o basquete), apresenta-se também como um feixe de acontecimentos que se atualiza de maneira sobreposta e justaposta à memória coletiva, traindo, de certo modo, sua historicidade e as estatísticas, ressignificando fatos em sagas, eventos em acontecimentos excepcionais, nem sempre articulados numa narrativa linear, ainda que, obviamente, uma certa experiência cronológica balize as discussões em torno dele. (2000, p.33)

Daí também, a nosso ver, a utilidade do que, repensando o esquema da “longa duração”, “[...] chamaremos, como P. Vilar, de tempo ‘medianamente longo’: uma expressão que não tem a pretensão de ser elegante, mas que talvez exprima muito melhor a duração mais confortável para o historiador” (Vovelle *in* Novais & Silva, 2011, p.400). Acreditamos que a melhor forma de captar esse tempo “medianamente longo” seja trabalhar com amostragens que tentem simular o que Toledo, há pouco,

¹² No trecho seguinte, o autor aprofunda a explicação sobre o nível da conjuntura: “[...] houve uma alteração do tempo histórico tradicional. Um dia, um ano podiam parecer boas medidas a um historiador político, ontem. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações das taxas de juros, o estudo (mais sonhado do que realizado) da produção, uma análise minuciosa da circulação exigem medidas bem mais amplas.

“Um novo modo de relato histórico aparece, digamos a narrativa da conjuntura, do ciclo, e até mesmo do ‘interciclo’; ele nos propõe faixas de dez anos, de 25 anos e, num limite máximo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff.” (Braudel *in* Novais & Silva, 2011, p.90)

batizou de “feixe de acontecimentos que se atualiza de maneira sobreposta e justaposta à memória coletiva” – memória que, para nós, precisa se diferenciar daquela memória mitológica que pouco contribui para o que buscamos: a *tradução do acontecimento na história*.

Não negamos que, no senso comum, o mito ecoa nas “leituras” do jogo a cada acontecimento. O exercício a que nos dispomos, porém, é o de verificar se narrativas sobre jogos não se aproximariam mais de uma verdadeira tradução do estilo – e na língua impressa de uma nação, portanto respondendo, já, a uma “comunidade imaginada” *que é também a do estilo, sempre primeiro um estilo nacional*.

Traduzindo certos momentos, essas interpretações quem sabe não almejavam (e alcançariam) uma autonomia maior em relação à “aura” de um suposto original irrecuperável – o qual, no caso brasileiro, já estaria aliás perdido para sempre nas ondas do rádio... Desvencilhar-se do mito, nessa lógica, é evitá-lo como falsa estrutura de sentido – pois, temos insistido, estruturas tendem a barrar um necessário retorno do acontecimento na história e, ao mesmo tempo, as múltiplas possibilidades criativas da tradução, a qual tampouco deveria ser obrigada a “reencarnar” algum mítico original. Conforme Dosse:

Hoje em dia, o acontecimento que está “retornando” é examinado sob uma ótica científica, mas que lhe atribui toda sua eficiência. Transformado em indício ou vestígio significativo, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis. Podemos até dizer que a ideia deleuziana segundo a qual “o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento” vem se impondo, embora tivéssemos o hábito, até hoje, de privilegiar o antes do acontecimento, a sedimentação causal que parecia suscitar sua irrupção. (Dosse, 2013, p.6)

“Em suma”, completam Novais & Silva, “a história, como discurso, não pode se limitar (ainda que os historiadores nem sempre tenham consciência disso) ao domínio das estruturas, campo dominado pela conceitualização, mas tem que alcançar o universo

do acontecimento, do singular, do único, quer dizer, o nível da *indeterminação*.” (2011, pp.41-2, grifos originais)

Mas do que falamos, exatamente, quando dizemos *acontecimento futebolístico*? Um gol – decisivo ou não – é acontecimento. E pode-se admitir que mesmo um lance memorável qualquer seja acontecimento, ainda que, para nós, numa acepção fundamentalmente diversa da “boa jogada como epifania da forma, como evento (também é possível dizer de maneira ainda mais complicada: epifania da forma como presença e como evento)” (Gumbrecht, 1998, p.81). Na sequência do trecho, Gumbrecht acrescenta: “[...] sempre que uma boa jogada se realiza, ela se acaba; desaparece sem deixar vestígios. É uma forma pura e temporalizada. Finalmente, digo que a emergência, a ‘epifania da forma’ é uma ‘produção de presença’” – de novo distanciando-se do que queremos dizer com acontecimento, aqui uma noção *historicizada*, e não estética, simplesmente. Até porque um lance memorável não é obrigatoriamente uma boa jogada: a falha individual que “entrega o jogo”, por exemplo, é acontecimento também. O fundamental é entender um lance como esse (e também a jogada plástica) nas suas relações com outros acontecimentos em contexto. Por isso, uma partida – decisiva ou não – parece uma boa medida do acontecimento futebolístico.

Atente-se, porém, às ressalvas de Wisnik: “O placar descreve e não descreve a partida, é ‘justo’ e ‘injusto’. Ao contrário das artes em geral, [no futebol] a competência pode ser contabilizada porque se traduz em gols. Mas, ao contrário dos outros esportes, a contabilização não dá conta do acontecimento”. “O apito final, como a morte, sela o sentido do acontecimento, mas sem sossegar necessariamente as virtualidades que o jogo desencadeia, as promessas que ele quase realizou, a multidão de alternativas que ele desenha.” (Wisnik, 2008, pp.111-2)

É preciso *narrar* o acontecimento futebolístico; *traduzi-lo* na história.

4.1. “Discurso primeiro” e “discurso segundo”

É, portanto, na enunciação propriamente discursiva que encontraremos o que procuramos. Segundo a definição de Maingueneau, *enunciado* é aquilo que tem “o valor de frase inscrita em um contexto particular”, ao passo que, ainda com o mesmo autor, diremos de uma unidade de análise que ela é um *texto* “quando se tratar de unidades verbais pertencentes a um gênero de discurso” (2004, p.57). Estes, por sua vez, se diferenciam num quadro maior de tipos comunicacionais:

As tipologias dos gêneros de discurso se contrapõem, desse modo, às tipologias comunicacionais por seu caráter historicamente variável. Em toda sociedade, seja qual for a época, encontramos categorias tais como “didático”, “lúdico”, “prescritivo” etc. [*e poderíamos acrescentar outros dois exemplos do mesmo autor que nos serão bastante úteis: o tipo “midiático” e o tipo “polêmico”*], enquanto o *talk-show* ou o editorial nada têm de eterno. Poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível *e que a tornam possível*. (Maingueneau, 2004, p.61, grifo nosso)

Um artigo de jornal sobre futebol, nesse esquema, é um *gênero de discurso* no interior de um *tipo de discurso*, o da imprensa escrita, que por sua vez integra um conjunto mais vasto, um tipo de discurso mais amplo, o “midiático”. Variáveis historicamente, apenas mais ou menos fixos e nem um pouco eternos, conforme frisa Maingueneau, os gêneros discursivos têm, portanto, relação direta com as *situações de comunicação*; e, conquanto resultem de certa configuração de sociedade, reciprocamente “a tornam possível”, já sublinhávamos na citação acima. Maingueneau exemplifica com o gênero do *fait divers* (aliás, intimamente aparentado do folhetim, com toda a importância deste para nossa argumentação): o *fait divers*, explica Maingueneau, “aparece nas sociedades em que há uma imprensa escrita de grande tiragem: num vilarejo, o boato é suficiente para divulgar as notícias” (2004, p.61).

Ora, é precisamente esse tipo de convergência entre situações de comunicação como a que Maingueneau acaba de descrever e determinados grupos humanos – uma

nação, como vimos, ou uma torcida, como veremos – o que constitui, simultaneamente, comunidades e formas de expressão, ou seja, gêneros de discurso mais ou menos definidos que dão forma à natureza, em última análise, imaginada das comunidades.

Assim, o gênero em que nos concentraremos em nossas análises – o relato de imprensa sobre jogos de futebol – é, em certa medida, *constituente* da própria “realidade” de que fala; e, de fato, Maingueneau postula “uma distinção implícita entre os discursos paratópicos – os discursos constituintes – e os discursos ‘tópicos’, isto é, o restante da produção discursiva da sociedade” (2010, p.161). A seguir, o autor esclarece, quanto aos discursos constituintes, que “seu estatuto determina que eles só podem se autorizar por si mesmos, ou seja, não podem ter outros discursos acima de si. Fiadores das múltiplas práticas discursivas de uma sociedade, eles dão sentido aos atos de seus membros. Assim, o jornalista envolvido em um debate social recorrerá à autoridade do cientista, do teólogo ou do filósofo, mas essa relação não poderia se inverter”, exemplifica Maingueneau (2010, p.158). Ou seja: “Na versão ‘clássica’ da paratopia, [...] os discursos constituintes são discursos que constroem identidades fortes, ancoradas em um Absoluto cujos poderes devem ser captados por modos de enunciação apropriados”, prossegue o mesmo autor; e emenda com a ressalva que aqui nos interessa: “Ora, quando se observa o mundo contemporâneo, percebe-se que existem conjuntos de práticas discursivas que constituem problema” (2010, p.164).

[...] podemos citar o mundo do esporte e, em particular, o do futebol, que se associa a comunidades devotas, a peritos comentadores, a rituais, a conflitos simbólicos entre posicionamentos. Uma quantidade crescente de jornais e de programas de televisão é consagrada à gestão do comentário futebolístico. São transmitidos inúmeras vezes na televisão os mais belos gols, os quais são analisados como se fossem citações célebres, conta-se a vida dos grandes jogadores, que participam de uma espécie de panteão e que se veem dotados de uma autoridade moral que vai muito além de suas competências estritamente esportivas. Com o tempo, constrói-se uma memória discursiva que alimenta o comentário dos novos peritos. (Maingueneau, 2010, pp.164-5)

Ainda segundo Maingueneau, que destaca a linguagem da música popular como caso semelhante, “estamos aqui diante de práticas discursivas que implicam uma distinção essencial entre discursos primeiros (gravação de canções ou de partidas esportivas) e discursos segundos (assumidos por peritos que os comentam)”, daí o autor se referir a essas práticas como “sombras” dos discursos constituintes. E novamente constatar: “Encontramo-nos diante de um dilema: por um lado, é claro que não se trata de um conjunto de práticas decorrentes de um discurso constituinte; por outro, parece difícil refletir sobre esse tipo de fenômenos sem os remeter aos discursos constituintes” (2010, p.165).

Acreditamos que a solução para tal dilema – o dilema de constatar que, ainda que apenas “sombra” de um discurso constituinte, a linguagem do futebol tem peso considerável nas definições de identidade do mundo real – possa estar, precisamente, na tradução/interpretação do “discurso primeiro” pelo “discurso segundo”, mas sem que este precise ser monopólio de “peritos”, como quer Maingueneau. Nas instâncias “lógicas” de Toledo (2000) que antes apresentamos e desde logo adotamos como instrumentais, os *especialistas* seriam candidatos naturais a “peritos” (embora nada impeça que os *profissionais*, primordialmente responsáveis por produzir o “discurso primeiro”, técnico-tático, também façam a interpretação da linguagem do jogo na própria imprensa, e ainda enquanto *profissionais*, antes de uma eventual segunda carreira como comentaristas, ou seja, *especialistas*). Postulamos, porém, que os *torcedores*, terceira instância “lógica” em jogo, também participam no “discurso segundo”.

Para Damo, “[...] existe uma narrativa constituída pela ação dos jogadores, uma trama *ad hoc*, à qual corresponde uma série de outras narrativas produzidas

simultaneamente ou não” (2005, p.31). Estendendo o raciocínio já ao domínio dos estilos, o autor parte de Christian Bromberger:

O estilo local ou nacional que se reivindica nem sempre corresponde, longe disso, à prática real dos jogadores, mas antes à imagem estereotipada, enraizada na duração, que uma coletividade faz de si mesma e deseja transmitir. O que tem menos a ver, portanto, com a maneira que aqueles homens têm de jogar (e viver) do que com a maneira como gostam de narrar que joga seu time (ou se passa sua existência). (Bromberger *in* Damo, 2005, p.321)

E Damo faz, por fim, uma bela síntese que encaminhará nossa metodologia:

A posição de Bromberger é pouco otimista em relação à correspondência entre uma espécie de narrativa corporal, dada pela maneira como os jogadores dispõem de seus corpos, e a maneira como o jogo é interpretado, a partir de estruturas e de procedimentos discursivos diversos. Há, na posição de Bromberger, ao menos duas ordens de práticas discursivas em torno de uma configuração futebolística. Uma delas, realizada dentro de campo pelos atletas, sob o constrangimento de códigos pré-estabelecidos, dados pelas regras do jogo e pelos valores do esporte como espetáculo. A outra, desencadeada nas arquibancadas, ou mesmo distante dos estádios, correspondendo às narrativas dos torcedores e mediadores especializados.

[...] Ao autonomizar as narrativas, institui não apenas uma descontinuidade discursiva e, portanto, interpretativa, senão que pressupõe a possibilidade de haver uma pluralidade de discursos sobre o mesmo objeto, seja ele um jogo, uma sequência dentro do jogo ou um lance, como um drible, por exemplo – um gol como o de Maradona com a mão contra os ingleses na Copa de 1986 não seria a quintessência da malandragem brasileira? [...] Há um jogo, uma dada estrutura agonística e o engajamento: os torcedores co-atuam, jogam um jogo imaginário, acertam os lances que os jogadores erram, realizam outros que estes são incapazes ou são impedidos de realizar, não raro às vésperas e depois do evento propriamente dito. Trata-se de uma outra perspectiva estética, de modalidades de experiências distintas, significadas a partir de referenciais distintos. (2005, p.322)

O que propomos, finalmente, é uma metodologia de tradução/interpretação dos estilos pelo que são, concretamente: discursos inscritos em determinados gêneros, os quais respondem a uma configuração midiática que, por sua vez, molda os grupamentos humanos pela imaginação comum. Se formos capazes de extrair o essencial desses discursos, será como tocar a “realidade” fundamental das comunidades que os proferem. Os estilos em que essas comunidades se imaginam – e “jogam um jogo imaginário”, nas palavras de Damo, *constituindo* essa “realidade” própria que pretendemos tocar –

transcendem o “discurso primeiro” do gesto e da tática, sofrendo uma espécie de refração no “discurso segundo” que é sua tradução/interpretação.

4.2. “Idiomas da memória”

Em comunicação recente num encontro acadêmico especializado¹³, o sociólogo alemão Tobias Werron lançou a pergunta: “Como as partidas de futebol são lembradas?”, e a partir dela destrinchou uma categorização para o estudo da memória do jogo que, por partir de uma investigação no nível do acontecimento, nos interessa em particular. A começar por sua ênfase no quanto a interpretação/tradução da linguagem do futebol depende de um circuito de comunicação que não pode ser tomado à parte da prática esportiva em si: “[...] o critério mais apurado para se medir a modernidade do esporte moderno”, defendeu Werron, “é [o fato de que] todas as competições estão inscritas numa comunicação contínua e universalizada sobre competições, criando uma relação particularmente moderna entre competições individuais, de um lado, e, de outro, a contínua comparação entre elas” (2013, p.3). Prossegue o autor:

Assim, historicamente, segundo esse ponto de vista, não é exagero dizer que os modernos esportes de competição são um fenômeno de mídia, e em particular um produto das tecnologias de comunicação (do telégrafo em diante). [...] inovações modernas mais óbvias (as federações, a padronização das regras, as ligas) são, igualmente, produto de um novo tipo de imaginação comparativa e de escopo comparativo global – e não o contrário¹⁴. (2013, p.4)

¹³ Conferência do grupo FREE (Football Research in an Enlarged Europe) intitulada *European Football & Collective Memory: Transnational Media Events*, realizada na Universidade de Stuttgart, Alemanha, em 22 e 23 de fevereiro de 2013.

¹⁴ Concordamos com Werron, mas vale registrar a posição mais matizada, precisamente nesse aspecto, de Toledo: “A recepção do futebol está assentada numa história cuja sensibilidade fora gestada anteriormente à própria formação do campo midiático tal qual nós conhecemos hoje, aliás, que se expandiu juntamente com o gosto popular pelo futebol, ao contrário de outras expressões culturais de massa que nasceram mais condicionadas às propriedades tecnológicas e ideológicas disponibilizadas pelos meios” (2000, p.9).

Nesse ponto talvez devêssemos ressaltar, nos passos de Werron, que “[...] memória, em termos funcionais, [é] a capacidade presente de um sistema social de seletivamente lembrar o passado para ligar o próprio passado ao próprio futuro. Em outras palavras, a memória não diz respeito apenas ao passado; é a capacidade de antecipar o futuro com base na seleção de experiências passadas no presente” (2013, p.4). Assim, prossegue o autor, pode ser “útil distinguir dois tipos básicos dentre os elementos que compõem o repertório de esquemas usados para descrever, entender e vivenciar [*traduzir, resumiríamos nós*] jogos na ‘linguagem do futebol’” (p.5).

Primeiro, elementos do tipo qualitativo, ou narrativo – por exemplo, a história de uma atuação heroica de um time/jogador [...], um acontecimento contestado num jogo em particular [...], ou simplesmente algum incidente, como um conflito ou uma performance memorável ou decepcionante, ocorrido no início da temporada e que possa ser relevante para a antecipação de partidas vindouras. O futebol, como qualquer esporte – mas penso que particularmente o futebol –, é uma gigantesca teia de narrativas sobre jogos passados, constantemente contadas e recontadas no presente para dar sentido a jogos futuros. [...]

O segundo e igualmente importante elemento básico [para a memória do jogo] são as estatísticas [...]. (Werron, 2013, pp.5-6)

A partir daí, Werron postula a existência de quatro tipos de enunciados sobre os quais se constituiria a memória do futebol – e onde, como temos defendido, se inscreve o estilo para além do gesto técnico e/ou do esquema tático. O autor adota, em inglês, o termo *idioms of memory* para se referir a essa tipologia enunciativa da memória. Como, em português, “idioma” pode significar “estilo ou forma de expressão artística que caracteriza um indivíduo, um período, um movimento etc. ou que é próprio de um domínio específico das artes”¹⁵, com base nessa acepção – e para simplificar a terminologia, uma vez que se trata de algo mais do que jargão, embora menor do que um gênero de discurso como tal – nos permitiremos referir às quatro categorias de

¹⁵ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0. Dezembro de 2001.

Werron com a expressão literal “idiomas da memória”. São eles: o da performance, o da antecipação, o da presença e o da identificação.

Detalhemos as características de cada um.

O idioma da performance não deve ser entendido apenas em termos de vitórias e derrotas isoladas – o placar mais os números relativos a posse de bola, chances de gol etc., na tentativa de reduzir a memória do jogo a explicações estatísticas, pura e simplesmente; ou explicações narrativas imediatas (o time x venceu porque armou uma retranca eficiente, usou bem o contra-ataque, “foi pra cima desde o primeiro minuto” etc.); ou uma combinação das duas estratégias, em que geralmente a narrativa contraria as estatísticas (o time y “soube aproveitar as poucas chances que criou”)¹⁶. Para que esse primeiro idioma – conforme o autor, o mais fundamental no esporte moderno – funcione efetivamente como memória do futebol, é preciso que as avaliações estatísticas e/ou narrativas dos feitos de equipes/jogadores levem em conta o longo prazo. Não pensamos, aqui, em termos de “longa duração” – mas de uma sequência narrativa que se prolongue na história de uma cobertura midiática.

O segundo idioma identificado pelo autor, chamado de idioma da antecipação e diretamente ligado ao idioma da performance, também se alterna entre o curto e o longo termo, correspondentes a sub-idiomas batizados como “de suspense” e “de especulação contínua”. O primeiro, esclarece Werron, se presta basicamente ao comentário simultâneo dos jogos, em que se enfatizam o suspense quanto ao resultado (“dois minutos pro fim da prorrogação e tudo igual, 0 a 0 – haja coração!”), as narrativas qualitativas ou quantitativas de probabilidade (“considerando o volume de jogo do time x...” ou, alternativamente, “com 73% da posse de bola para o time x...”, e na sequência a mesma conclusão: “o gol é uma questão de tempo”), ou ainda as narrativas de possíveis

¹⁶ Nesse parágrafo e nos seguintes, os exemplos entre parênteses, com eventuais adaptações para a linguagem corrente nas transmissões de jogos no Brasil, são do próprio autor citado.

“milagres” (“dois minutos pra acabar e dois a zero – o jogo parece perdido pro time da casa, mas nada é impossível!”).

Novamente, porém, é nas variações do idioma capazes de transcender o acontecimento de uma partida – embora nem sempre o façam – que a memória do futebol encontra expressão mais acabada. Ligadas ao sub-idioma da “especulação contínua”, essas variações podem, novamente, assumir forma narrativa (avaliando, por exemplo, se e como as brigas do técnico x com o jogador y de determinado time poderão afetar não só o próximo jogo, mas também o restante da temporada) ou forma estatística (“nunca na história da liga um time conseguiu se livrar do rebaixamento com esse número de pontos e restando tão poucas rodadas” etc.).

Uma interessante síntese desses dois primeiros idiomas, ainda que à revelia da classificação de Werron, encontra-se em Wisnik:

O futebol pode ser visto como um sistema simbólico que traciona o imaginário colocando-o à beira de um precipício: o real da perda. [...] é preciso que o torcedor aceite a condição de que estamos sujeitos a ganhar (assumindo temporariamente uma onipotência imaginária) e a perder (recebendo uma cota de frustração e de real), ambas relativas e devolvidas ao reinício do jogo. Esse esquema é genérico o bastante para não representar nenhum conteúdo previamente determinado, deixando-se investir por conotações ora mais difusas ora mais direcionadas, em que se engancham modos de relação entre indivíduos e grupos. (2008, pp.46-7)

O terceiro idioma da memória de Werron é aquele, dentre os quatro, que talvez mais funcione no (ou, ao menos, a partir do) nível do “texto” como tal – aquilo que se vê/lê em campo e os modos de descrevê-lo. No idioma da presença, “podemos falar de um ‘grande jogo’ em termos de fluência e beleza da disputa, para além dos idiomas mais técnicos da performance de sucesso ou do resultado em aberto [*os outros dois idiomas que já apresentamos*]” (2013, p.14). O autor fala, aqui, em narrativas estéticas (“um belo jogo de futebol do primeiro ao último minuto”), ou de singularidade (“uma partida inesquecível”), ou ainda de atmosfera (“as duas torcidas fizeram um espetáculo

à parte”). Mas, como sempre, esse idioma tem variações nas quais “o foco [recai] sobre a definição do significado, da importância e da relevância de um evento *em comparação* a outros” (p.15, grifo nosso). Nesse caso, identificam-se narrativas de “significado competitivo formal” (um jogo de Copa do Mundo), de “significado competitivo informal” (a despedida de partidas oficiais de um jogador “lendário”) e de popularidade (o encontro dos dois times de maior torcida de um país).

Por fim, há o idioma da identificação, em que ocorrem narrativas pontuais tanto de identificação, propriamente dita, quanto de rejeição; ou ainda de identificação temporária com uma terceira parte (torcer para o time mais fraco contra um favorito, este um rival histórico, em geral). Esse último idioma parece ser, por excelência, o dos torcedores. Mas Werron adverte:

Obviamente, aqueles amantes do futebol mais entusiasmados e bem informados são capazes de falar e entender todos os idiomas com igual fluência, são capazes de passar de um a outro e misturá-los de maneira idiossincrática, como se cada aficionado falasse uma língua própria. Conforme tentei mostrar, porém, o vocabulário [sic] à disposição para criarmos nossos próprios modos de falar sobre futebol é limitado e, de certa forma, previsível, quando observado no contexto mais amplo da história dos modernos esportes de competição. (2013, p.17)

Não há dúvida de que muitos torcedores dominam os idiomas da performance e da antecipação (até mesmo em suas vertentes estatísticas), ainda que nem sempre os manejem com a mesma propriedade que, por dever de ofício, exibem os especialistas. O idioma da presença, de caráter predominantemente estético, tampouco é monopólio do discurso especializado, e aqui o observador comum, se não fica em pé de igualdade, goza dos mesmos direitos do especialista no que tange à apreciação (ou não) do espetáculo. Só que raramente as opiniões estéticas dos torcedores têm eco para além do grito da arquibancada, ao passo que a imprensa postula e propaga ao longo do tempo seus padrões de beleza – e estilo, nem é preciso dizer.

Ao especialista, o único idioma vetado (em tese) é o da identificação. Ao torcedor, embora os outros lhe sejam acessíveis, é o que resta como forma de expressão. Porém, como lembra Toledo (2000, p.9): “Ainda que a mídia filtre [...] e estabeleça com os torcedores uma relação mediatizada por discursos e aparatos tecnológicos persuasivos, a construção de tais relações entre estes atores só pode ser compreendida na medida em que [o] futebol também é de domínio de uma semântica popular, de senso comum”.

4.3. Análise de textos no discurso do futebol

Ainda com Werron, uma das principais tendências atuais de interpretação do jogo é uma “acontecimentalização” da memória, com foco crescente na “atmosfera” de estádios e competições – ou seja, uma tendência a enfatizar, de novo, o aspecto narrativo da tradução/interpretação do futebol, suplantando o recente incremento no uso e na frequência das estatísticas. Embora apoiada também (e cada vez mais) em recursos visuais, essa narrativa se define como *discurso*, do qual nos interessa em especial a vertente escrita e impressa.

Daí a importância de se investigar os gêneros de discurso e, antes deles, as situações de comunicação com que lidamos ao falar (e escrever, especialmente) sobre futebol, atribuindo estilos aos enunciadores da linguagem primeira do gesto – times/seleções, técnicos, jogadores. Em outras palavras, ao *compará-los*, e segundo parâmetros de competição, ainda lembrando Werron: não há estilo marcante que não evoque, em algum momento, uma memória vitoriosa. Mas já deve ter ficado evidente, a essa altura, que é no enlace daqueles quatro idiomas – transcendendo as mais imediatas

e simbióticas performance/antecipação – que devemos apostar. E certamente há um pouco de cada idioma nos discursos de especialistas, torcedores e profissionais.

Para delinear uma metodologia de análise desses discursos, é preciso, primeiramente, elucidar por quais meandros discursivos a tradução do futebol tende ao *discurso constituinte*. E é Maingueneau, novamente, quem nos sugere um ponto de partida: “Circula, nas memórias coletivas, um grande número de enunciados breves, em geral constituídos de uma única frase, que contribuem para reforçar a identidade de grupo [...]” (2006, pp.107-8). O espectro desses enunciados breves – uma certa ordem de “enunciação *aforizante*”, em oposição a outra, de “enunciação *textualizante*”, nos termos do autor (2010, pp.12-13, grifos originais) – abrange desde formas típicas (e imemoriais) da comunicação oral até as mídias modernas, a começar pela imprensa.

Maingueneau explica:

Numa sociedade onde há domínio da oralidade, a aforização mantém, sem dúvida, relações privilegiadas com a memória, a generalização, as formas poéticas, os gêneros sentenciosos, a autoridade dos antigos e dos sábios. Numa sociedade dominada pelas mídias audiovisuais, são as operações de edição e apresentação de enunciados destacados que passam ao primeiro plano. Mas o tipo de enunciação de que lançam mão é fundamentalmente o mesmo. Com a aforização, evoca-se, de fato, o arcaico. Nela, é o dizer verdadeiro de um Sujeito absoluto que se condensa na unidade imaginária de uma asserção autônoma. (2006, p.118)

Em seguida, o autor postula que as enunciações de ordem aforizante podem ser de dois tipos (2006, p.119): 1) **originais**, em que os destacamentos ocorrem “por natureza”, ou seja, são “constitutivos” (2010, p.10) dos próprios enunciados – mas poderíamos, afinando a terminologia, chamá-los alternativamente de *constituintes*; exemplos desse tipo de aforização original são os adágios, as divisas, as máximas, os *slogans* e os provérbios; ou 2) **derivadas**, ou seja, resultantes de “destacamento por extração de um fragmento de texto” (2010, p.10) e amiúde observadas nos textos

mediáticos; aqui, pode-se dizer, o enunciado destacado que tende à aforização é parte importante dos gêneros de discurso em questão.

Mas por que a enunciação aforizante se presta, particularmente, à constituição das memórias coletivas? “A enunciação textualizante”, compara Maingueneau, “resiste à apropriação por uma memória. É preciso ser ator ou bardo profissional para memorizar textos inteiros.” Por outro lado: “A enunciação aforizante implica a utopia de uma fala viva sempre disponível, que atualiza o ‘memorável’ [...]”. (2010, p.14)

O provérbio, aqui, é típico de um “dizer verdadeiro” de evocação “arcaica”: “trata-se”, ainda segundo Maingueneau, “de generalizações que não se ancoram numa situação de enunciado particular e cuja fonte enunciativa é apagada. Portanto, o provérbio não pode se referir a indivíduos ou a eventos únicos” (2004, p.170). E, de fato, são proverbiais (sem pretender abusar do jogo de palavras) as máximas do futebol. Nelas, como nos provérbios: “O ‘aforizador’ assume o ethos do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado, em contato com uma Fonte transcendente. Ele é considerado como aquele que enuncia *sua* verdade, que prescinde da negociação, que exprime uma totalidade vivida: seja uma doutrina ou uma concepção vaga da existência” (2010, p.14, grifo original). Tanto a lógica *especialista* quanto a lógica *torcedora* (e por vezes também a *profissional*) parecem, com frequência, abusar desse tipo de enunciação.

O que não é um problema menor, se buscamos a tradução do *acontecimento* (ou “evento único”, conforme a citação anterior), em vez do lugar-comum que tende a tudo explicar – inclusive os estilos – como *estrutura*. À diferença da interpretação do cânone literário, filosófico, científico ou religioso – domínios *constituintes* por excelência –, não se trata aqui de exegese, mas, repita-se, de tradução. De um lado, porque a análise de discurso se fará, como já anunciamos, sobre *textos*, o que pressupõe especificidades de enunciação (resposta, argumentação, narração) e, a partir delas, uma leitura nova dos

estilos, distante da mitificação; de outro, porque pretendemos conjugar essa análise a uma investigação crítica das formas de lembrar o acontecimento no futebol, caminho já indicado por Werron.

Prossigamos, porém, com a ponderação de Maingueneau: “[se] por um lado, tem-se razão com o sentimento de que o provérbio constitui um enunciado autônomo, por outro, ele não aparece isolado, mas inserido em textos que derivam de gêneros” (2010, p.10). Ao que o próprio autor contrapõe o argumento de que: “Certamente, poderíamos objetar que existem aforizações que não se inserem em textos. Podemos pensar nos enunciados produzidos [...] não importa por qual adivinho ou guru que, interrogado, não responde através de uma argumentação ou uma narrativa, mas proferindo um enunciado breve, enigmático, absoluto” (2010, p.17), e quem sabe o autor não tivesse mesmo em mente alguma coletiva de imprensa pós-jogo em que jornalistas sabichões confrontam algum técnico arrogante? Mas o próprio Maingueneau volta à carga em sentido contrário (e definitivo):

[Na verdade], mesmo esse gênero de enunciados pertence a um texto, porque eles se inscrevem dentro de um ritual de fala de interrogação, de consulta à autoridade. Somos, pois, obrigados a admitir que há uma assimetria essencial entre dois regimes de enunciação, aforizante e textualizante: a enunciação aforizante não entra na lógica do texto e do gênero do discurso, mas ela é inevitavelmente proferida em um texto. O que se deve, então, levar em consideração é apenas a *pretensão* vinculada à aforização, a de ser uma fala absoluta, sem contexto, mas convocada em um texto que, por natureza, não é absoluto. O essencial é, então, a relação mais ou menos tensa que se estabelece entre a aforização e o todo textual que a acolhe. (2010, pp.17-18, grifo original)

Nessa tensão entre a *tradução do acontecimento na história* que o texto pode oferecer e a *memória mitológica* que, ao contrário, a enunciação aforizante – provérbio ou máxima futebolística, prenhes de lugar-comum – tenta impor à interpretação do jogo, o que nos interessa, em suma, é verificar como se constroem os estilos a partir de narrativas sobre partidas, por sua vez calcadas na fala de especialistas e profissionais, principalmente, e de torcedores, em menor grau.

Ocorre que os idiomas de Werron – e os exemplos com que o autor os ilustra, universalmente reconhecíveis no dia a dia da fala/escrita sobre o jogo – sugerem que a memória das partidas de futebol se dá, em grande medida, pela aforização. O que pretendemos, aqui, é analisar essas “*petites phrases*” em sua “relação mais ou menos tensa”, no dizer de Maingueneau, com *textos* (correspondentes a situações de comunicação), e no quadro de um *gênero discursivo* (decorrente de uma configuração de sociedade), sem que isso resulte numa análise puramente linguística. O próprio Maingueneau constata e aconselha:

As tipologias enunciativas estão muito distantes da inscrição social dos enunciados. Por sua vez, as tipologias comunicacionais ou situacionais não levam em consideração os funcionamentos linguísticos dos textos. Para a análise do discurso, o ideal seria poder apoiar-se também sobre tipologias propriamente *discursivas*, ou seja, tipologias que não separassem, por um lado, as caracterizações ligadas às funções, aos tipos e aos gêneros de discurso e, por outro, as caracterizações enunciativas. (2004, p.63, grifo original)

Para isso, duas últimas questões metodológicas devem ser respondidas: o que constitui um *texto* relevante para nossa análise? E, quanto aos *enunciados*, como analisá-los de forma *integrada* a esses textos, evitando a armadilha da “guerra de citações” que já é, ademais, o procedimento típico das mídias diante de qualquer debate (embora não neguemos, aqui, a filiação dos textos analisados ao domínio do “polêmico”, como veremos)?

Quanto à primeira questão, sugere Werron:

Para entender como a memória do futebol é produzida na prática, é útil focar em três operações básicas, quais sejam: (1) a cobertura pré-confrontos (ou pré-jogo), em que a ênfase é na antecipação de jogos a serem realizados, (2) a cobertura de confrontos presentes (ou ao vivo), em que o foco é nos acontecimentos em curso, e (3) a cobertura pós-confrontos (ou pós-jogo/relatos das partidas), em que a ênfase é na avaliação de acontecimentos passados. (2013, p.7)

Recorramos ainda uma vez a Werron – “os modernos esportes de competição são um fenômeno de mídia, e em particular um produto das tecnologias de comunicação

(do telégrafo em diante)” – para lembrar e justificar nosso *corpus*: nessa evolução da comunicação, a única mídia com que se pode contar de ponta a ponta na história da construção dos estilos, via memória do jogo, é a imprensa escrita. E, de fato, aqui não usamos como fonte as mídias audiovisuais – para nós, portanto, o acontecimento está sempre já no passado, mesmo na cobertura de “confrontos presentes” (por óbvio, não trataremos de relatos ao vivo); ao mesmo tempo, as coberturas pré- e pós-jogo acolhem, tipicamente, narrativas retrospectivas e previsões. Conforme prescreve a própria categorização de idiomas de Werron, contempla-se essa outra tensão em que temos insistido: a que se estabelece entre as avaliações de curto e longo termo.

É precisamente a partir de um comentário de Werron sobre essa dinâmica que encaminharemos, por fim, a questão da análise dos enunciados de forma integrada aos textos. Werron fala na possibilidade de um discurso “fatalista ou irônico”, o qual reflete a tensão entre a contingência própria do acontecimento e o idioma da performance quando avalia o longo prazo, e cita por fim, como ilustração, uma declaração pós-jogo de Lucas Podolski, atacante da seleção da Alemanha: “Futebol é assim: às vezes o melhor time vence”.

A frase tem características enunciativas óbvias de provérbio – é curta e de estrutura binária, com partes mais ou menos simétricas e em tensão semântica; além disso, recorre à fórmula típica com que se introduz os “ditos verdadeiros” (“Futebol é *assim*”) para, em seguida, acionar a vaga memória de uma sabedoria popular, ela própria *imemorial*, paradoxalmente: o melhor, por justiça, deve vencer; só que a apropriação da forma proverbial ocorre, neste caso, por “subversão” (Maingueneau, 2010), numa ironia da qual não muitos profissionais são capazes ao interpretar a linguagem do jogo (no mais das vezes, como se sabe, recorrem ao puro lugar-comum). Ainda assim, um enunciado destacado como esse tende à aforização e se assemelha ao

provérbio porque o lemos fora do contexto de resposta, narração, argumentação etc. que somente o *texto* em que estava inserido poderia fornecer.

Ao mesmo tempo, o *gênero de discurso* a que nos dedicaremos tem o destaque desses enunciados como uma de suas características fundamentais, ou seja, submete os textos a um regime de enunciação aforizante, operando com paratextos (títulos, subtítulos, legendas), por exemplo. Não se trata, lembremos, de aspecto puramente formal: esses procedimentos são indissociáveis do tipo de comunidade que formamos – um grupamento enorme de indivíduos que, muitas vezes com pouquíssimo em comum, “resolve” suas diferenças no vernáculo dos jornais, *território simbólico*, e na forma sintética a que o modo de vida urbano reduziu, desde a consolidação das nações (antes ainda do século XIX), o debate dessas diferenças. (O mesmo vale, essencialmente, para as mídias audiovisuais e, mais recentemente, os sites noticiosos da internet.)

Onde, então, encontrar as especificidades de cada enunciação – repita-se: resposta, narração, argumentação etc. – que podem, de fato, proporcionar essa tão almejada *tradução do acontecimento na história*, essa decifração do “discurso segundo” que é, enfim, a descoberta dos estilos em que se imaginam as comunidades futebolísticas a partir do “discurso primeiro” praticado pelos times/seleções com que se identificam? Onde, afinal?

No que Maingueneau chama de “registro” polêmico. Tal “registro” (assim chamado porque não é próprio de um só gênero de discurso, podendo emergir num sem-número deles) “implica, com efeito, que seja ameaçada a fronteira pela qual se define uma identidade discursiva. Para que haja polêmica, é necessário que sujeitos que ocupam certo lugar percebam tais e tais enunciados como intoleráveis do ponto de vista

desse lugar, a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados” (Maingueneau, 2010, pp.195-6).

No caso do futebol, é até mesmo possível, acreditamos, falar num tipo específico de polêmica: a controvérsia – mais comum nos debates de natureza teológica e filosófica, exemplifica Maingueneau, não por acaso voltando aos *discursos constituintes*. O mesmo autor esclarece: “Nesse caso, cria-se uma memória polêmica interna e um público mais ou menos fiel, que assiste a uma espécie de ‘folhetim’ polêmico. As modalidades dessa ‘folhetinização’ estão, claro, estreitamente ligadas às condições em que os textos são publicados e circulam [*aspecto que já discutimos*]” (Maingueneau, 2010, p.195).

Dizíamos antes que, para Maingueneau, a linguagem do futebol é “sombra” de um discurso constituinte. Não nos parece um acaso que o autor inclua também o *discurso político* entre os exemplos ambíguos de paratopia: “Como no caso dos discursos constituintes, trata-se de um discurso elaborado em comunidades restritas, mas que pretende ter um alcance global, isto é, pretende dizer respeito ao conjunto da coletividade. A política, tanto quanto a literatura, a ciência, a filosofia ou a religião, pretende se dirigir a toda e qualquer pessoa, mesmo que, de fato, mobilize conjuntos restritos de indivíduos” (2010, p.162). Aqui vem à mente, ainda uma vez, a comunidade imaginada da nação – legitimada, afinal de contas, a um só tempo pelo discurso político e pela tradução do futebol como linguagem, conforme temos argumentado.

“Contudo, a integração do discurso político no conjunto dos discursos constituintes esbarra em uma dificuldade: o discurso político não pode se autolegitimar”, prossegue o mesmo autor (2010, p.162), e tampouco a linguagem do futebol, por si só, alcança legitimação. Daí ser objeto de eterna controvérsia, na qual disputam a primazia “identidades discursivas” – para usar ainda os termos de

Maingueneau – como a dos especialistas, a dos profissionais e a dos torcedores (sem falar em possíveis embates internos a cada categoria).

O futebol, em suma, é linguagem traduzível em narrativa – narrativa “folhetinesca”; narrativa impressa do acontecimento; narrativa de imaginação do estilo.

5. NARRATIVAS IMPRESSAS DE IMAGINAÇÃO DO ESTILO EM COMUNIDADES LOCAIS E NACIONAIS

5.1. Inglaterra versus Argentina: oposição “sintática” na imaginação de comunidades nacionais

O jornal argentino *Crítica* circulou entre 1913 e 1962. Ora, esse é o período, segundo Giulianotti (2002), da consolidação das nações futebolísticas. Conforme a teoria de Anderson (2008), as comunidades imaginadas nacionais se consolidam na leitura simultânea de jornais e romances por um número crescente de concidadãos – o que, na Argentina, era uma realidade da qual os próprios números de *Crítica*, veremos, dão prova. *Crítica* parece indicar que aquela era uma sociedade em pleno processo de letramento. E sobre o que lia a nação em formação? Muito sobre futebol.

Nas palavras de Alabarces sobre o caso argentino: “[...] a invenção do futebol resulta de constituições muito complexas, [...] mas que tendem a concentrar-se em duas interpolações básicas, dois eixos de oposições: frente aos ingleses (inventores, proprietários, administradores), do que resulta um mito de nacionalidade, e frente às classes hegemônicas (praticantes, donas do ócio, estigmatizadoras), do que resulta um mito de origem – humilde, ainda que não proletário” (*in* Guedes, 2002, p.9).

Guedes interpreta, a seguir, o comentário de Alabarces:

No entrecruzamento destes dois eixos, como uma prática e um espaço semântico do qual se apropriam os “nacionais” (versus o “inglês colonizador”) e o “povo” (versus a “elite”) cria-se, como sabemos, um primeiro espaço de distinção que permitirá que as criaturas enfrentem o criador, opondo-lhe uma nova criação. Esta criação nova é o que ficou conhecido como “futebol-arte”, classificação genericamente aceita tanto para o futebol argentino quanto para o brasileiro, cuja definição contrastiva é o “futebol-máquina” ou “futebol-força”, epítetos que se consagraram para o futebol inglês e, secundariamente, todo o futebol europeu. (2002, p.10)

O que procuramos aqui, num primeiro momento de análise, é, como Guedes, “assinalar serem os ‘ingleses’, num e noutro caso [*em relação a argentinos e brasileiros, mas são histórias bastante distintas*], parte dos mitos de origem, como uma espécie de ‘outro’ primordial, dos quais é necessário subtrair o saber para recriá-lo, mito que é revivido periodicamente nas competições internacionais” (2002, p.10).

Buscamos, pois, aquelas narrativas escritas e impressas no calor da hora¹⁷, por assim dizer, de confrontos significativos entre argentinos e ingleses – nos campos de futebol, bem entendido – em termos das variáveis aqui em jogo: nação, língua, cultura, estilo.

Nossos comentários se concentrarão em textos escolhidos do jornal *Crítica*, o mais popular da Argentina no início do século XX e o primeiro, naquele país, a dedicar ao futebol atenção massiva. Depois de ilustrarmos brevemente a rivalidade entre Argentina e Uruguai conforme era tratada, à época, nas páginas de *Crítica*, analisaremos os comentários do jornal sobre as visitas dos clubes britânicos Plymouth Argyle e Chelsea a Buenos Aires, respectivamente em 1924 e 1928, em turnês para jogos contra um então embrionário selecionado nacional argentino.

Algumas questões que procuramos aqui responder são: como se lê e traduz o futebol em situações como as da cobertura de *Crítica*? Como os indivíduos daquela incipiente comunidade imaginada encaram seu pertencimento simultâneo a grupos locais de imigrantes – em termos de etnia, dialeto, língua regional – e à nação, à língua nacional, à “língua impressa”, ainda segundo os conceitos de Anderson? Seria o discurso de *Crítica* marcadamente nacionalista e reforçado pela suposição de uma “língua” futebolística própria a unir o país tanto quanto o espanhol, língua propriamente dita? A embrionária seleção nacional – na verdade um combinado de jogadores dos

¹⁷ Em edições selecionadas da coleção em microfilme de *Crítica* disponível na Biblioteca Nacional de Buenos Aires.

times de Buenos Aires apenas – era considerada representativa do “verdadeiro” estilo argentino? E, do outro lado, os oponentes britânicos – clubes, não uma seleção nacional – foram vistos em algum momento como representantes de uma nação adversária?

Primeiro jornal de massas da Argentina, muito por conta de sua atenção ao futebol, o diário *Crítica* teve ascensão fulminante na década de 1920, ao final da qual, lembra Saítta (1998, p.14), atingia “a mítica cifra de ‘cem mil exemplares por hora’”, conforme alardeava o próprio jornal, tirando até seis edições diárias – a segunda ficou célebre pela cobertura futebolística “em cima da hora”, com resultados e análises. Relata ainda Sylvia Saítta:

[...] já em 1921, *Crítica* informa que o pico de tiragem de 62.000 exemplares “se deve aos rapazes dos esportes. Eles produziram ontem a melhor crônica do dia sobre o Campeonato Sul-Americano de futebol. Dez minutos depois de terminada a partida, saía nossa segunda edição [...], com uma informação completíssima, minuto a minuto, lance por lance, detalhe por detalhe. Quarenta e cinco minutos mais tarde, tempo que se aproveitou para que nossa rotativa despejasse jornais por suas duas bocas à razão de 50.000 exemplares por hora, saía nossa terceira edição, ilustrada, do grande jogo disputado em Barracas. Ou seja: uma hora depois de terminada a primeira etapa do Campeonato Sul-Americano de futebol, o público tinha acesso às imagens dos lances da partida, à vista panorâmica do estádio com seus 40.000 espectadores etc.” (1998, p.96)

O diário se destacou também por ter o primeiro setorista – o repórter, depois editor e colunista, Hugo Marini, dos mais longevos profissionais do jornal – enviado ao exterior para acompanhar campeonatos (o Sul-Americano seguinte, por exemplo, realizado no Rio, em 1922) e, em seguida, um time argentino em turnê – não a seleção, desta vez, mas o Boca Juniors, em viagem à Europa ainda no início da década de 1920.

Saítta aponta para outro detalhe crucial da ligação do jornal com o esporte então em vias de se tornar altamente popular: “Embora o grande interesse de *Crítica* pelo futebol em meados dos anos 20 atendesse à demanda de um público cada vez maior, é preciso destacar que, em 1926, Natalio Botana [fundador e dono do jornal] se torna

presidente da Associação Argentina de Football, o que lhe permite organizar grande quantidade de partidas” (1998, p.97).

Ao longo da década de 1920, o espaço do futebol aumentou gradativamente, saindo de uma página diária, *El football al día*, sem chamadas de capa (a não ser em segunda edição), para esporádicas duas páginas sob o título de *Football y los demás deportes*, agora com primeira página, até se chegar a um protocaderno de esportes, *Crítica Deportes*, consolidado ao final da década e nas décadas seguintes.

Na altura de 1928, quando Argentina e Uruguai se enfrentaram na final das Olimpíadas de Amsterdã (maior acontecimento, pode-se dizer, do início da modernidade do jogo na América do Sul), o diário de Botana propagandeava em informe/anúncio de primeira página: “Atualmente, *Crítica*, e o público bem sabe disso, é o único diário a contar, no grande estádio de Amsterdã, com um especialista em futebol e outros esportes em geral [o supracitado Hugo Marini]. Daí que suas informações, crônicas e comentários são os mais velozes e, diga-se sem jactância, os melhores”, ao que se seguia uma chamada a que o público acompanhasse, no rádio e em alto-falantes instalados na sede do jornal, a transmissão das últimas notícias, enviadas por cabo pelo correspondente¹⁸.

Na análise que a partir de agora faremos de alguns textos de *Crítica*, contemplam-se basicamente dois movimentos: o primeiro, de construção, por parte do jornal, de um discurso nem tanto nacionalista quanto regionalista, em que a afirmação da nação argentina, de sua “língua” futebolística, se faz menos por uma apologia da oposição a um rival histórico como o Uruguai do que pela exaltação dos “povos sul-americanos” contra “os europeus”, ingleses incluídos nessa categoria generalizante; de outro lado, uma defesa – embrionário nacionalismo, agora sim – da seleção argentina

¹⁸ Edição de 31/5/1928, primeira página.

como representação de status superior a qualquer clube, especialmente em relação aos visitantes vindos da Inglaterra, cujas turnês em terras portenhas se deram periodicamente ao longo das três primeiras décadas do século passado.

O ano era 1920 e o jornal de Buenos Aires já marcava posição em relação aos vizinhos brasileiros: por ocasião da visita de um selecionado nosso, o diário portenho publicou um célebre texto em que anunciava em manchete a presença de “Macacos em Buenos Aires”, com direito a ilustração de uma delegação de símios a caráter, em uniformes de futebol os “jogadores”, de fraque e cartola os “dirigentes”. Um incisivo primeiro parágrafo dizia: “Já estão em solo argentino os macaquinhos [*los macaquitos*]. [...] Nós os vimos a passear pelas ruas aos saltinhos”. Prosseguia o texto¹⁹: “Se há uma gente que nos parece altamente cômica é a brasileira. São elementos de cor que se vestem como nós e pretendem se misturar à raça americana, gloriosa por seu passado e grande por suas tradições”.

O caso teria desdobramentos imediatos (curiosamente, uma punição fiscal ao jornal, e recusa de boa parte dos jogadores brasileiros a entrar em campo na partida combinada, disputada com sete contra sete), mas nosso interesse se volta, aqui, para esse discurso de diferenciação do que o texto chama de “raça americana”, leia-se argentinos e uruguaios. Pois, àquela altura, se havia rivalidade futebolística era entre esses dois países – o Brasil pouco enfrentara (e geralmente sem sucesso) tanto um quanto outro, os quais entre si já levavam uma história de confrontos de quase vinte anos.

E, no entanto, na primeira grande aparição do futebol sul-americano fora do continente – Uruguai campeão dos Jogos Olímpicos de Paris, em 1924 – *Crítica*

¹⁹ Edição de 3/10/1920, p.2.

celebrava os vizinhos e rivais com títulos como “A vitória do Uruguai é algo nosso”²⁰ e “Consagrou-se o futebol do Rio da Prata”²¹. Um editorial publicado na ocasião (“Uruguai campeão”²²) avaliava e se comprazia:

Um campeonato universal tem importância indubitável. Dá prestígio ao país que o ganha e ao mesmo tempo é um estímulo que intensifica a prática dos exercícios saudáveis. O triunfo é nosso, também, e de todos os povos sul-americanos, porque dessa forma demonstramos o vigor, a destreza, a habilidade de uma raça jovem que trabalha com entusiasmo em todos os setores da vida. [...]
O povo argentino adere, entusiasta, ao coro de júbilo que emana, neste momento, das multidões uruguaias. [...]

Surge aí, timidamente, a separação entre argentinos e uruguaios, mas claramente o discurso do jornal é o da união dos dois “povos”. Há de ter contribuído para isso, evidentemente, o fato de o *publisher* Natalio Botana ser, ele próprio, originário da outra margem do Rio da Prata. Mas permanece a constatação mais importante para esta análise: *Crítica*, com seus milhares de exemplares distribuídos a cada hora, e único diário a cobrir futebol, representava um discurso dominante na formação da moderna nação argentina – e esse discurso, em plena temporada de delimitação de fronteiras, tanto histórico-culturais quanto futebolísticas, vinha borrá-las aos olhos da “comunidade imaginada” de seus leitores. Talvez caiba destacar: leitores, assim como os uruguaios, do vernáculo espanhol.

Mais significativo é o que se passou quatro anos mais tarde, em Amsterdã, quando Argentina e Uruguai vieram a disputar o título olímpico de 1928. Diante de mais uma vitória uruguiaia, *Crítica* sustentou firme o discurso que privilegiava o regional sobre o nacional:

Nós, como cabe a nosso cavalheirismo desportivo, saudamos com júbilo os vencedores, reconhecendo uma vitória que, fosse obtida por um ou outro lado, haveria de satisfazer

²⁰ Edição de 9/6/1924, p.2.

²¹ Edição de 10/6/1924, p.9.

²² Edição de 9/6/1924, p.2.

sempre o espírito continental que fez prevalecer o futebol desta parte do mundo sobre o europeu e que, por fim, teve de se definir [...] entre as equipes riopratenses. [...] [...] nossa saudação aos campeões olímpicos, já que sua vitória é duplamente grata, uma vez que, para obtê-la, tiveram de lutar com os argentinos até que se impusesse a superioridade do futebol riopratense sobre o futebol amador da Europa e do resto da América.²³

Uma enquete publicada às vésperas da partida decisiva, porém, deixa entrever um interessante contradiscurso – e nas páginas do próprio jornal, o qual, por sua vez, apresenta essas outras vozes sob a justificativa de que “Têm direito a opinar!” (título da coluna²⁴), numa inédita abertura à participação do leitor para uma época tão distante da atual “interatividade” nos meios da comunicação. E o que é mais curioso: a abordagem aos quatro “representantes das classes trabalhadoras” – apesar do que diria, depois do jogo, o diário, e do que vinha dizendo havia anos – será a do nacionalismo mais derramado, até um pouco agressivo. Em consonância, aliás, com a opinião dos próprios leitores quanto ao moderno confronto entre nações no palco distante das Olimpíadas.

O “garçom de café” Claudio Castelar manifesta a opinião de que “não podem conosco os uruguaios” porque “nossos jogadores crioulos [*criollos*] são capazes de desenhar com a pelota”; e veja-se, entretanto, a maneira como o redator de *Crítica* apresenta o personagem: “[...] tem um sotaque que denota seu parentesco de pátria com o outro Castelar”, em referência ao fato de o garçom ser provavelmente espanhol. A separação linguística – e que, aparentemente, coloca os entrevistados sob suspeição pelo próprio jornal, agora agressiva e subitamente nacionalista – é ressaltada ainda mais no caso do gari Andrés Pietropaolo, de quem o diário relata ter ouvido as opiniões “numa língua intermédia, da qual traduzimos”. O que diz o entrevistado está resumido no título que dão a seu depoimento: “*Noialtri lo criollo*”; Pietropaolo era o segundo a exaltar, à sua maneira, o “crioulismo” que seria expressão original do futebol local – e, mais

²³ “Ganharam o título”, edição de 13/6/1928, p.1. O adjetivo “amador”, aqui, não nos parece pejorativo, pois a profissionalização do futebol, no mundo todo, ainda não era uma realidade consolidada.

²⁴ Edição de 12/6/1928, p.4.

importante, vê a si próprio como “crioulo”, em seu peculiar modo de autorreferência a um “nós” (*noialtri*), os argentinos.

Mas e quanto aos confrontos contra europeus, particularmente ingleses?

Primeiramente, é significativo que, nesse período de formação do mundo moderno de nações sobre o qual nos debruçamos, tenhamos de nos contentar, para uma análise da relação Argentina-Inglaterra, com alguns jogos entre selecionados argentinos um pouco improvisados (por vezes combinados dos times de Buenos Aires apenas) e clubes ingleses em visita ao país, pois a primeira partida entre as seleções, propriamente ditas, argentina e inglesa, só se daria em 1951. Embora as turnês desses times britânicos (a maioria ingleses mesmo, mas um, ao menos, escocês, o Third Lanark) já viessem acontecendo desde 1904, quando da visita pioneira do Southampton, nosso breve comentário se concentra nos textos de *Crítica* relativos às passagens de Plymouth Argyle e Chelsea, respectivamente em 1924 e 1928, por terras portenhas.

O que se constata, nas amostras que pudemos colher, é ainda uma indefinição pronunciada quanto ao pertencimento nacional na Argentina – embora, indubitavelmente, na crônica esportiva, fossem argentinos contra ingleses (ou, mais genericamente, britânicos). Ao mesmo tempo, o “crioulismo” do estilo local deixa de ser tão exaltado – um colunista chega a afirmar que, porque ele ainda persiste no jogador portenho, este “peca por irregularidade”²⁵. Há, por fim, uma insurgência de *Crítica* contra a suposta exposição desnecessária da equipe nacional em formação a confrontos contra “meros” clubes: finalmente um nacionalismo encarnado na seleção do país, status que é reivindicado, uma vez mais, no discurso dominante de um jornal de massa.

²⁵ “A los Inglesitos del Chelsea, por José Gabriel”, edição de 24/5/1929, p.17.

Na vida cotidiana (inclusive em campo), porém, a indefinição ainda imperava, conforme relatou a legenda de uma fotografia publicada após o primeiro jogo entre o selecionado argentino e o Plymouth Argyle, time do sul da Inglaterra, em 1924: “O juiz [referee] apresenta os dois capitães, que se saúdam em seus respectivos idiomas: *‘I have much pleasure to salute you’* – *‘Me sun tanto piaceroso, míster’*”²⁶. O capitão inglês, Russell, faz a saudação, como é óbvio, em inglês; o capitão argentino, e goleiro da equipe, Tesorieri, em dialeto genovês – informa, noutro momento, a própria cobertura da turnê.

Num país que concentrava sua população na própria área de circulação dos até 800.000 exemplares diários de *Crítica*, a capital Buenos Aires (com três milhões de habitantes em 1930, um terço de imigrantes europeus, informa Archetti [1999, p.2]), uma vez mais, como no episódio em que deu voz a seus leitores, era como se o jornal, sem dúvida amálgama da nação via vernáculo espanhol impresso, constataste a prevalência de certas culturas nativas – expressas em dialetos, por exemplo – e a necessidade de colocá-las sob o guarda-chuva comum da língua e, quem sabe, de uma “língua” futebolística também, pois jogadores de origem italiana (genovesa, se quisermos falar de “pátrias” mais específicas) e torcedores de extração espanhola (mas de onde, exatamente, na Espanha?), esses personagens que vimos retratados em *Crítica*, se davam as mãos em torno de um nascente time nacional e de seu possível estilo único.

Mas a diferenciação dos estilos de jogo ainda se fazia, por parte de *Crítica*, comparando-se o jeito “sul-americano” ou “riopratense” ao inglês, e principalmente como afirmação contra aqueles que, afinal, haviam “ensinado” os próprios argentinos a jogar. É o que transparece nas “Breves considerações sobre o jogo [match]”, ainda a respeito da estreia portenha na série contra o Plymouth Argyle: “O futebol riopratense

²⁶ Edição de 22/6/1924, p.5.

chegou a tal perfeição que é impossível esperar novos ensinamentos”²⁷; ou nas manchetes narrando a passagem do Chelsea, em 1928: “O Chelsea forma uma equipe que desenvolve um jogo sul-americano”²⁸.

Como dissemos, é somente ao final da década, cansado das acidentadas visitas desses clubes, que *Crítica* assumirá a defesa do que, em submanchete de 1929, chama de “o valor do futebol argentino”. Queixa-se o texto, intitulado “Como tratam na Europa os times argentinos e como tratamos aqui”²⁹, de que

[...] é ridículo e incompreensível o que acontece conosco. Aparece uma equipe estrangeira de qualquer lugar, o campeão do Brasil, tal time espanhol ou algum italiano? Muito bem: prepara-se uma seleção nacional ou, melhor dizendo, improvisa-se uma. Por que temos que expor o que de melhor possuímos, uma representação oficial de nosso futebol, ao que não é mais do que um time de futebol de outros países? Por que temos que admitir tamanha categoria a quem não a tem de verdade?

A indignação da imprensa argentina resultava de situações como a do segundo jogo do selecionado de Buenos Aires contra o Chelsea, ainda em 1928, no campo do Boca Juniors: diante de 45.000 pessoas, a partida terminou em pancadaria generalizada depois que Luisito Monti, craque argentino remanescente do time finalista das Olimpíadas de 1928, nocauteou Rodger, do lado inglês, por uma suposta falta violenta que havia revoltado os bonaerenses. O juiz precisou encerrar a partida – em 3 a 2 para os argentinos – e os rapazes do Chelsea temeram não sair com vida do vestiário em que se trancaram após a confusão.

A tradução do que acontecia em campo podia ser bem diferente se publicada em outra língua e para outra comunidade imaginada: as dezenas de milhares de britânicos então vivendo em Buenos Aires – alguns anos antes, em 1914, eles somavam 40.000, àquela altura a maior população de súditos do Império vivendo fora das ilhas britânicas

²⁷ Edição de 23/6/1924, p.13.

²⁸ Edição de 24/5/1929, capa de *Crítica Deportes*.

²⁹ Edição de 1/6/1929, p.10.

ou de uma de suas colônias, informa Downing (2003). Liam jornais em inglês como o *Herald* e o *Standard*. No episódio da pancadaria no estádio do Boca, o primeiro condenou os dois lados, descrevendo o Chelsea, um pouco surpreendentemente, como “uma gangue de rapazes bastante truculentos, que compensam sua falta de habilidade com entradas sobre os adversários”. Já o segundo advogou que visitas dos times britânicos não eram mais aconselháveis, pois as duas culturas futebolísticas haviam se distanciado muito uma da outra. (Downing, 2003, pp.29-30)

Para Downing (2003, p.30), “[...] o futebol argentino vinha se distanciando do modelo britânico desde o momento em que criou raízes na Argentina” – de novo por uma questão de interpretação: “Não que o senso de jogo limpo [...] tivesse sido descartado, só que era interpretado de forma diferente – ambas as tradições acreditavam que era preciso jogar limpo, mas havia profunda diferença no que cada uma considerava ‘limpo’”. Prossegue o historiador britânico:

Os argentinos não eram jogadores naturalmente inclinados ao jogo sujo. Na verdade, não havia motivos para acreditar que atos de violência em campo – isto é, faltas cometidas com a bola em jogo – aconteciam com maior frequência do que na Inglaterra, e possivelmente eram até menos frequentes. O que os argentinos mostravam era uma irritante tendência a perder o autocontrole quando as decisões [da arbitragem] eram contra eles.

A explicação tradicional para isso – para a qual tendiam jornais como o *Herald* e o *Standard* – era que os argentinos se deixavam levar por seu temperamento latino. Era um tipo de estereótipo racista [...]. Os anglo-argentinos – para não falar de seus primos ingleses puro-sangue – sem dúvida sentiam que paixão e impulsividade eram fraquezas que raças subalternas deveriam se esforçar para superar. (Downing, 2003, pp.34-5)

O que soa curioso quando, de um lado, *Crítica* reputava o jogo do Chelsea como “sul-americano”, ao passo que um dos dois jornais lidos pela comunidade anglo-argentina em Buenos Aires condenava o time inglês como “gangue de rapazes truculentos”, sem habilidade e adeptos do jogo bruto.

Os papéis também se invertem (ou se embaralham) quando, em novembro de 1934, é a seleção da Inglaterra – naquela ocasião formada basicamente por jogadores do

então poderoso Arsenal de Londres, sobre o qual nos debruçaremos como estudo de caso no próximo tópico deste capítulo – que recebe a da Itália, em partida que ficou conhecida como “Batalha de Highbury”, disputada no estádio do próprio Arsenal. O *Observer* de Londres, reportando que todos os jogadores ingleses terminaram a partida contundidos (ainda que em campo), dedicava a coluna “The World, Week by Week” ao seguinte editorial:

Fica perfeitamente claro que não servem a nenhum propósito esses confrontos internacionais, se as concepções do “esporte” que animam os respectivos contendores formam dois mundos à parte, como na partida da semana passada entre Inglaterra e Itália. O futebol, neste país, há muito passou da fase em que, se não se pode chutar a bola, chuta-se o adversário. A mesma evolução chegará à Itália [...]. Enquanto isso, o melhor é deixar que nossos mais recentes visitantes descubram por si mesmos que um jogo que não ajuda a desenvolver o autocontrole não é um jogo que valha a pena se jogar. (Football Classics/Guardian Shorts, 2012, s/p)

Repare-se no veredicto – “os respectivos contendores formam dois mundos à parte” – em tudo semelhante ao anteriormente proferido pelo jornal britânico baseado em Buenos Aires, que decretava haver uma distância inconciliável entre, supostamente, duas “culturas futebolísticas”.

Como nota curiosa – aqui, porém, mais do que simples curiosidade – há um nome a unir os dois jogos: Luisito Monti, pivô da confusão que encerrou as turnês britânicas em terras portenhas, havia se naturalizado italiano (sendo campeão mundial em 1934 pelo novo país) e disputou a “Batalha de Highbury”. Só que por dois minutos apenas – foi ele, Monti, a única vítima irrecuperável da “guerra”, retirado de campo com o pé quebrado para assistir à vitória apertada dos ingleses por 3 a 2 contra uma Itália com dez em campo quase o jogo todo.

A variedade de interpretações/traduições com que acabamos de nos deparar nesses episódios, especialmente quanto a qual seleção seria, afinal, adepta do estilo “bruto”, físico (do que, aliás, costumava-se acusar mais amiúde os ingleses, aqui os

acusadores), atinge o paroxismo na figura de um indivíduo: algoz numa ocasião, vítima em outra; antes argentino, depois italiano... O que faz pensar, com Ranc (2012, pp.35-6), que “o estilo acaba por incorporar características sociais, notadamente de classe, gênero ou raça, que podem se combinar para formar uma identidade social complexa”.

**

Richard Giulianotti, recorrendo às categorias de Mills para o que define como “o processo de construção de um ‘significado’ ou de uma ‘identidade’” no futebol, elege dois princípios de investigação: “*semântica* (estabelecer o que alguma coisa é em si mesma) e *sintaxe* (estabelecer o que ela não é)” (p.25, grifos originais).

A sintaxe diz respeito a “como o jogo é enraizado em oposições binárias e rivalidades na maior parte das sociedades” (p.25). Giulianotti explica:

O drama diádico do futebol acontece em muitos níveis: jogadores, times, clubes e países. Cada jogador está comprometido a uma batalha pessoal com seu “número oposto” [...].

Da mesma maneira, os clubes de futebol estabelecem identidades culturais por meio da rivalidade e da oposição. [...]

Os significados dessas rivalidades do futebol tenderam a ser corroborados por divisões históricas e culturais mais profundas. Classicamente, a oposição é reforçada por chauvinismos locais que são mapeados em termos espaciais. (2002, p.26)

Esse último ponto é, em seguida, esclarecido pelo autor: “Em cidades de apenas um clube, rivalidades espaciais intensas podem emergir como disputas para representar regiões provinciais. [...] Em nações menores, essas rivalidades podem aumentar como disputas para representar a nação” (p.27). “Finalmente, as dimensões altamente competitivas do futebol manifestam-se por meio de antagonismos nacionalistas e rivalidades internacionais.” (p.29)

Ainda não se fala, aqui, no *texto* – no *acontecimento* e suas implicações; a significação é dada pela distância entre uma posição e outra na *estrutura*, no *sistema*. É sintomático que a ideia de nação também se valha de tal princípio: “Geopoliticamente falando, um território nacional é um conceito negativo: é a classe de todos os pontos não incluídos nos territórios confinantes”, resume Eco (2007, p.422).

Já a semântica, nesse plano histórico geral do jogo, proporciona a compreensão de “como ele [o futebol] ajuda a integrar as pessoas e a reproduzir a ordem social” (Giulianotti, 2002, p.25).

Investigamos, nesse primeiro estudo de caso, a formação de uma comunidade imaginada em particular, a argentina, *por oposição* à cultura nacional (geral e futebolística) inglesa. Como inventores e difusores do jogo, os ingleses assumiram essa posição de referência que se prestaria a enfatizar diferenças pelas quais imaginar outros estilos e comunidades nacionais em narrativas impressas que nelas passavam a circular num vernáculo unificado recentemente (ou em processo unificação).

Ao mesmo tempo, a Inglaterra foi vista, aqui, “de fora” (por argentinos, mas também britânicos em Buenos Aires). A última parte da análise, ao tratar da “Batalha de Highbury”, dá o tom para nosso segundo estudo de caso: a Inglaterra vista “de dentro”, nesse jogo permanente de imaginação do estilo e da comunidade nacional (mas agora também local e regional) em narrativas impressas que, na terra dos inventores do futebol, circulavam já sob um vernáculo plenamente estabelecido.

Como se processa aí, e mais recentemente, décadas transcorridas da rivalidade entre seleções propriamente ditas, e entre nações mais do que entre continentes, a tradução possível justamente do futebol *de clubes*, agora na língua nacional inglesa? Como transcender a simples oposição sintática – Argentina x Uruguai x Inglaterra x

Itália – e dar a necessária profundidade semântica à análise dos textos que traduzem a linguagem do jogo quando os pertencimentos nacionais se complexificam?

5.2. O Arsenal de Londres: variação “semântica” na imaginação de comunidades locais

O caso do Arsenal de Londres é exemplar por duas razões: 1) quando o futebol moderno começava a se tornar uma das principais linguagens pelas quais expressar identidade, e particularmente *pertencimento local* (mais tarde nacional, conforme já vimos), o clube se mudou da margem sul para a margem norte do rio Tâmesa, em Londres, indicando que a comunidade em torno de um time de futebol podia ser, sobretudo, *imaginada*, transcendendo fronteiras físicas; e 2) a ascensão dessa comunidade na imaginação da própria nação foi um fenômeno marcadamente *midiático*, como durante muito tempo não se veria igual entre clubes ingleses, proporcionando ao Arsenal uma *narrativa* forte – com ênfase no *estilo* – que coincidiu com a própria massificação do esporte do país.

Ainda baseado na margem inferior do Tâmesa, o Woolwich Arsenal foi o primeiro clube do sul da Inglaterra a ser admitido na Liga Inglesa, em 1893, dois anos depois de ter sido também o pioneiro sulista a se profissionalizar. Mas quase desapareceu no início do século XX, o que levou Henry Norris, empreendedor e figura importante na localidade de Fulham, a tentar incorporar ao clube que levava o nome de sua jurisdição política o então deficitário – e cada vez menor em torcida – Woolwich Arsenal, da vizinhança de Plumstead. A FA (Football Association) não permitiu.

Norris percebeu, porém, uma dinâmica de consolidação do futebol muito bem sintetizada por Russell (2013, p.20): “A existência de uma rede ferroviária nacional, níveis crescentes de alfabetização, uma imprensa que se expandia e um serviço postal

barato foram [...] fatores cruciais por detrás da rápida popularização do futebol”. Por que não procurar outra vizinhança, em Londres, onde o Woolwich Arsenal pudesse se instalar e florescer? “Uma [vizinhança]”, acrescenta Glanville (2009, p.2), “que levasse o clube dos arredores barra-pesada de Plumstead, com seus torcedores agressivos, para cercanias mais agradáveis no norte de Londres. Cujos moradores não ficaram nem um pouco contentes com o advento de um clube de futebol no seu pedaço. Houve reuniões em protesto, mas Norris usou os tentáculos de sua abrangente influência para garantir que nada fosse mencionado na imprensa local”.

De fato, às vésperas do primeiro jogo do time no novo estádio Highbury, em Islington, que seria sua casa pelo próximo quase um século, o Arsenal recebeu as boas-vindas da *Islington Gazette*³⁰, tradicional jornal do bairro desde meados do século XIX (e ainda em circulação): “Em pouco tempo”, previa um colunista sob o pseudônimo de Norseman, antecipando a conclusão iminente do estádio, “o Woolwich Arsenal terá um dos melhores, e certamente um dos mais modernos, campos de futebol do Reino”³¹. Alguns dias mais tarde, o jornal alardeava num anúncio em duas colunas, de alto a baixo de uma página: “Tudo sobre o Arsenal. *Daily Gazette* trará a melhor e mais completa cobertura do Arsenal F.C.”³² – indicando que o time já se tornava conhecido pelo nome atual, sem o Woolwich original à frente. Era o começo da expansão intuída por Norris. Conforme lembra Russell (1997, p.67):

³⁰ Como pretendemos dialogar, aqui, com a teoria das comunidades imaginadas de Benedict Anderson, e mesmo entendendo que o conceito teria aplicação numa comunidade (e para um jornal) local, mais adiante concentraremos a análise num veículo de circulação nacional, o *Times* de Londres, fazendo uso apenas eventual da imprensa de circulação mais restrita – da localidade onde fica o clube, como neste caso, ou mesmo de publicações e opiniões dos próprios torcedores. Acreditamos que a imaginação do estilo, nesses veículos, apresenta de forma menos nuançada a relação entre os pertencimentos local e nacional do que encontramos na imprensa de grande circulação, capaz de alargar as fronteiras da comunidade imaginada do Arsenal para muito além do norte de Londres e “falar à nação”, por assim dizer.

³¹ Edição de 25/8/1913, p.2.

³² Edição de 2/9/1913, p.2.

Obviamente que a lealdade individual a um clube em particular não era predeterminada por acidente de nascimento. A partir dos anos 60, apoiar um time local se tornou muito menos importante em termos de afinidades torcedoras, mas é possível que desde muito antes torcedores optassem por ignorar laços de localidade.

[...] O Arsenal se mudou de Plumstead para Islington, em 1913, não apenas como forma de colocar o clube em contato com uma base de torcedores bem maior, proporcionada pela presença de comunidades da classe trabalhadora no norte de Londres, mas também pela proximidade, ali, de estações das principais linhas [ferroviárias] como Kings Cross e Euston [...].

E o time, além disso, passou a colecionar vitórias – excelente combustível para a narrativa de um estilo – a ponto de capitanear, praticamente sozinho, uma “ascensão do sul”, já que até ali os campeonatos eram dominados pelos clubes do centro e do norte do país; para Russell (1997), por muitas décadas (pelo menos até que o vizinho e arquirrival Tottenham ganhasse seu primeiro título nacional, em 1951), foi mais precisamente uma “ascensão de Islington”.

Em 1925, Norris trouxe para o Arsenal o técnico Herbert Chapman. No mesmo ano, a lei do impedimento foi alterada: não era mais necessário haver três defensores adversários entre o atacante mais avançado e o gol, mas apenas dois. Chapman, então, contou com a colaboração de Charlie Buchan, sua primeira contratação no novo clube, para promover uma mudança tática: partindo do clássico esquema 2-3-5, recuou um dos três homens de meio-campo, o que ficava centralizado (Buchan), para a linha de defesa, que então passava a contar com três jogadores, em vez de só dois. Era o chamado WM, desenho tático bastante influente nos gramados ingleses nas quatro décadas seguintes. “Como sempre, provavelmente não houve um único ‘inventor’ dessas inovações, mas o novo padrão de jogo ficou mais fortemente associado ao Arsenal, que o aperfeiçoou no início dos anos 30”, acrescenta Russell (1997, p.85).

O mesmo autor credita à mudança na lei do impedimento e às táticas usadas para aproveitá-la um incremento na velocidade do jogo, uma vez que o passe longo teria se tornado uma estratégia preferível à anterior, mais lenta e metódica, na aproximação ao

gol. A ideia era que, sob as novas regras, a bola rápida e longa em direção à defesa adversária daria clara vantagem aos atacantes, o que resultou, por sua vez, num reforço da “autoridade” dos defensores sobre o restante do time. Em outras palavras, em jogo defensivo.

Nos anos 30, mesmo com a morte prematura de Chapman (em 1934), o Arsenal bateu todos os recordes de sucesso – no campo e nas arquibancadas. Levou o campeonato nacional cinco vezes entre 1931 e 1938 e a Copa da Inglaterra nas edições de 1930 e 1936; ao mesmo tempo, teve a maior média de público por nove temporadas seguidas, de 1929-30 a 1937-38. “Mais do que tudo, o afiado tino publicitário de Herbert Chapman e de seu sucessor, George Allison, deu ao Arsenal uma visibilidade de público que era algo verdadeiramente novo. Nenhum clube jamais havia dominado o futebol inglês àquele ponto, dentro e fora de campo.” (Russell, 1997, p.80)

Allison pode ser visto como um símbolo da ascensão do Arsenal: herdeiro do legado tático de Chapman, e ainda que um temperamento pouco afeito à intimidade com os jogadores (característica marcante do antecessor), o ex-diretor do clube assumiu o posto de treinador e conduziu o time em seus anos vitoriosos. Mas foi o talento para promover o Arsenal, dando-lhe projeção nacional e ampliando a base de sua torcida para muito além do norte de Londres, que definitivamente marcou a passagem de George Allison pelo clube. “Com consumada facilidade”, observa Glanville (2009, p.53), “estampava o nome do Arsenal nas primeiras páginas da imprensa inglesa.”

Isso graças à proeminência de Allison como jornalista e pioneiro comentarista de futebol na Inglaterra, titular do microfone da BBC nas primeiras transmissões de partidas no rádio – um posto que, por absurdo que possa soar, acumulava com o de diretor do clube, ainda no final da década de 20. Não é de espantar, portanto, que a primeira transmissão radiofônica de uma partida entre times ingleses profissionais, em

22 de janeiro de 1927, tenha acontecido no norte de Londres, num jogo entre Arsenal e Sheffield United.

Não parou por aí. Na segunda metade da década de 30, começaram as primeiras tentativas de transmissão de uma cobertura televisiva: em setembro de 1937, informa Russell (1997, p.107), “alguns milhares de potenciais espectadores no raio de alcance da antena instalada no Alexandra Palace [no norte de Londres] assistiram a imagens de um jogo (seria quase inevitável) do Arsenal, titulares contra reservas” – era comum, então, que esses “coletivos” fossem abertos ao público como outra partida qualquer do calendário. No ano seguinte, a final da Copa da Inglaterra era transmitida na íntegra na tevê – desta vez, porém, sem a presença do Arsenal (mas com Allison, já treinador do time, novamente ao microfone!).

Conforme comenta Russell (1997, p.107): “No geral, a adoção pela BBC do futebol, e em particular da final da Copa da Inglaterra, foi extremamente importante. Uma das funções culturais mais relevantes da emissora era proporcionar, pela transmissão de uma série de rituais da nação, um senso tangível e agregador de nacionalidade”.

O Arsenal se tornou, portanto, um clube conhecido para além de suas fronteiras territoriais, encarnando com excepcional pioneirismo a ideia de uma comunidade *imaginada* (sem delimitação concreta) ao mesmo tempo local e nacional – porque em simbiose com as principais mídias de longo alcance. O que não significa que a imprensa local – tanto a do norte de Londres quanto a de outras localidades, particularmente mais ao norte do país – fosse menos acessada, nessa época, como ponto de encontro da formação de identidades.

“Os leitores”, comenta Hobbs (2010, p.244), “contavam com a imprensa local como infraestrutura de apoio ao esporte local, profissional e amador, particularmente o

futebol. Usavam esses jornais para debater a identidade local.” O autor, cuja tese de doutorado se concentra no período vitoriano, de plena expansão do futebol moderno, sugere que os jornais locais e regionais da época formavam em torno de si o que Stanley Fish chamou de “comunidades interpretativas”, “grupos de leitores e autores que podem ser membros de múltiplas e sobrepostas comunidades de interpretação, mas que partilham das mesmas ‘estratégias interpretativas’ dos demais membros em cada uma dessas comunidades”, na síntese de Hobbs, que acrescenta: “Uma pessoa pode partilhar da interpretação de um texto, e ser parte de uma cultura moldada por aquela interpretação, sem ter lido ou ouvido o texto em questão” (2010, p.15).

Novamente a ideia de uma extensão imaginada, impalpável, dessas comunidades, num cenário em que a própria circulação física dos jornais também mudava rapidamente. “[Nas] primeiras décadas do século XX”, observa ainda Hobbs (2010, p.256), “quando a guerra 1914-18 levou ao fechamento de muitos jornais, monopólios locais foram criados e a imprensa de Londres começou a se tornar uma imprensa verdadeiramente nacional.”

Também a partir de 1918, segundo Russell, uma antipatia geral por esse domínio sulista e, mais precisamente, metropolitano – da imprensa, e do futebol via imprensa – se tornou ainda mais forte.

A mais frequente manifestação disso [...] surgiu na forma da muitas vezes intensa antipatia de muitos torcedores do norte pelo Arsenal. Esse era um sentimento bem conhecido e, com frequência, admitido com cândido bom humor pelos jornalistas. Quando sete jogadores do Arsenal foram escalados na seleção da Inglaterra, em 1934, o *Daily Mail* observou, divertido, que seria “bonito de ver, nessa partida, os ingleses do norte ocultando seus sentimentos patriotas para gritar ‘vai, Arsenal’”.³³ (Russell, 1997, p.117)

Russell argumenta que, em certa medida, essa impopularidade se devia simplesmente a um ressentimento pelo imenso sucesso do clube naquele período. Além

³³ A partida da seleção inglesa aqui aludida é a célebre, já nossa conhecida, “Batalha de Highbury”.

disso, completa o autor, o Arsenal tinha a reputação de sempre conseguir arrancar vitórias em situações adversas, o que lhe rendeu o apelido de “sortudo”, substituído mais tarde, a partir dos anos 1970, pela pecha de que o time jogava um futebol “tedioso”.

Ao mesmo tempo, a dimensão internacional do jogo, não gozava na Inglaterra do grau de importância que tinha em outros países, como Alemanha, Itália, União Soviética e em algumas nações sul-americanas. Ou, conforme a observação de Richard Holt, “o futebol inglês era por demais autocentrado para se entregar abertamente à causa nacional” (*in* Russell, 1997, p.122) – “mas”, completa Russell, “havia indícios de mudança no final dos anos 30”. Porém, diz o autor, “[as] primeiras manifestações de politicização do esporte e de crescimento de um nacionalismo esportivo na Inglaterra foram modestas, se comparadas com o que viria no período pós-guerra” (p.123).

Na grande imprensa, por exemplo, o *Times* não se preocupou em dar notícia das três primeiras Copas do Mundo, exceto pela reprodução de um despacho da agência Reuters – um “relato minimalista de cinco linhas”, na expressão de Steen (2013) – sobre a final da terceira delas, em 1938, na França.

No entanto, a sede do público por notícias e reportagens sobre futebol aumentava a tal ponto que o jornal expandiu sua cobertura nos anos 1960, na cola dos líderes *Daily Express* e *Daily Mirror*. [...] conforme também observou Chisari, “o foco no futebol, embora necessário... era, em muitos sentidos, estranho ao *ethos* do *Times*”. Nas décadas seguintes, as páginas de esportes, vistas como um acesso aos corações dos leitores, se multiplicaram por toda parte. (Steen, 2013, p.222)

Na clara divisão que até hoje persiste entre tabloides e imprensa “séria”, os chamados jornalões, e em especial o *Times*, informa Russell, “continuaram a dar extensa cobertura ao rúgbi e outros esportes amadores, mas, na altura de 1970, o futebol profissional havia finalmente ofuscado seus concorrentes amadores em termos de atenção recebida. A Copa do Mundo de 1966 [disputada na Inglaterra] foi importante

aqui [...]”. “Interessante notar que o futebol enfim garantia definitivamente seu espaço nesses jornais de prestígio justo quando seu lugar nos afetos nacionais estava prestes a ser ameaçado.” (Russell, 1997, p.197)

Esse divórcio entre futebol e nação culmina na década de 80, especialmente sua segunda metade – a era dos hooligans. É quando o Arsenal tenta emergir de um período turbulento – no passo, aliás, do que acontecia com todo o futebol de clubes do país e resultou numa reorganização do futebol local que teria enormes consequências na percepção do esporte conforme praticado nos campos ingleses (justamente o que, aqui, definimos como estilo); e é também o momento em que o Arsenal reencontra, em dois ou três acontecimentos, uma identificação com a comunidade imaginada em torno dele, ou seja, parte da população do norte de Londres, mas igualmente quaisquer torcedores que, mesmo afastados geograficamente dos domínios do clube, com ele mantivessem ligação simbólica.

Tomemos o confronto do time londrino contra um rival do norte do país, o então mais que laureado Liverpool, em abril de 1987, na final da Littlewoods Cup – culminância de um mês de disputas em que o Arsenal, no esquema sintático de oposições de Giulianotti, enfrentara também o rival do bairro, o Tottenham (com vitória), e um rival do outro lado da cidade, o Chelsea (com derrota). O momento, como dissemos, será simbólico de um reencontro do time com sua comunidade imaginada – o que se dá, de início, além de no idioma da identificação pelo qual esses torcedores se reconhecem, principalmente no idioma da performance, tratando-se de uma conquista de título após considerável jejum (o Arsenal venceu o Liverpool por 2 a 1 em Wembley).

O acontecimento vitorioso, depois de alguns anos de depressão e derrota, pode levar a uma interpretação de que o time renova seu estilo. No relato de um torcedor,

Nick Hornby, legítimo representante da comunidade imaginada em torno do clube³⁴, torcida e time, naquela final contra o Liverpool, “saíramos da escuridão pra luz”. Hornby usa, em seguida, uma imagem reveladora do quanto os gestos do time em campo – matéria-prima da interpretação do estilo, afinal – são quase que projeções de quem os vê (e do que sente quem os vê) da arquibancada: “Os jogadores são meramente nossos representantes, escolhidos pelo técnico, em vez de eleitos por nós, mas ainda assim estão lá nos representando, e às vezes, quando se olha bem, é possível enxergar as barras que os unem uns aos outros e os pegadores nas laterais que usamos pra controlar seus movimentos” (Hornby, 2013, p.267). Ou seja, o estilo reduzido a uma disputa de pebolim – que, como se sabe, não permite grandes variações técnicas e táticas; resta o significado atribuído ao que se vê/lê no campo (ou na mesa) de jogo.

Mas a tradução do acontecimento na história, como alternativa a alguma estrutura fixa de interpretação, se dará, fundamentalmente, a partir do saldo das diversas práticas discursivas que traduzem a linguagem primeira do futebol, semeando supostas diferenças de estilo em campo que são, no fim das contas, *do estilo em que se imaginam as comunidades envolvidas* – voltamos a insistir, apropriando-nos de Anderson.

Assim, no acontecimento em questão, a visão oferecida aos leitores do jornal *The Times* – por sua vez, legítimo instrumento de coesão da comunidade imaginada nacional, ainda conforme Anderson; e, claro, essa comunidade mais abrangente, em sua

³⁴ E representante legítimo sem favor, pois seu livro de memórias, *Febre de Bola*, além de amplamente lido pela torcida em questão nos últimos vinte anos, chegou até mesmo a ser distribuído como brinde a milhares de sócios-torcedores, por ocasião do início da última temporada, a de 2005/06, que o Arsenal disputaria em seu antigo estádio, o Highbury (na temporada seguinte, a casa do time passou a ser o novo Emirates Stadium). A informação é do próprio autor, no breve relato memorialístico *Pray – Notes on the 2011/2012 Football Season*. Independentemente da precisão dos números – tanto de exemplares distribuídos na ocasião, que Hornby não especifica, quanto do total de leitores de *Febre de Bola* em seus mais de vinte anos de carreira – , o que se ressalta, aqui, é o valor simbólico de um texto, o de Hornby, que para a comunidade mais restrita dos torcedores é a tradução de outros “textos”, estes “escritos” em campo pelo Arsenal que os une. Mas o autor – aliás, o grosso dos arsenalistas – é inglês e, como outros tradutores do estilo do time, expressa-se na mesma língua (língua impressa, como deve ser na constituição da comunidade imaginada nacional) do restante de seus compatriotas, muitos deles leitores do livro mas torcedores de outros times. Daí ser tão interessante esse cotejo de enunciados como confronto de estilos.

maioria, é formada por torcedores de outros times – é uma visão *semanticamente* bastante mais sofisticada, abrangendo um leque de possibilidades: a reconstrução do elenco arsenalista, a partir de uma troca de técnico e da promoção de jogadores jovens ao time principal; o fato de esse novo técnico ter participado, como jogador, de outro momento também de renovação, anterior ao jejum de vitórias, e que culminou justamente na dupla conquista pelo clube da liga nacional e da Copa da Inglaterra (o *double* de 1970-71); o desempenho, às vésperas da final de 1987, de jogadores do Arsenal convocados para a seleção inglesa – e as implicações disso, considerando-se o momento crucial das competições domésticas; por fim, a tendência desses confrontos entre clubes à reafirmação de um jogo “muito britânico”, relativizando certos clichês em relação a cada time em particular – a “classe” do Liverpool, a “sorte” do Arsenal etc. – mas sem deixar de mencioná-los.

A amostragem que analisamos a seguir se compõe dos textos do *Times*³⁵ que mencionaram o Arsenal ao longo do mês de março de 1987, chegando à data da partida contra o Liverpool e o imediato pós-jogo, já no início de abril. No período, como dissemos, o time do norte de Londres enfrentou ainda o arquirrival Tottenham, na semifinal que o levaria ao jogo decisivo da Littlewoods Cup frente ao Liverpool, e o Chelsea, partida válida pelo campeonato inglês (o Arsenal, àquela altura, ainda tinha chances de ser campeão).

Entremeado a esses acontecimentos clubísticos, propriamente, há outro de alcance nacional (e internacional): um jogo oficial da seleção inglesa contra a Irlanda do Norte, em Belfast, no qual a zaga titular é a do próprio Arsenal, composta por Anderson e Sansom. Vejamos como o *Times*, incorporando a visão da comunidade imaginada local (na fala dos *profissionais* do clube, sobretudo) e assumindo o discurso *especialista*

³⁵ Consultados no arquivo digitalizado do jornal.

para falar à comunidade imaginada nacional, traduz esses acontecimentos como história do clube – constrói a narrativa de um estilo.

Ainda no início daquele mês de março, no texto em que noticiava a vitória do Arsenal sobre o Tottenham, no campo deste, que levou a um segundo jogo semifinal cujo local precisou ser decidido num “cara ou coroa”, o *Times* conta a seguinte anedota:

Antes de a moeda ser lançada ao alto, depois do apito final, David Pleat [técnico do Tottenham] chegou a pensar em pedir que [o jogo de desempate] fosse realizado no Highbury, onde seu time parece se sentir mais em casa. Escolheu “cara” e a moeda caiu de pé na lama. George Graham [técnico do Arsenal] considerou que talvez [a moeda] estivesse “sugerindo que a gente jogue no campo do Chelsea”.³⁶

Aqui há uma reafirmação das oposições sintáticas e dos domínios territoriais, mas tanto o discurso profissional – o que diz Graham e o que “chegou a pensar” (mas teria dito?) Pleat – quanto o discurso especialista, do próprio jornal, que organiza o *texto* do acontecimento, sugerem já uma primeira “subversão” da enunciação aforizante em que normalmente se resolveria a questão: “o time x leva vantagem porque vai decidir em casa”. A inclusão do Chelsea na narrativa – gratuita, pois o rival comum dos vizinhos do norte de Londres nada tinha a ver com aquela decisão – vem matizar ainda mais essas oposições, as quais não se enquadram, como se vê, em algum sistema binário.

O texto seguinte, já no pós-jogo da aludida segunda semifinal, destaca que, com a vitória sobre o Tottenham, o Arsenal avançava a sua primeira final desde 1979, e também a primeira naquela competição, a Littlewoods Cup, como se chamava, então, a Copa da Liga – da qual o time do norte de Londres tinha sido finalista pela última vez no longínquo 1969. Reporta o *Times*: “George Graham, o técnico do Arsenal, disse que o objetivo agora era tentar fazer como o Liverpool e sustentar um sucesso prolongado.

³⁶ “London’s drained giants to face encounter”, Stuart Jones, edição de 2/3/1987.

‘Montamos uma base para, esperamos, levar adiante essa boa fase, e bem mais rápido do que pensei’”³⁷. Aqui, novamente, a oposição sintática – desta vez regional, antecipando a própria final contra o time do norte do país – aparece em versão heterodoxa: o técnico arsenalista fala em emular a prática do oponente, em vez de contrapô-la; o estilo *vencedor* do Liverpool, e de vitórias seguras, de “classe”, é o que o Arsenal, reputado como um time historicamente “sortudo”, de sucessos um pouco improvisados, pretende imitar.

O próprio discurso especialista, porém, em algum momento reafirma esses clichês: “Embora totalmente merecida, a vitória sobre o Tottenham teve ecos do ‘Velho Arsenal Sortudo’ nos chutes de Allinson e Rocastle que, misteriosamente, enganaram Clemence, ainda um dos melhores goleiros da Inglaterra. A sorte continuou ontem, quando o Chelsea anunciou uma lista de jogadores fora de combate que não se estranharia se fosse a [lista de pacientes] do vizinho St. Stephens Hospital”.³⁸

E, no entanto, o jogo seguinte – exatamente o confronto contra o Chelsea para o qual o Arsenal supostamente contaria com sua boa e “velha” sorte – se revelou “mais uma partida entre os dois [Arsenal e Chelsea] a desafiar a lógica e a expectativa”: “[...] o novo herói do Chelsea, o pequenino e esplendidamente ligeiro e incisivo Colin West, de 19 anos, [marcou] com apenas quatro minutos de partida”, destaca o comentário pós-jogo do *Times*. Uma partida “ríspida” que terminou um a zero para o Chelsea e, segundo o mesmo comentarista, não fosse o “conto romântico” do jovem estreante que marca o gol da vitória, ficaria na memória apenas como “uma tarde fria; fria tanto no clima, com neve caindo, quanto na qualidade sofrível da maior parte do jogo”.³⁹

³⁷ “Arsenal earn place in final”, Clive White, edição de 5/3/1987.

³⁸ “Arsenal get the luck in their three-fold attack”, Clive White, edição de 5/3/1987.

³⁹ “Football logic goes West”, Brian Glanville, edição de 8/3/1987.

Repare-se que pouco se comenta, nessas amostras, sobre diferenças técnicas e táticas entre as *coletividades*; o máximo a que chega o discurso especialista é qualificar, quanto aos gestos em campo, propriamente ditos, este ou aquele destaque *individual*: Clemence é “ainda um dos melhores goleiros da Inglaterra”, West foi “esplendidamente ligeiro e incisivo” etc.

Na amostra a seguir, ao contrário, voltando a incorporar o discurso profissional, o *Times* projeta no espaço das chamadas quatro linhas algumas noções de estilo pela voz de um ex-jogador do time, além de antigo companheiro do técnico George Graham na geração campeã de 1970/71 com a qual aquele Arsenal de 1987 era agora comparado. McLintock dá a versão da tribuna de honra – o que o coloca, ao mesmo tempo, na “lógica” *torcedora* – do triunfo sobre o arquirrival do norte da cidade (novamente falamos da semifinal da Littlewoods Cup):

Ao contrário de alguns observadores, McLintock não colocou em dúvida a determinação do Tottenham, mas destacou que o Arsenal simplesmente se mostrou um time mais forte e com melhor preparo físico.

“Assim como nosso grupo nos anos 70, tem jogadores ali que odeiam ser derrotados. Não me lembro da gente alguma vez ter perdido depois de estar um gol na frente.” Com toda a festa da noite passada, esse Arsenal de 87 talvez possa dizer que não lembra de alguma vez ter perdido depois de estar um gol atrás.

McLintock acredita que o Arsenal, em termos de maturidade, já percorreu três quartos do caminho do time em que ele próprio jogou, embora frise que a disputa, hoje, não é tão aberta, nem o padrão da competição tão alto, quanto naquele tempo.

Ironicamente, Graham era visto por McLintock como “um jogador atípico no Arsenal”. “A gente era um time vibrante, enquanto o George era um pouco tímido. Ele marcou alguns gols sensacionais, só que às vezes não conseguia manter o ritmo um jogo após o outro durante os noventa minutos. Mas dava aquele toque de classe que precisávamos de vez em quando.” Ecos de Charlie Nicholas?⁴⁰

O discurso profissional – matizado pela visão torcedora, conforme já anotamos – percorre um arco temporal que indica, no idioma da performance, alguma coincidência entre duas gerações: uma certa, digamos, “gana de vencer”. É o discurso especialista, aqui, que vem subverter o lugar-comum com ironia, ao comentar que “esse Arsenal de

⁴⁰ “Silent figure shares pride in Arsenal’s final place”, Clive White, edição de 5/3/1987.

87 talvez possa dizer que não se lembra de alguma vez ter perdido depois de estar um gol atrás”. Mas, em última análise, afora a menção genérica inicial a “um time mais forte e com melhor preparo físico” (o de 1987) e o adjetivo “vibrante” para qualificar o Arsenal do *double*, em 1970/71, é mais uma vez em referência a um indivíduo que a avaliação do estilo chega à questão propriamente técnica, quando McLintock comenta que seu ex-companheiro Graham dava um “toque de classe” ao Arsenal da década anterior. O que é apenas reforçado na frase final do texto – estaria Graham apostando num jogador, o então craque do time Charlie Nicholas, que emulasse seu próprio estilo pessoal?

O *Times* volta a fazer conjecturas sobre Nicholas – agora já estamos na cobertura pré-jogo da final contra o Liverpool em Wembley: “Para o instável Charlie Nicholas, será uma grande oportunidade, talvez a última, de se impor à percepção pública como jogador do Arsenal”.⁴¹

A especulação é precisamente quanto à “leitura” do estilo do jogador em vista de como se imaginava que o Arsenal – no que o autor chama de “percepção pública”: supõe-se, do time como instituição que perdura – deveria jogar. Acrescentando ainda uma camada de sentido, prossegue o artigo:

[Nicholas] pelo menos não deve encontrar pela frente o tipo de esquema do qual Gary Lineker reclamou em Belfast. “[Enfrentamos um] jogo de estilo bem espanhol”, disse Lineker. “Eles só queriam se defender e evitar ser pressionados. Toda vez que pegavam a bola, ficavam um pouco temerosos de não conseguir cadenciar [*a bit scared of the pace*], então se livravam dela.”

A partida de hoje provavelmente terá um estilo muito britânico; mais interessante [*positive*] do que aquele que vimos e sofremos em Belfast. Se Bobby Robson [técnico da Inglaterra] lamentou a cautela dos irlandeses, é bom lembrar que eles fizeram a defesa inglesa parecer bem insegura nos quinze minutos iniciais de jogo. Anderson e Sansom, os zagueiros [da seleção no jogo] em Windsor Park, devem estar na expectativa de [mostrar] algo melhor e mais consistente em Wembley, onde a ameaça de Rush paira sobre os dois.⁴²

⁴¹ “Army lacking a field officer”, Brian Glanville, edição de 5/4/1987.

⁴² “Army lacking a field officer”, Brian Glanville, edição de 5/4/1987.

Finalmente, num movimento antes apenas entrevisto, a sobreposição das comunidades clubística e nacional aparece aqui por inteiro no comentário profissional do atacante da seleção, Lineker (e repare-se na ironia de que o estilo espanhol é descrito por ele como exatamente o oposto de como hoje o senso comum e talvez o próprio Lineker – atualmente jornalista da BBC – descreveria esse suposto estilo); a mesma sobreposição aparece no comentário especialista, quando se instala uma tensão quanto à possível insegurança que a zaga do Arsenal teria emprestado à do time nacional – se jogasse assim a final, resistiria à “classe” do centroavante do Liverpool, Rush? E o jogo “muito britânico” que se antecipava dizia respeito ao ataque do Liverpool, de números eficientes, ou à defesa do Arsenal, que se esperava ver novamente em sua melhor forma?

O relato pós-jogo ensaia responder a essas questões – e vale ressaltar: é assinado por outro autor, o que aponta para a unificação do discurso do próprio jornal que fala à comunidade imaginada nacional. Mas o texto opera, então, uma inversão que, numa frase, transforma o Arsenal no Liverpool, não sem antes fazer o elogio de Rush, apesar de tudo ainda o legítimo representante de como deveria jogar o time do norte do país. Eis o trecho: “O Liverpool marcou o primeiro e de longe mais bonito gol [do jogo] com Rush, e foi superior na maior parte da primeira hora de partida. Mas o Arsenal fez o que o Liverpool tantas vezes tem feito nos últimos vinte e cinco anos: jogou consideravelmente abaixo do seu melhor e mesmo assim venceu. **É essa a marca de um time de substância**”.⁴³

O negrito assinala o que Maingueneau chamou de “sobreesseveração” (2006): um enunciado passível de destaque, aqui resolvendo justamente o parágrafo decisivo do texto – e, a nosso ver, traduzindo esse acontecimento na história do Arsenal pela

⁴³ “Victory to a team of substance”, David Miller, edição de 6/4/1987.

diluição dos estilos supostamente ali presentes (o do próprio Arsenal e o do Liverpool, tensionados pelo da Inglaterra) em fórmula idiomática que é, ao mesmo tempo, de performance, de antecipação, de presença e de identificação. Afinal, “um time de substância” vencera o jogo e o campeonato (performance) e, esperava o técnico Graham, formaria a base para uma carreira de vitórias (antecipação); esteticamente (presença), emulara o que o suposto time de “classe” “tantas vezes tem feito nos últimos vinte e cinco anos”; e, conforme dissemos no início desta análise, reafirmava ali uma identificação com a comunidade imaginada em torno do clube.

Esse último aspecto é abordado por um viés bastante interessante no último trecho que gostaríamos de citar – em que, ainda uma vez, ficam expostas as diferenças entre comunidade clubística (e as diferenças *no interior dela*, igualmente) e comunidade nacional, com nova menção à seleção.

[...] a bela extensão de grama perfeita de Wembley foi cada vez mais sendo tomada pela visão dos três jogadores negros do Arsenal, Anderson, Davis e o jovem Rocastle, que mantinham o Liverpool pressionado atrás.

Davis talvez venha a ser o primeiro jogador negro a representar a Inglaterra como meio-campista [...]

Havia apenas um punhado de rostos negros no meio do tumulto vermelho e branco da arquibancada do Arsenal junto ao túnel, mas a integração racial nos estádios deve, à sua maneira humilde, apontar para alguma esperança de integração social dos diferentes povos em áreas urbanas conturbadas como o norte de Londres. Significativamente, uma animada banda caribenha de metais divertia um grupo grande, e predominantemente branco, que se reuniu fora do estádio antes do apito inicial.⁴⁴

Dessas interpretações do que acontece em campo – em vista de uma memória coletiva que é tanto do futebol dos clubes quanto daquele praticado no país, em geral, seleção aí incluída – e também da tradução do que acontece fora do gramado – nas arquibancadas, nos arredores do estádio, sobretudo no espaço simbólico da sobreposição das duas comunidades imaginadas, a do clube e a da nação – é que se depreenderão estilos: o do Arsenal em particular, neste caso.

⁴⁴ “Victory to a team of substance”, David Miller, edição de 6/4/1987.

David Ranc dá uma boa ideia do que significou para o Arsenal (e para o futebol inglês, num plano mais geral) o momento que acabamos de analisar:

O time que George Graham assumiu em 1986 era inteiramente composto por jogadores britânicos. Seu primeiro ano como treinador coincidiu com o surgimento de uma geração de jogadores ingleses produzidos pelo clube, entre eles Tony Adams, que mais tarde, como se sabe, viria a ser capitão tanto do Arsenal quanto da Inglaterra. O time de Graham que venceu o campeonato nacional em 1989 é, portanto, lembrado como o último com um elenco só de ingleses a conquistar o título [...]. (Ranc, 2012, p.131)

Como se sabe, a partir daí a torcida do Arsenal – e de outros grandes clubes europeus e (como nunca antes) ingleses – passou a ver em campo, em número crescente, uma maioria de jogadores estrangeiros. Na tese que recentemente publicou em livro, Ranc investiga os efeitos dessa mudança sobre a comunidade imaginada arsenalista: teria essa abertura a profissionais de outros países afetado a identificação com um clube tão ligado à própria ideia de futebol inglês, pela forma como, vimos, se desenvolveu em simbiose com a expansão da linguagem do jogo (e sua tradução na mídia) durante boa parte do século XX?

Ranc ouve dos torcedores que o estilo do Arsenal atual é “não-inglês” e “continental”, numa referência a uma suposta maneira de jogar mais “europeia” – uma noção um pouco vaga que já se aplicava nos tempos de Chapman. Mas: “Para os torcedores entrevistados”, informa Ranc, “o estilo se revelou apenas uma determinante de sua apreciação pelo Arsenal e, até o momento, compatível com a identificação tradicional com o time” (2012, p.148). Talvez porque: “Características inglesas”, explica o autor, “podem ser associadas a um jogador estrangeiro do mesmo modo que um estilo estrangeiro pode ser associado a um time inglês, sem que isso afaste os torcedores” (2012, p.150). Nem é preciso dizer que os informantes jamais se dão ao trabalho de definir “inglês” ou “estrangeiro”.

É aqui que, também para Ranc, e conforme temos argumentado, “a imprensa assume um papel muito importante. Ela simultaneamente identifica o estilo de jogo de um time e constrói ou enfatiza seu significado” (2012, pp.35-6). No caso do Arsenal, o denominador comum parece ser uma ideia de *cosmopolitismo*, geralmente encarnada em treinadores do tipo que se batizou como “The Boss” – uma tradição muito britânica inaugurada, não por acaso, por Herbert Chapman:

Chapman era certamente responsável, na qualidade de treinador, pela tática, mas também cuidava de transferências, escalava o time e, no geral, conduzia o clube de forma tão autocrática que ninguém tinha dúvida sobre quem mandava ali. Diferentemente dos tradicionais xenófobos que povoavam o futebol britânico, Chapman mostrava franco interesse pelo futebol jogado no continente europeu e cultivou a amizade de Hugo Meisl, treinador da seleção austríaca, cuja sequência invicta de catorze jogos entre abril de 1931 e dezembro de 1932 lhe rendeu o apelido de *Wunderteam*. Meisl, um intelectual judeu nascido na Boêmia e criado em Viena, não estava muito distante, nas crenças e nas atitudes, de Arsène Wenger. (Shindler, 2013, pp.144-5)

Não era incomum que o Arsenal enfrentasse times e até seleções europeias – uma das últimas alegrias de Chapman, antes da morte prematura, foi enfrentar e vencer com seu Arsenal um selecionado de Viena treinado pelo amigo Meisl, em amistoso no Highbury. Além disso, desde que chegou ao Arsenal, o atual treinador, Wenger, no cargo desde 1996, contou com um especialista vasculhando o “continente”, exatamente como, tantos anos antes, Chapman tinha seus “olheiros” no País de Gales e na Irlanda (Glanville, 2009). Já nessa época, também como um diferencial, os jogadores do Arsenal eram seguidamente convocados para as seleções de seus países – Irlanda, principalmente, mas também País de Gales, Escócia e, claro, Inglaterra.

O que apenas reforça uma narrativa do estilo arsenalista: de Chapman (ainda nos anos 20, lembremos) a Wenger (e sua “legião estrangeira”), um clube cosmopolita – não porque tenha mantido uma “maneira de jogar” distintiva, “continental”, mas porque se imaginou e foi imaginado como diferente. Com suas alterações táticas, vimos, Chapman

implantou o que se convencionou chamar de “jogo inglês”, de bolas longas – por mais que o revolucionário treinador mantivesse intercâmbios com outras “escolas” europeias. Wenger, ao longo de quase vinte anos à frente do time, igualmente experimentou ideias de *circulação internacional* e contou com talentos *individuais* diversos de *variadas* nacionalidades.

Wenger já revelou que, como uma de suas primeiras estratégias, tomou a decisão de “criar uma nova identidade cultural para o time”. Prossegue o relato:

Não falei nada sobre isso para ninguém, nem mesmo para o presidente [do clube], mas eu queria reconstruir o Arsenal, dar-lhe uma nova imagem.

[...]

Ao final da primeira temporada, decidi mudar o time porque, na maior parte da década anterior, vinha sendo mais ou menos o mesmo; sete jogadores estavam no elenco [titular] fazia todo esse tempo. Obviamente eu queria manter a alma do clube, pois o Arsenal tem uma tradição e um espírito de clube fortes, de modo que me impus o limite de manter cinco jogadores ingleses no time, se possível. (*in* Glanville, 2009, pp.180-1)

“Mas, como sabemos”, arremata Glanville (2009, p.181), ao final da transcrição do depoimento, “ele concluiria que nem remotamente isso era possível.”

Se não se diz mais que o Arsenal é “sortudo” ou “tedioso” (ainda que qualquer time, inclusive o de Wenger, possa ser assim adjetivado a qualquer tempo, em qualquer partida); se a bola longa não é mais a tônica (mas essa tática, lembremos, gradativamente desapareceu do futebol inglês de clubes e até da seleção do país), o clube do norte de Londres segue, ainda assim, como comunidade imaginada por uma marcante narrativa do estilo – como se continuasse a desafiar, com sua “sofisticação” sulista, os rivais do norte. Mesmo que Liverpool e Manchester United (para não falar dos próprios rivais londrinos do Arsenal) já há algum tempo coloquem em campo elencos igualmente cosmopolitas e pratiquem o mesmo jogo internacionalizado que se vê na maior parte da Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Futebol e romance: apontamentos para uma teoria

As noções de “língua” e “povo” devem ser relativizadas: não se pode tomar a primeira como ponto de vista fechado, *estruturado* a partir de recursos supostamente insuficientes para descrever o mundo, cuja totalidade apenas alguma língua divina seria capaz de abarcar. Ao mesmo tempo, quanto mais se tenta acoplar a noção de “língua” à de “povo” (ou “nação”), mais a abordagem tende ao determinismo – como se cada grupamento humano pudesse ter um modo próprio de, para além da simples descrição, *construir* o mundo. Se falamos de dois (ou vários) mundos distintos, a tradução se torna, a rigor, impossível.

Há um campo, porém, em que línguas *imaginam* nações: o das mídias, especialmente as impressas (periódicos e todo um sistema literário). A língua escrita garante a unidade e a estabilidade almejadas pela nação, ademais fiadora da transmissão desse legado, uma vez que a educação é responsabilidade do Estado. (As mídias eletrônicas e digitais, ainda que tendo de lidar com a variedade oral, funcionam também como esse ponto de encontro da imaginação de comunidades.) Nessa seara de entendimento comum que são as mídias, a língua constrói não o mundo como tal, mas uma “realidade” nacional, nessa espécie de folhetim em que determinado “povo”, apesar de diferenças culturais enormes, pode se ver (ler) num enredo compartilhado – e veiculado por uma língua, ao menos ali, nacional.

O futebol é linguagem traduzível em narrativa – e é por essa via, precisamente, e só por ela, que a “língua de um povo” pode expressar sua suposta “maneira de jogar”, voltando ainda uma vez à frase de Hilário Franco Júnior da qual partimos.

Recapitulemos:

- 1) a identidade de dois times que se enfrentam não se reduz simplesmente a estarem vestidos um diferente do outro – embora uma primeira “leitura” do que acontece em campo não possa prescindir desse recurso. As diferenças, porém, precisam de *comentário*, obrigatoriamente;
- 2) por si sós, as diferenças perceptíveis na habilidade de jogadores e nos poucos sistemas táticos historicamente identificáveis têm muito menos a dizer sobre os significados do jogo, sobre o futebol como *linguagem*, do que as *práticas discursivas* acerca do que acontece em campo;
- 3) é precisamente aí que se pode falar em termos de *futebol em tradução*: pelas múltiplas possibilidades de interpretação com que nos deparamos no que chamamos de *narrativas do estilo*.

É possível, ainda que controverso, definir tradução como comentário ao original do qual se traduz. Porém, a tradução de um texto, propriamente dito, mesmo não sendo uma operação de simples substituição palavra por palavra, obriga-se a certa correspondência regrada em relação ao original. Traduzir de outra linguagem – a do futebol, mas poderia ser a da música ou a das artes plásticas – para o código verbal do texto impresso, um procedimento a que chamamos (com Eco) *transmutação*, se faz com regras bem mais flexíveis, e aqui tradução como comentário se torna uma definição aceitável, menos controversa.

Ao contrário do texto crítico que traduz uma peça musical, um quadro ou uma escultura, o texto que traduz uma partida de futebol necessariamente conta uma história. O acontecimento futebolístico nunca é narrado em termos absolutos – não tem a “presença”, ou a “aura”, do original em outras artes; ele nunca se esgota em si mesmo;

seu sentido só se realiza plenamente na história que ajuda a contar. Há quem defenda sua apreciação puramente estética, mas o que faz do futebol uma linguagem tão amplamente difundida (e traduzida) é, sem dúvida, seu enraizamento histórico-cultural.

De fato, não é difícil constatar que os modernos esportes de competição constituem uma *cultura* em si mesmos – da qual o futebol é uma das linguagens com maior “consciência histórica”, afirma Werron. O sociólogo alemão enfatiza três características gerais que contribuem para isso, nesse que talvez seja o mais disseminado esporte moderno de competição: primeiro, sua tendência à narrativa mais do que à estatística (embora, com medições e contagens mais precisas, esteja em curso há algum tempo uma vertente de “narrativa pelos números”, por assim dizer); segundo, sua tendência conservadora, com poucas mudanças nas regras e competições relativamente estáveis, garantindo comparações no longo prazo; e, por fim, sua tendência à expansão territorial que o transformou num discurso de alcance global, favorecido ainda pela posição forte da Fifa e pela popularidade planetária da Copa do Mundo, apesar de certa assimetria regional, com o domínio midiático das ligas europeias de clubes. (Werron, 2013, pp.17-18)

É justamente a partir das histórias de acolhida dessa linguagem em lugares diversos ao redor do globo e entre diferentes “povos” (ou, se dentro de um mesmo país, entre comunidades locais diversas) – ou seja, pela *tradução* da linguagem do futebol, na forma de *comentário*, e não exatamente (insistimos) pelas poucas diferenças na sua *prática* – que se pode reconstituir o todo desse fenômeno a que chamamos *estilo*; um fenômeno, dizíamos já nas primeiras linhas deste trabalho, de *linguagem e interpretação*.

Ainda que a tentativa seja a de comparar a linguagem do futebol à língua falada, pelo grau de espontaneidade e improvisação possível e até inevitável em ambas, uma

partida se parece mais com um “texto”; ali, não funciona a lógica observada por Faraco: “Basta abrir a boca para o outro me perceber como igual” (ou, ao contrário, me perceber e *discriminar* como diferente); um estrangeiro que se expresse por escrito, por exemplo, não precisa “abrir a boca” – o que o entregaria como estrangeiro pelo sotaque, quase sempre, enquanto a letra impressa, ou acesa na tela, opera um nivelamento parecido com o da própria linguagem do jogo. Como dissemos antes, identidades não se revelam a olho nu no “texto” de uma partida – constroem-se como *narrativas*.

Se Anderson é genérico ao afirmar que narrativas impressas (textos de jornais, mas também romances) consolidam as fronteiras imaginadas das nações pelo uso de línguas nacionais, os relatos de imprensa sobre futebol que aqui analisamos são, *concretamente*, narrativas de consolidação das identidades comunitárias pela língua comum porque *traduzem* – moldam, *imaginam* – o que se vê em campo em termos de supostos estilos de jogo; trata-se, na conceituação proposta por Maingueneau, da tradução de um “discurso primeiro” (o do futebol) por um “discurso segundo” (o da imprensa e, em menor grau, dos torcedores e seus fanzines e livros de memórias).

Estamos, aqui, nas cercanias do que o mesmo Maingueneau chamou de *discursos constituintes* ou *paratópicos*. A literatura é, por excelência, um deles, pois “pretende se dirigir a toda e qualquer pessoa, mesmo que, de fato, mobilize conjuntos restritos de indivíduos”. Ainda que, para o mesmo autor, o discurso do futebol, por sua vez, seja apenas “sombra” de uma paratopia, a própria literatura pode ser a chave para entender o estilo como constelação de narrativas. Gostaríamos, mais precisamente, de equiparar romance e futebol como *linguagens* sujeitas a apropriação por coletividades – e coletividades nacionais, se as narrativas originárias das duas linguagens se concretizam na língua “literária”, impressa, da nação como comunidade imaginada.

É preciso, antes, esclarecer: nem futebol nem romance se reduzem a suas *formas*, simplesmente, ou se limitam a ser *representações* – são, repita-se, *linguagens* (e Toledo, ao juntar os dois termos anteriores e falar em *formas-representações*, tateia nessa direção, sem contudo concluir o raciocínio da mesma forma). E ambos, futebol e romance, indissociáveis de suas *mídias*, se tornaram linguagens universais – ou seja, constitutivas (ou *constituintes*, se “sombras” não fossem) de um *ethos* moderno que, ao longo do último século e meio, passou a dominar o Ocidente e boa parte do Oriente. Mas só se *realizam*, ambos, como narrativas do estilo em que se imaginam comunidades – o que, no caso do futebol, à primeira vista faz parecer que há muitas “maneiras de jogar” e, além, que esses supostos estilos identificam determinados “povos”, ou mesmo refletem “jeitos de ser” pretensamente típicos; no caso do romance, analogamente, cada comunidade reivindica uma *tradição romanesca*.

Em suma: tanto o futebol quanto o romance são linguagens com que se expressam, e nas quais concebem *estilos*, as comunidades nacionais, e nelas (por vezes *contra* elas), as comunidades locais; é quando, aí sim, essas linguagens *tomam forma* e *representam*, ou seja, se materializam em *narrativas*. Mas antes disso – antes do encontro com a imaginação de alguma comunidade, encarnada na imaginação de alguns indivíduos (romancistas, num caso; especialistas, profissionais e torcedores, como tradutores da linguagem do futebol, noutro) – antes de qualquer coisa, futebol e romance são, repita-se, linguagens *universais*.

O que as molda em estilos – ou tradições literárias (*nacionais*, em primeiro lugar) – é o fato de ambas dependerem de uma *língua* para ganhar concretude em romances, propriamente ditos, e nos folhetins do futebol, narrativas do estilo, como as temos chamado. *Documentos* que contam a história de como se imagina esta ou aquela

comunidade – e numa língua (escrita, impressa) que, ao mesmo tempo, oferece um chão comum para a comunidade em questão.

Pode-se perguntar qual é a fonte das histórias contidas em romances, de que matéria-prima, por assim dizer, alimenta-se essa linguagem. E além: se se equivalem como linguagens, o romance, como o futebol, também dependeria de um “discurso primeiro”, então traduzido em “discurso segundo” – as narrativas acabadas dos livros? A questão é complexa, e Maingueneau, em vez de resolvê-la, apenas sugere essa complexidade para, em seguida, relegar o discurso do futebol ao status de “sombra”, ao passo que a literatura seria, por inteiro, discurso constituinte.

Ora, a matéria-prima tanto do romance quanto do futebol é o *acontecimento*. Conforme argumentamos ao longo deste trabalho, o acontecimento futebolístico não se esgota no gestual de um jogo, no placar final de uma partida; o “folhetim” da cobertura rodada a rodada – capítulo a capítulo – se encarrega de transformá-lo em narrativa impressa (o que o romance também é). Mas é possível ir além e afirmar que, mesmo antes que intervenha o comentário, o que se vê em campo já não é só o que se vê em campo: ali se enxerga muito mais – um “teatro político da mais alta distinção”, na frase do historiador e jornalista David Goldblatt, em referência às Copas do Mundo.

O romancista lança esse mesmo tipo de olhar para o mundo, e se põe a *comentar* a sociedade em que vive e seus acontecimentos (alguns verídicos, outros não – mas, em geral, *verossímeis*) como “teatro”. Ou seja, o que vira letra impressa nunca é o acontecimento bruto – e a notícia, vimos, até habitava o mesmo espaço do que se poderia chamar “fato ficcional”, nos folhetins originais do século XIX.

Não se quer, com isso, afirmar que o jornalismo moderno siga confundindo fato e ficção. Mas o que há para noticiar de uma partida de futebol? Um artigo de jornal sobre um acontecimento futebolístico, todos sabemos, não é a descrição minuciosa do

jogo, uma tentativa de “decalque” da realidade, essa operação impossível de fazer coincidir coisa e palavra; nem os meios eletrônicos, com seus recursos sonoros e visuais, prescindem do comentário (a exceção talvez sejam as atualizações lance a lance de sites na internet, que seriam insossas não fossem os fóruns de internautas/comentadores que as acompanham). A partir da observação do que se dá a encenar de uma sociedade, a linguagem do futebol serve, como a do romance, à imaginação de narrativas em que “o estilo acaba por representar um destino ou vontade coletivos” (Bromberger *in* Ranc, 2012, p.23).

É somente nesses termos que se pode falar em romance brasileiro ou inglês, futebol argentino ou alemão.

Os ingleses, como se sabe, exportaram ambas as linguagens – primeiro o romance, mais tarde o futebol – e sua adaptação, num e noutro caso, se deu em dinâmicas e tempos diferentes mundo afora, muitas vezes concomitantemente à difusão de um vernáculo impresso nacional. Para a comunidade nacional inglesa, cujo vernáculo já se encontrava relativamente massificado, a linguagem do romance foi fundamental – e certamente não será coincidência que o romance em língua inglesa, embora consolidado décadas antes, tenha seu auge simultaneamente à afirmação dessa outra linguagem, a do futebol, transformada em narrativa e “folhetim” diário na imprensa da segunda metade do século XIX.

Even-Zohar teoriza sobre situações em que, ao contrário, pela escassez de produção nacional, romances estrangeiros passam a ocupar posição central no que o autor chama de *polissistema literário* de certas nações, com consequências evidentes para a formação dessas comunidades imaginadas. São três os casos mais frequentes, segundo o autor: “(a) quando um polissistema ainda não está cristalizado, ou seja, quando uma literatura é ‘jovem’, está em processo de se estabelecer; (b) quando uma

literatura, ou é periférica (num grupo maior de literaturas correlatas), ou “fraca”, ou ambas as coisas; e (c) quando ocorrem reviravoltas, crises ou vácuos literários em determinada literatura” (2004, pp.200-1).

Como se trata, novamente, da consolidação de comunidades por uma língua “literária” em que tanto se expressa a linguagem do romance quanto se traduz a do futebol, parece-nos claro que tais dinâmicas afetam, no mesmo passo, a imaginação do estilo. Aqui, a língua nacional em que se narra o estilo ou se constrói a tradição literária é condição primeira, mas não suficiente: o espanhol, por exemplo, é língua “literária” em muitos países, e cada um deles – ainda que uns mais, outros menos, conforme a projeção maior ou menor na literatura e no futebol – reivindicará uma tradição de romance e um estilo próprios.

Em nosso primeiro estudo de caso, a “nação riopratense” procurava afirmação justamente colocando no centro do polissistema uma narrativa própria quanto ao que se passava em campo naqueles jogos contra os britânicos e sua imaginação “importada” do jogo, tão influente durante tanto tempo, mas que por fim os argentinos recusavam – embora ainda confusos quanto a suas diferenças com os vizinhos uruguaios.

Já o “folhetim” do Arsenal na imprensa inglesa mostra – sem pretender, aqui, abusar do trocadilho – a insularidade de tradutores/intérpretes do futebol às voltas com variações “semânticas” nas comunidades locais: assim como para o romance e a própria língua impressa do país, não se esperavam grandes inovações na tradução do jogo, menos ainda por oposição a (ou influência de) outras nações. Não até que a “legião estrangeira” invadissem Arsenal e demais clubes.

O que gostaríamos de propor, por fim, para futura investigação é uma tipologia das narrativas do estilo, conforme tenham se construído *depois* da nacionalidade já consolidada pela língua-ela-mesma – certamente na imprensa, mas também no romance,

em muitos casos – ou *paralelamente* a essa consolidação. Em outras palavras, numa tipologia das narrativas do estilo, haverá aquelas que, nos primórdios do jogo, vieram se juntar a uma narrativa anterior de nação moderna em comunidades imaginadas que já se constituíam firmemente sob uma só língua impressa – poderíamos chamá-las de *narrativas de consolidação*; e outras que, ao atraírem crescente leitorado no momento mesmo em que o futebol se massificava e representações de outros países visitavam as respectivas comunidades para disputar jogos, se tornaram o próprio “assunto” com que se entronizou a língua nacional como veículo de imaginação – portanto, *narrativas de formação*.

Pode-se dizer, grosso modo, que os dois tipos de narrativa prevalecem e se definem, num sistema de oposições “sintáticas”, sugere Richard Giulianotti, até a década de 50 (momento decisivo, aliás, para a narrativa nacional-futebolística brasileira, um caso à parte porque parecemos prescindir, àquela altura e talvez até hoje, de um leitorado de massa). Conforme lembra Giulianotti: “A difusão internacional do futebol durante o final do século XIX e o início do século XX ocorreu quando a maior parte das nações na Europa e na América Latina estava negociando suas fronteiras e formulando suas identidades nacionais” (2002, p.42).

Lançando mão de conhecidas categorias geográficas, Giulianotti analisa, em sua *Sociologia do Futebol*, as características do “velho mundo” (Inglaterra, Escócia, Alemanha) e do “novo mundo” (Argentina e Uruguai, aos quais poderíamos acrescentar o Brasil) no que concerne ao futebol: “Todas são nações futebolísticas ‘modernas’, tendo o jogo desempenhado papel-chave na formulação de seus idiomas dominantes de identidade nacional”, resume o autor (2002, p.43).

A Inglaterra é exemplo pioneiro, mas não único, de comunidade imaginada por uma narrativa *de consolidação*. Nações unificadas resultantes do desmembramento (ou

do mais prosaico amadurecimento pela modernidade) dos impérios medievais e renascentistas da Europa continental, como França, Alemanha e mesmo Holanda, já formavam comunidades imaginadas pela língua impressa quando, entrado o século XX, passaram a narrar-se também pelo futebol – e em oposição aos ingleses, sim, mas igualmente entre si.

Nessas comunidades, a disputa pela primazia das narrativas do estilo se dava, no mais das vezes, entre regiões/cidades – uma contenda que envolvia, geralmente, imprensa local e nacional, e quase sempre o romance nativo como fiel da balança, ocupando o centro do respectivo polissistema. Ao mesmo tempo, no plano internacional, esses embates podiam reunir comunidades irmanadas por uma mesma língua impressa/“literária” – Alemanha e Áustria, por exemplo – e até mesmo duas nações debaixo de uma mesma estrutura administrativa (além de uma mesma língua): escoceses e ingleses são caso notório. Tornava-se ainda mais fundamental, nesses casos, que as narrativas romanescas e do estilo denotassem, nas respectivas comunidades, uma suposta originalidade na apropriação das duas linguagens – romance e futebol.

Do lado das nações mais recentes, à medida que suas narrativas *de formação* se cristalizavam como passado histórico, também seus tradutores/intérpretes se voltavam, naturalmente, a narrativas localizadas – ao mesmo tempo de revisão daquelas pioneiras narrativas nacionais, agora consolidadas (inclusive em termos de língua “literária”), e de constante redefinição dos limites imaginados de comunidades locais. É quando, por exemplo, Argentina e Uruguai abandonam a quimera de uma “nação riopratense” para se ver (ler) como narrativas “únicas”, ainda que partilhando o espanhol impresso. Ou quando, em ambos os países, comunidades clubísticas passam a disputar o direito de narrar o estilo da própria nação – Nacional e Penharol, no Uruguai, fornecem um bom exemplo.

E Giulianotti aponta ainda para o surgimento, mais recentemente, de casos “pós-nacionais” – Irlanda, Austrália, Estados Unidos. Evidentemente que, a esta altura, não está mais em jogo nesses países a consolidação ou a formação da moderna comunidade imaginada nacional pela língua “literária”; são todas nações com tradição romanesca já estabelecida, além disso. Mas nem seria preciso recorrer a exemplos extremos, de países que, em última análise, ainda pouco contribuíram para a história do futebol. A Europa, principalmente, é terreno fértil para uma investigação dessa construção permanente de comunidades imaginadas locais e nacionais por narrativas impressas – como tentou demonstrar, desde o título, esta tese.

No dia a dia dessas comunidades – mesmo que leitoras/ouvintes/espectadoras de uma imprensa nacional – o futebol encontra tradução mais em termos de “comunitarismo” do que de “nacionalismo”, conforme observa Hilário Franco Júnior: “O nacionalismo futebolístico tem recuado à medida que cresce a percepção de que a emoção e a mobilização cotidianas estão nas comunidades [locais, regionais] mais do que no denominador comum a elas que é a nação” (s/d, p.63)⁴⁵. Para Giulianotti, por sua vez, tem havido “mudanças graduais no poder”: “a contínua modernização do futebol enfraquece potencialmente a centralidade do Estado-nação” (2002, p.48).

É o próprio Giulianotti, porém, quem adverte: “Basicamente, [na] organização do jogo global, a unidade política e administrativa chave foi definida como o Estado-nação. Com a exceção privilegiada do Reino Unido (e suas quatro Home Nations), os membros da Fifa continuam dependentes do reconhecimento nacional pelas Nações Unidas” (p.47).

O jogo mantém, portanto, um apelo planetário, ancorado em instituições de alcance global, que segue sendo vital para as narrativas do estilo – e passa,

⁴⁵ Trecho de livro inédito do autor.

necessariamente, pela imaginação de comunidades nacionais, em maior ou menor grau dependentes de Estados.

Inevitavelmente, nessa geopolítica cultural em que narrativas do estilo (exatamente como tradições romanescas) tentam ocupar espaço em outros polissistemas literários nacionais, haverá aqueles times cujas narrativas dominam a cada acontecimento ou mesmo conjuntura – ou seja, os clubes ou seleções que mais vencem. No que Even-Zohar chama de “(macro-)polissistema literário”, essa constelação internacional de narrativas, o que se verifica é um desequilíbrio na frequência e no volume com que se traduz a linguagem do jogo com base nas performances desses times, e não de outros.

Assim, uma narrativa do que seja o estilo espanhol, por exemplo, tem dominado a constelação mundial nos últimos anos. Em termos de significado (tradução, precisamente) do futebol, mais do que o toque de bola rápido e constante – e certamente não foi a seleção espanhola dos últimos anos que o inventou, nem a única a praticá-lo como marca distintiva – interessa a narrativa de que o time em campo mimetizava uma Espanha em harmonia (consolo, até recentemente, para um país em crise...); uma Espanha unida, apesar da presença maciça de jogadores catalães – os quais, sendo os *mesmos* do Barcelona, faziam o gestual e a tática da seleção se parecerem muito com o que se via no clube catalão. Ilusório, portanto, falar em estilo espanhol – e até mesmo ofensa de lesa-pátria, do ponto de vista da Catalunha.

“Na Espanha”, comenta Giulianotti sobre o caso, “as ‘nacionalidades’ de Castela, da região da Catalunha e basca (sem falar da identidade cultural distinta na Andaluzia e na Galícia) são furiosamente expressas no âmbito do clube, mas mantidas em segredo para permitir que esses diferentes jogadores representem o país (ou excepcionalmente a França).” (2002, p.47)

Mas, se pensarmos que os catalães, por exemplo, reivindicam uma “nacionalidade” (mesmo que, assim, entre aspas, na citação acima) “furiosamente expressa no âmbito do clube” – e aqui prevalece, como dizíamos, a narrativa do time que mais vence, o Barcelona, em detrimento do Espanyol, por exemplo –, não teríamos aí também uma narrativa *de formação*? Ocorre que à Catalunha falta o Estado – pré-condição para que possa participar daquela geopolítica cultural de que falávamos, ordenada pela Fifa (e, indiretamente, pela ONU) e celebrada nas Copas do Mundo; e, mais importante, só recentemente a língua catalã começou a ganhar status de língua impressa, conforme apontam números levantados por Hobsbawm (2012 [1990], pp.139-40): ainda que plenamente estabelecido como idioma (proto)nacional, o catalão não consegue prevalecer contra o espanhol como língua “literária”.

Ainda assim, a Catalunha – essa pátria sem Seleção / nação sem Estado que parece se sentir já muito bem representada por seu clube de maior sucesso, enquanto em Copas e Eurocopas assume, com maior ou menor fervor, a torcida pela Espanha – é exemplar de algo que, se não chega a constituir um tipo à parte entre as narrativas do estilo, aponta esse caminho: os clubes-nação. O caso é exemplar porque, embora o espanhol seja claramente mais influente que o catalão como língua “literária” (e a difusão de cada uma das tradições romanescas é prova cabal disso), sobrevive uma imprensa regional em língua catalã, em particular no segmento de jornais dedicados exclusivamente à cobertura esportiva: segundo o site Netpapers⁴⁶, são dois títulos atualmente em circulação contra outros dois – também de circulação restrita à Catalunha e igualmente especializados – que publicam seus textos em espanhol. Enquanto isso, Madri tem três diários dedicados ao esporte (e publicados em espanhol, evidentemente).

⁴⁶ Portal online que reúne informações e oferece links para o conteúdo de jornais, cobrindo praticamente a totalidade das publicações em circulação por país. Acesso em 28/7/2014.

As comunidades imaginadas que partilham o território da moderna Espanha seguem, em alguma medida, procurando tanto uma narrativa de unidade quanto a língua comum na qual narrá-la; ou seja, são comunidades nas quais a discussão sobre estilos é atual e simultânea à contenda por soberania de uma ou mais línguas a unir ou desunir o “povo” em questão.

Uma variação desse cenário ocorre em países com mais de uma língua “literária”, mas em pé de igualdade em termos de status – inclusive *oficial*, isto é, junto ao Estado. Na Suíça, por exemplo, há esse equilíbrio maior de forças que falta à Espanha, com vernáculos de mesmo status compondo uma imprensa plurilíngue cujas narrativas do estilo diariamente convocam diferentes leitorados a imaginar uma unidade nacional possível.

Às vésperas da Copa de 2014, em entrevista à revista *France Football*⁴⁷, o técnico da seleção suíça, Ottmar Hitzfeld, constata: “Na nossa seleção, há uma grande mistura de culturas, de mentalidades, de origens e de religiões. Essa diversidade é certamente uma verdadeira riqueza, pois todos esses ingredientes fertilizam a equipe”. “Mas”, prosseguia Hitzfeld, “temos de dar conta de reunir isso tudo. O desafio, para um treinador, é chegar a encontrar uma homogeneidade, um espírito coletivo. Não podemos ser bem-sucedidos simplesmente como time. É preciso alguma outra coisa.”

Ao comentário do entrevistador de que, de início, a mudança de perfil dos jogadores da seleção criou reticência no país, que talvez não estivesse preparado para uma “revolução” do tipo, Hitzfeld responde que “isso é normal num país que fala três línguas e onde muda a mentalidade conforme a região. Os jogadores da seleção são jovens, não são conhecidos, e tinham [têm] outra nacionalidade ou outras origens. Foi

⁴⁷ Edição de 3/jun/2014. Todos os trechos citados à p.38.

um grande desafio encontrar uma harmonia”. Um desafio que era da própria comunidade imaginada nacional.

À preocupação do repórter quanto à “linguagem comum” usada na seleção – e, no caso, caberia até mesmo especular sobre a *língua* franca do grupo – o treinador ressalta o “espírito de equipe, o trabalho de equipe”, assumindo agora um discurso mais pragmático do que simbólico: “essas coisas não são simplesmente slogans, belas palavras”. O que leva o entrevistador a insistir no simbolismo do suposto novo *estilo de jogo* dos suíços. A resposta de Hitzfeld sugere que, definitivamente, na lógica do profissional, há limites para a abordagem simbólica – o que determina, em última análise, a *prática* do jogo por esta ou aquela seleção são escolhas e talentos (até estilos) *individuais* de jogadores e treinador. “Temos [na seleção suíça] jogadores de tipos diversos, isso é certo. Cabe ao treinador definir de que tipo de jogador precisa para [o time] ser competitivo. É ele quem define uma estratégia e um conceito de jogo que permitam aos jogadores se exprimirem da melhor maneira.”

Ainda que continue flertando com a ideia de que o futebol é uma linguagem com que se expressar, se exprimir, o técnico, insistimos, já passava aqui a falar no idioma da performance, destacando a adaptação (ou não) de indivíduos que, não obstante suas diferentes características técnicas e capacidades táticas, passam a ser avaliados como iguais – jogadores de futebol, simplesmente – mais do que por categorias como “suíço”, “imigrante” ou algo intermediário entre uma e outra. Além disso, a sequência da entrevista enfatiza as opções, sempre e ainda individuais, do próprio técnico – aqui, por acaso, um alemão – como determinantes, acima de tudo: “Tenho o time que eu quis montar. Quem decide sou eu”. Daí, talvez, Hitzfeld ter imediatamente declinado do termo “estilo de jogo”, usado pelo entrevistador, em favor dos menos simbólicos, mais pragmáticos, como dissemos, “conceito de jogo” e “estratégia”.

Por fim, porém, o treinador reconhece o potencial de interpretação, para além das quatro linhas, das mudanças mais ou menos recentes (dependendo do país) na formação de várias seleções europeias: “No futebol atual, há cada vez mais jogadores criados como imigrantes. É cada vez mais o que acontece na Suíça e em todos os outros países [da Europa]. Isso se reflete nas seleções nacionais. Esses jogadores com frequência são talentosos, e trazem alguma coisa de diferente, uma nova cultura”. Esse algo “diferente”, essa “nova cultura”, parece intuir Hitzfeld, ultrapassa os aspectos técnicos/táticos nos quais vinha concentrando seus comentários nas respostas anteriores.

Nesse ponto, exatamente, é que se torna necessário investigar as narrativas do estilo: como o folhetim diário do futebol, numa imprensa plurilíngue, traduz hoje as práticas em campo? Como o fazia anteriormente? Na relação com o restante do polissistema literário nacional, que peso têm as interpretações regionais – em línguas “literárias” diversas, portanto respondendo a comunidades imaginadas sobrepostas àquela consolidada na literatura suíça? E que literatura é essa: no mesmo passo da comparação entre as duas linguagens, haverá um romance suíço, propriamente, com que cotejar o futebol nacional em sua expressão “folhetinizada”?

Evidentemente que as contendas clubísticas ou regionais pela primazia da narrativa do estilo nacional acontecem também – e não é de hoje – em circunstâncias menos extremas: casos notórios são os da Alemanha (e sua “narrativa bávara”, via Bayern de Munique, em tantos momentos), da Itália (prevalência no selecionado do país, em diferentes períodos, de Juventus ou Torino, por exemplo, como narrativas regionalistas e clubístico-nacionais) e da Holanda (em que o Ajax protagonizou com folga a principal narrativa de estilo nacional, a do “futebol total”). Mas em nenhum desses casos corre paralela uma contenda entre línguas “literárias”, mesmo com imprensas regionais fortes e a sombra de dialetos, notadamente na Alemanha e na Itália.

Por outro lado, há nesses países – e mais ainda naqueles que primeiro dominaram a linguagem do romance moderno: Inglaterra, França, Alemanha em menor grau – o fenômeno das narrativas pós-coloniais e imigrantes: na literatura, o romance do imigrante/colonizado que, embora escrito na língua da nação de adoção/colonização, almeja um estilo próprio para a comunidade que representa.

O pós-colonialismo, movimento importante a partir dos anos 80, tipicamente encenava uma narrativa em que o imigrante vaga por subúrbios de metrópoles que ama e odeia, como Londres, Paris ou Berlim, as quais por sua vez o aceitam mas ao mesmo tempo hostilizam, negando-lhe visibilidade e identidade – não é mais paquistanês ou indiano ou norte-africano ou turco, e tampouco recebe o tratamento que um “autêntico” inglês, francês ou alemão mereceria. Mas pode, sim, ser personagem de romances, ou se projetar como protagonista das narrativas de clubes e seleções de futebol – novamente essa simbiose entre as narrativas do estilo e as tradições romanescas, afinal compostas, ambas, de textos que expressam e traduzem acontecimentos (histórico-futebolísticos, poderíamos chamá-los) de um “teatro” maior de sociedade.

A Inglaterra já contava essa história, vimos, na mesma década de 80, no comentário da imprensa de circulação nacional sobre a dominância de negros no Arsenal de Londres – jogadores de ascendência caribenha que também começavam a chegar com mais frequência ao selecionado nacional; a França, por sua vez, encontrou o auge dessa narrativa na seleção campeã mundial em casa, em 1998; mesmo a Itália, onde o romance pós-colonial não é tão forte, acompanha o folhetim permanente de Balotelli; e há, por fim, o caso notável da Alemanha.

Na revista especializada *The Blizzard*, Uli Hesse investiga o que mudou, em anos recentes, no futebol alemão – inclusive na percepção do estilo. Ouve inúmeras fontes profissionais e especialistas a esse respeito, entre as quais o ex-jogador Bastürk.

Nascido na Alemanha e destaque em clubes do país, o meio-campista optou por defender a seleção da Turquia, com a qual chegou a uma semifinal de Copa do Mundo, em 2002. “Se a gente olha para dez ou quinze anos atrás”, observa Bastürk, “era quase impensável que jogadores com *background* estrangeiro jogassem pela Alemanha. Agora tudo mudou, virou multicultural.” (Hesse, 2013, p.88)

Eis aí uma versão alemã recente da narrativa *pós-colonial* (ou simplesmente *imigrante*, já que não existe, nesse caso, uma relação direta colonizador-colonizado, como na Inglaterra ou na França, mesmo na Holanda): nas palavras de Hesse, a narrativa de um “novo futebol alemão – emocionante, divertido, moderno” (p.87) – e “multicultural”.

O que Bastürk vem reforçar: “Muitos da terceira geração [*netos dos imigrantes originais*] se sentem mais alemães do que turcos. Todos os meus sobrinhos e sobrinhas falam alemão muito melhor do que falam turco” (Hesse, 2013, p.88) – ao que se poderia prontamente acrescentar que, muito provavelmente, leem e escrevem *apenas* em alemão, o que não deixa dúvida quanto a qual comunidade imaginada pertencem pela língua “literária”. “Que mais e mais jogadores com esse *background* de migração agora escolham representar a Alemanha”, completa Bastürk, “é normal, na verdade. Tinha que acontecer.” (p.88)

Esses exemplos tão diversos sugerem, enfim, que *toda* narrativa de imaginação do estilo é *narrativa em construção a cada partida*. O que pede ampliar nossa tipologia das narrativas do estilo para incluir o que chamaremos *narrativas de refundação*: comunidades imaginadas décadas atrás com base em narrativas *de consolidação* ou *de formação* mantêm essas narrativas originais sob constante revisão, ao sabor do acontecimento. Entre os subtipos das narrativas de refundação que pudemos identificar, estão as *clubístico-nacionais*, as *plurilíngues* e as *multiculturais*.

Este último subtipo é o que tem, por ora, a dominância, encarnado numa novíssima narrativa do estilo alemão – diferente de outras que, em momentos vitoriosos diversos do futebol daquele país, serviram para explicar sua influência; as narrativas de refundação não param de re-imaginar, por assim dizer, os supostos estilos de nações fortes na geopolítica cultural do futebol. E ganham, assim, o centro de outros polissistemas literários mais “fracos” ou “jovens”, dos Estados Unidos à África, ou mesmo daqueles que se ressintam, momentaneamente, de alguma crise ou vácuo de uma narrativa própria, antes tradicional.

Isso tem pouco a ver com imitar as *práticas* que conduziram à “revolução” tática e técnica no campeonato doméstico alemão e na seleção do país – já há um nivelamento geral, nesse sentido, nos maiores clubes da Europa, e são os mesmos jogadores que, por sua vez, compõem seleções nacionais por toda parte. A Alemanha é apenas a experiência *vitoriosa* do momento.

O que mais deseja hoje o Brasil, por contraste (senão pela diferença de gols no Mineirão), é mudar sua narrativa do estilo, do *ethos* nacional – tomado aqui, mais uma vez, como interpretação, nunca essência. Uma mudança não para recuperar a impalpável e efêmera “maneira de jogar” de alguma Seleção de outrora (de qual delas, aliás?), como se os jogadores do time atual praticassem substancialmente outro futebol, diferente do que mostraram em campo seus antepassados (na média, exceção feita aos “mitos” – e todas as seleções os têm); mas porque é da natureza das comunidades do futebol deixar que a imaginação, de tempos em tempos, conte delas uma outra história.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARCHETTI, E. *Masculinities: football, polo and tango in Argentina*. London: Berg, 1999.
- BASNETT, S. Culture and Translation. In: KUHIWCZAK, P. & LITTAU, K. (orgs.). *A Companion to Translation Studies*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters Ltd., 2007.
- BARNARD, A. & SPENCER, J. (eds.) *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London & Nova York: Routledge/Taylor & Francis e-Library, 2005.
- BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRAUDEL, F. A longa duração. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- BURKE, P. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BURKE, P. & HSIA, R. P. (orgs.) *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASTRO, R. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COUTO, J. G. Faz de conta. *Folha de S. Paulo*, 13/jun/2009, p.D6.
- DAMO, A. *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- DOSSE, F. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DOWNING, D. *England v. Argentina: World Cups and other small wars*. London: Portrait, 2003.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- ECO, U. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

EVEN-ZOHAR, I. The position of translated literature within the literary polysystem. In: VENUTI, L. (org.) *The Translation Studies Reader*. 2ª ed. New York & London: Routledge, 2004, pp.199-204.

FARACO, C. A. Por que somos tão diferentes – e tão iguais? Entrevista a Christian Schwartz. *Gazeta do Povo*, Caderno G Ideias, 20 fev. 2010, p. 3.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

_____. *A ordem do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCO JÚNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GELLNER, G. *Nations and nationalism (new perspectives on the past)*. 2ª ed. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009.

GINDRO, S. Culture. In: BOLAFFI, G. et al. (eds.) *Dictionary of Race, Ethnicity and Culture*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2003, pp.61-4.

GIULIANOTTI, R. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GLANVILLE, B. *The real Arsenal: from Chapman to Wenger*. London: JR Books, 2009.

GOLDBLATT, D. The World Cup is political theater of the highest order. *The Guardian*, Book Review, 12/jul/2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/books/2014/jul/12/world-cup-football-political-theatre-highest-order>. Acesso em: 28/jul/2014.

GOODY, J. & WATT, I. The Consequences of Literacy. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 5, nº 3, abril/1963, pp.304-345.

GOODY, J. Da oralidade à escrita: reflexões antropológicas sobre o ato de narrar. In: MORETTI, F. (org.) *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp.35-67.

GUARDIAN SHORTS/CLASSICS (e-book). *England: 20 defining matches*. Guardian Books, 2012.

GUEDES, S. L. “De Criollos e Capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil”. Exposição realizada no XXVI Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu-MG, 22 a 26 de outubro de 2002.

GUMBRECHT, H. U. et al. Estética do futebol: Brasil vs. Alemanha. *Pandemonium Germanicum*, nº 2, 1998, pp.67-104.

GUMBRECHT, H. U. Comunidades imaginadas. *Folha de S. Paulo*, 4/jun/2006, Mais!. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0406200607.htm>> Acesso em: 29/jul/2012.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HEIDERMAN, W. & WEININGER, M. J. (orgs). *Wilhem von Humboldt: linguagem, literatura, Bildung*. Florianópolis: UFSC, 2006.

HESSE, U. Learning to press: the tactical transformation that led to the transformation of the German game. *The Blizzard*, nº 11, dez/2013, pp.78-93.

HOBBS, A. *Reading the local paper: social and cultural functions of the local press in Preston, Lancashire, 1855-1900*. Tese de doutorado. Preston, University of Central Lancashire, 2010.

HOBBS, E. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012 [1990].

HORNBY, N. *Febre de bola*. Trad. Christian Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

INGOLD, T. (ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London & Nova York: Routledge/Taylor & Francis e-Library, 2003.

IRVINE, J. T., & GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: P. V. Kroskrity (ed.) *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fé: School of American Research Press, 2000, pp.35-84.

KUHIWCZAK, P. & LITTAU, K. (orgs.). *A Companion to Translation Studies*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters Ltd., 2007.

LECHNER, F. J. Imagined communities in the global game: soccer and the development of Dutch national identity. *Global Networks*, nº 7, 2007 (2), pp.193-229.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LODGE, D. *Working with structuralism: essays and reviews on nineteenth- and twentieth-century literature*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

LYOTARD, J-F. Answering the question: what is postmodernism? In: DOCHERTY, T. (org.) *Postmodernism: a reader*. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. Les enoncés détachés dans la presse écrite: de la surassertion à l'aphorisation. *Travaux neuchâtelois de linguistique*, n° 44, set/2006, pp.107-120.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARIO FILHO. *O negro no futebol brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MÁXIMO, J. & KAZ, L. *Brasil arte e magia: um século de futebol*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2006.

MILLER, N. The historiography of nationalism and national identity in Latin America. *Nations and Nationalism (ASEN/London School of Economics)*, n° 12 (2), 2006.

NERRIÈRE, J-P. & HON, D. *Globish: the world over*. International Globish Institute, 2009.

NOVAIS, F. A. & SILVA, R. F. da. (orgs.) *Nova História em perspectiva – v. 1*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

RAMOS, N. Depois do 4 x 0. *Revista Piauí*, ano 6, n° 66, março/2012, pp.48-53.

RANC, D. *Foreign players and football supporters: the Old Firm, Arsenal, Paris Saint-Germain*. Manchester & New York: Manchester University Press, 2012.

RODRIGUES, S. *O drible*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

RUSSELL, D. *Football and the English: a social history of association football in England, 1863-1995*. Preston: Carnegie Publishing, 1997.

_____. Kicking off: the origins of association football. In: STEEN, R., NOVICK, J. & RICHARDS, H. (eds.) *The Cambridge Companion to Football*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp.13-26.

SAÍTTA, S. *Regueros de tinta: el diario Crítica en la década de 1920*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

SAPIR, E. *Culture, language and personality (selected essays edited by David G. Mandelbaum)*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1956.

SCHLEIERMACHER, F. On the different methods of translating. In: VENUTI, L. (org.) *The Translation Studies Reader*. 2ª ed. New York & London: Routledge, 2004, pp.43-63.

SILVERSTEIN, M. Whorfianism and the linguistic imagination. In: P. V. Kroskrity (ed.) *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Santa Fé: School of American Research Press, 2000, pp.85-138.

SHINDLER, C. The Boss: a very British convention. In: STEEN, R., NOVICK, J. & RICHARDS, H. (eds.) *The Cambridge Companion to Football*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp.143-155.

SMITH, A. *National identity*. London: Penguin Books, 1991.

SOARES, A. J. & LOVISOLO, H. R. Futebol: a construção histórica do estilo nacional. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, nº 1, set/2003, pp.129-143.

STEEN, R. Sheepskin coats and nannygoats: the view from the press box. In: STEEN, R., NOVICK, J. & RICHARDS, H. (eds.) *The Cambridge Companion to Football*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp.217-230.

STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.

STRAYER, J. R. *On the medieval origins of the modern state*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2005 [1970].

TOLEDO, L. H. *Lógicas no futebol: dimensões simbólica de um esporte nacional*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2000.

TOSTÃO (Eduardo Gonçalves de Andrade). “A partir de 58, criou-se a história do jogador brasileiro fabuloso”. Entrevista a Christian Schwartz. *Gazeta do Povo*, Caderno G Ideias, 10/mai/2008, p.3.

VASCONCELOS, J. A. História e pós-estruturalismo. In: RAGO, M & GIMENES, R. (org.) *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000.

VENUTI, L. (org.) *The Translation Studies Reader*. 2ª ed. New York & London: Routledge, 2004.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOGEL, A. O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional. In: *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WATT, I. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WERRON, S. L. “How are football games remembered? Idioms of memory in moden football”. Exposição realizada na conferência *European Football & Collective Memory: Transnational Media Events*, Stuttgart-Alemanha, 22 e 23 de fevereiro de 2013.

WHORF, B. *Language, thought and reality (selected writings edited and with an introduction by John B. Carroll)*. New York, London: MIT Press, 1956.

WISNIK, J. M. *Veneno remédio: o Brasil e o futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WOLLMAN, H. & SPENCER, P. "Can such Goodness be profitably discarded?": Benedict Anderson and the politics of nationalism. In: McCLEERY, A. & BRABON, B.A. (eds.) *The influence of Benedict Anderson*. Edinburgh: Merchiston Publishing, 2007.

WOODS, T. *Beginning postmodernism*. Manchester & New York: Manchester University Press, 1999.